RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS

2013

Direcção Nacional 3
Convocatória para a Assembleia Geral Nacional - 2014.03.29
Relatório de Actividades DN 2013
Contas DN 2013
Parecer do Conselho Fiscal Nacional

Secção Regional do Porto.....61
Convocatória para a Assembleia Regional do Porto - 2014.03.20
Relatório de Actividades SRP 2013
Contas SRP 2013
Parecer do Conselho Fiscal Regional do Porto

Secção Regional de Coimbra 78
Convocatória para a Assembleia Regional de Coimbra - 2014.03.21
Relatório de Actividades SRC 2013
Contas SRC 2013
Parecer do Conselho Fiscal Regional de Coimbra

Secção Regional de Lisboa 96
Convocatória para a Assembleia Regional de Lisboa - 2014.03.24
Relatório de Actividades SRL 2013
Contas SRL 2013
Parecer do Conselho Fiscal Regional de Lisboa

Contas da Ordem dos Farmacêuticos (Formato SNC).....120

Índice

Convocatória da Assembleia Geral Nacional da OF 3
Mensagem do Bastonário 4
Relatório de Actividades da Direcção Nacional 2013 6
Sumário Executivo 6
1. Políticas de Saúde e da Profissão Farmacêutica 8
1.1. Formulário Nacional de Medicamentos (Comissão Nacional de Farmácia e Terapêutica) 8
1.2. Prescrição de medicamentos pela Denominação Comum Internacional (DCI) 9
1.2.1. Novos modelos de receita médica 9
1.2.2. Comissões Regionais de Farmácia e Terapêutica 11
1.2.3. Uso das excepções na prescrição médica 12
1.3. 3ª lista de Medicamentos (MNSRM-DEF) 12
1.4. Carreira Farmacêutica 14
1.5. Farmácias da Região Autónoma da Madeira (Unidose) 14
1.6. Sustentabilidade dos operadores 15
1.6.1. Farmácias 15
1.6.2. Laboratórios de Análises Clínicas 17
1.7. OF condenou fraudes no SNS 18
1.8. Pareceres emitidos pela Ordem dos Farmacêuticos 19
1.8.1. Regime da formação do preço de medicamentos e regime geral de comparticipações do Estado no preço dos medicamentos 19
1.8.2. Regime Jurídico das Convenções no âmbito do SNS 20
1.8.3. Licenciamento de unidades privadas de saúde 20
1.8.4. Cuidados de Saúde Transfronteiriços 21
2. Exercício Farmacêutico 23
2.1. Serviços Farmacêuticos e Vacinação Contra a Gripe Sazonal em Farmácia Comunitária 23
2.2. Competência em Administração de Vacinas e Medicamentos Injectáveis 23
2.3. Directiva das Qualificações Profissionais 23
2.4. Revalidação da Carteira Profissional 24
2.5. Prescrição e Dispensa Electrónica e Informação Clínica 25
2.6. Empregabilidade no Sector Farmacêutico 25
2.6.1. Formação em *soft skills* para desempregados 25
2.6.2. Bolsa de Oportunidades da Ordem dos Farmacêuticos 26
2.6.3. Estudos do Observatório da Empregabilidade no Sector Farmacêutico 26
2.6.4. Medidas no âmbito das quotizações 27
3. Relações Institucionais 28
3.1. Relações com Órgãos de Soberania e Autoridades de Saúde 28
3.2. Conselho Nacional das Ordens Profissionais 28
3.3. Instituições e Parceiros 29
3.4. Protocolos de Colaboração 29
3.5. Intervenções em eventos realizados em Portugal 31
3.6. Cooperação Interprofissional 31
4. Relações Internacionais 33
4.1. Federação Internacional de Farmacêuticos (FIP) 33
4.2. Grupo Farmacêutico da União Europeia (PGEU) 33

4.3. Grupo Europeu de Farmacêuticos de Indústria (EIPG) 34
4.4. EuroPharm Forum 34
4.5. Farmácia Latina 35
4.6. Associação Europeia de Entidades Competentes para as Profissões de Saúde (EurHECA) 35
4.7. Cooperação com os países de Língua Portuguesa 36
4.8. Intervenções em eventos realizados no Estrangeiro 38
5. Iniciativas 40
5.1. Dia do Farmacêutico 2013 40
5.2. Fórum Empresarial do Medicamento e Produtos de Saúde 41
5.3. Estágios ao abrigo do Protocolo OF-MISAU 42
5.4. Protocolos com vantagens para os membros da OF 43
5.5. Centro de Documentação Farmacêutica 44
6. Assuntos Internos 46
6.1. Novo Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos 46
6.2. Organização e Gestão 46
6.3. Relacionamento e Comunicação com os Membros 46
6.4. Sede Nacional da Ordem dos Farmacêuticos 47
6.5. Apoio aos Membros da Ordem dos Farmacêuticos 47
6.6. CIM – Centro de Informação do Medicamento 48
7. Colégios de Especialidade 52
7.1. Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica 52
7.2. Colégio de Especialidade de Análises Clínicas 52
7.3. Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar 53
7.4. Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares 53
Contas da Direcção Nacional 2013 55
Convocatória da Assembleia Regional do Porto 61
Relatório de Actividades da Secção Regional do Porto 2013 62
Contas da Secção Regional do Porto 2013 72
Convocatória da Assembleia Regional de Coimbra 78
Relatório de Actividades da Secção Regional de Coimbra 2013 79
Contas da Secção Regional de Coimbra 2013 90
Convocatória da Assembleia Regional de Lisboa 96
Relatório de Actividades da Secção Regional de Lisboa 2013 97
Contas da Secção Regional de Lisboa 2013 113
Contas da Ordem dos Farmacêuticos 2013 120

ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo Artigo 18º, nº 3, e para os fins do disposto nos Artigos 17º e 18º, nº 1, do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, convoco a Assembleia Geral da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no dia 29 de Março de 2014, pelas dez horas, na Sede da Ordem dos Farmacêuticos, Rua da Sociedade Farmacêutica, nº 18, Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos.

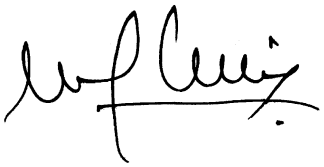
ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Actividades e Contas da Direcção Nacional referentes a 2013;
3. Discussão e deliberação sobre as Contas da Ordem dos Farmacêuticos referentes a 2013;
4. Apreciação e discussão de outros assuntos que os Delegados considerem relevantes para a profissão.

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de Delegados, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois com qualquer número.

Lisboa, 14 de Março de 2014,

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Dr. João Gonçalves da Silveira

Ilustre Colega,

O ano 2013 foi mais um ano de contracção da já muito fragilizada economia portuguesa, com a continuação de políticas públicas de austeridade com forte impacto no sector farmacêutico e, por conseguinte, no exercício farmacêutico.

No plano interno, da Ordem dos Farmacêuticos, 2013 iniciou-se com a tomada de posse dos novos Órgãos Sociais eleitos em Dezembro de 2012. Gostaria de renovadamente agradecer todas as manifestações de apoio a este meu segundo mandato e os testemunhos que recebi e que muito me incentivaram.

No mandato anterior iniciámos uma nova etapa na vida da Ordem, seja no seio da classe farmacêutica seja nas relações instucionais. Fizemo-lo, como sempre afirmei, com o firme desígnio de retomar e fazer valer uma história de prestígio e de repor, em plenitude, o cumprimento da missão estatutária da Ordem, em prol dos farmacêuticos e da saúde.

Temos todos consciência de que o anterior mandato decorreu em circunstâncias muito adversas, de instabilidade política e de forte crise económica e financeira no País, com especial incidência nas finanças públicas e na política orçamental, por conseguinte no sector da saúde. A crise revelou-se e revela-se complexa e persistente. E tem afectado, de modo grave e particularmente preocupante, todo o sector farmacêutico, quer na área do medicamento quer na área analítica, com forte impacto na viabilidade económica dos operadores e, por via disso, no exercício da profissão farmacêutica.

Na esteira do primeiro mandato, temos renovadamente contribuído para que a Ordem dos Farmacêuticos seja, cada vez mais, uma organização forte, coesa e representativa, virada para o exterior, o futuro e o progresso da nossa profissão. Para as grandes questões nacionais da saúde e da profissão e para o desenvolvimento económico e social do País. Para referências de ética, rigor e competência. Seja uma instituição em que, cada vez mais, os seus membros se revejam. E nela vejam uma fonte incontornável de equilíbrio e afirmação activa e construtiva, não apenas dentro da profissão, mas também junto do poder político e de todas as entidades parceiras. Seja, cada vez mais, uma Ordem que acrescente valor.

Neste primeiro ano continuamos a privilegiar e intensificar importantes relações com os poderes políticos e titulares de órgãos de soberania. Devo salientar as audiências e reuniões de trabalho com o Presidente da República, o Presidente do Governo Regional dos Açores, a Procuradora Geral da Republica, o Ministro da Saúde, o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, o Secretário de Estado da Saúde, a Comissão Parlamentar da Saúde, a Comissão Parlamentar de Economia e todos os Grupos Parlamentares. São momentos da maior relevância para a prossecução da missão da Ordem, que muito valorizo. Por isso, procuro dedicar-lhes uma cuidada preparação e a melhor atenção, sempre com a preocupação de transmitir e defender as ideias, os anseios e as propostas da Ordem.

Em outro plano, o das autoridades de saúde, gostaria também de realçar os frutuosos encontros que mantivemos com o Presidente do Infarmed, o Director Geral da Saúde, o Presidente da Administração Central do Sistema de Saúde,o Presidente da Entidade Reguladora da Saúde e o Presidente dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde. Todas estas reuniões constituíram excelentes oportunidades para expor, com apreciável profundidade e detalhe, a visão da Ordem dos Farmacêuticos sobre o sistema de saúde e sobre as principais questões do sector farmacêutico e do exercício da profissão farmacêutica.

Considero que todos estes contactos se inserem bem no espírito de cooperação institucional que, a vários níveis, devo e quero continuar a cultivar o mais fecundamente possível, porque isso contribui, *a final* e de modo decisivo, para a boa e profícua realização dos nossos principais objectivos.

Ao nível das políticas de saúde, seja no domínio do medicamento, seja no domínio analítico, o Governo tomou várias medidas em 2013. Em muitos casos, em significativa confluência com posições que a Ordem dos Farmacêuticos tem defendido, o que muito me apraz registar. Temos plena consciência da difícil situação em que se encontra o País e da imperiosa necessidade de contenção e controlo mais efectivo da despesa pública em geral e da despesa do SNS em particular. Por isso mesmo, procuramos assumir posições construtivas e independentes nos diversos domínios em que temos vindo a intervir.

Gostaria ainda de destacar pelo elevado valor institucional, o *Fórum Empresarial do Medicamento e Produtos de Saúde*, que organizámos em 2013 conjuntamente com o Instituto para o Desenvolvimento da América Latina. Esta iniciativa insere-se no nosso propósito de pugnar para que a Ordem dos Farmacêuticos assuma um papel activo no domínio da diplomacia económica e em especial na promoção da competitividade internacional do *cluster* português da saúde, com particular enfoque no sector farmacêutico.

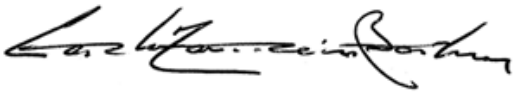
Em suma, seguindo, naturalmente, as traves mestras do nosso programa sufragado nas eleições de Dezembro de 2012, neste primeiro ano do mandato demos continuidade ao novo ciclo da vida da Ordem, quer a nível interno quer a nível externo, conforme temos vindo a reportar trimestralmente através da *Revista da Ordem dos Farmacêuticos*, com o objectivo de proporcionar aos membros um acompanhamento regular da actividade da sua Ordem.

Após este primeiro exercício da Direcção Nacional, temos agora o prazer de apresentar à consideração de todos os membros da Ordem dos Farmacêuticos o Relatório de Actividades e as Contas referentes ao ano 2013.

Consideramos que são duas peças imprescindíveis no relacionamento transparente e rigoroso da Ordem com os seus membros, visando a prestação anual de contas em todas as suas vertentes. Entendemos esta apresentação não apenas como um cumprimento formal de um dever estatutário, mas, de um modo muito especial, como uma preciosa oportunidade de auscultação de todos os membros da Ordem dos Farmacêuticos, em espírito de abertura que gostamos de cultivar.

Lisboa, 14 de Março de 2014

O Bastonário



Prof. Doutor Carlos Maurício Barbosa

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2013
Direcção Nacional

Sumário Executivo

O ano 2013 fica marcado por várias medidas no âmbito da a política da saúde em geral e da política do medicamento em particular, em muitos casos em significativa confluência com posições que a Ordem dos Farmacêuticos tem defendido.

Em relação ao Estatuto do Medicamento tiveram lugar as 7ª e 8ª alterações, em Fevereiro e Setembro, respectivamente. Destaque particular para a 8ª alteração que implementou uma medida há muito preconizada pela Ordem dos Farmacêuticos, a "3ª lista de medicamentos" através da criação da categoria de Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica de Dispensa Exclusiva em Farmácia (MNSRM-DEF).

Perto do final do ano 2013, o Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao regime de formação de preços dos medicamentos e das comparticipações de medicamentos, tendo a OF manifestado o seu parecer em relação a esta matéria, que indicava uma alteração no modelo de formação do preço dos medicamentos, dando maior relevo à componente fixa em detrimento da componente variável.

No primeiro trimestre de 2013 foi criada a Comissão Nacional de Farmácia e Terapêutica, ao nível do Ministério da Saúde, com a missão primordial de elaborar um Formulário Nacional de Medicamentos, bem como Protocolos de Utilização dos Medicamentos, na qual a OF está representada.

Ao nível das Administrações Regionais de Saúde foi concluído o processo de constituição das Comissões de Farmácia e Terapêutica, com o objectivo principal de monitorizar a prescrição e dispensa de medicamentos e o cumprimento dos protocolos de utilização de medicamentos, nas quais a OF está representada.

No último trimestre de 2013 foi publicado um Despacho que criou um Grupo de Trabalho para a implementação da Carreira Farmacêutica no SNS, matéria que a OF tem vindo insistentemente a defender e que, para o efeito, nomeou dois representantes que têm vindo a trabalhar neste assunto em conjunto com o Ministério da Saúde (ACSS, Infarmed e DGS).

No âmbito das análises clínicas, o Governo publicou um novo regime das convenções. A OF manifestou o seu veemente protesto em relação a vários aspectos d proposta inicial, tendo a versão final da legislação sofrido alterações significativas. Também nesta área foi iniciado o processo de revisão do licenciamento das unidades privadas de saúde, relativamente ao qual a OF tem manifestado o seu posicionamento.

No que respeita ao direito de opção dos doentes pelos seus medicamentos, assistimos em 2013 a uma profunda alteração dos modelos de receita médica, tendo sido reposta a legalidade nesta matéria. A OF,

esgotadas as vias de diálogo para a resolução deste problema, viu-se obrigada a recorrer em última instância para o Ministério Público, accionando uma providência cautelar em defesa dos interesses dos cidadãos e da liberdade de escolha dos mesmos em relação aos seus medicamentos, verificando-se hoje, fruto desta diligência, a reposição da legalidade e a circulação de novos modelos de receita médica de acordo com a Lei nº 11/2012, de 8 de Março, que estabeleceu a prescrição através da Denominação Comum Internacional.

Internamente, a OF prossegue o seu caminho da modernização. Neste novo mandato teve lugar uma reestruturação interna e um trabalho permanente na contenção de custos e rentabilização dos recursos existentes. A nível patrimonial foi alienado o imóvel sito na Avenida Almirante Gago Coutinho, em Lisboa, em total conformidade com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 23 de Março de 2013.

Em 2013 foram também publicados trabalhos de âmbito técnico. Além das habituais publicações periódicas do Centro de Informação do Medicamento, assumiram particular destaque o trabalho do Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar, que publicou 3 Manuais - "Material de Penso com Acção Terapêutica","Gases Medicinais" e "Preparação de Citotóxicos" -; a publicação, por parte da Direcção Nacional, de um Guia de Competência Farmacêutica em Administração de Vacinas e Medicamentos Injectáveis e a preparação de mais documentação de cariz técnico que será lançada durante o presente mandato.

Registamos também um crescimento do número de membros da OF e um crescente rejuvenescimento da profissão. Paralelamente, a Direcção Nacional efectuou uma forte aposta na área da empregabilidade no sector farmacêutico, tendo desenvolvido medidas especificas neste domínio, quer a nível formativo, quer a nível das quotizações, quer ainda a nível da divulgação de oportunidades.

O novo mandato que se iniciou em 2013 pretende orientar cada vez mais a Ordem dos Farmacêuticos para a sociedade, desempenhando um papel activo, em colaboração com o Estado, na definição da Política de Saúde e, em particular, da Política do Medicamento, valorizando o papel a desempenhar pelo farmacêutico.

A acção desenvolvida pela Direcção Nacional ao longo do ano 2013 encontra-se também relatada nas edições trimestrais da *Revista da Ordem dos Farmacêuticos*, com o objectivo de proporcionar aos membros um acompanhamento regular da actividade da sua Ordem.

O período de constrangimentos económicos e de assistência financeira que Portugal vive exige redobrados esforços e uma postura responsável, que, aliás, tem sido adoptada por parte da Ordem dos Farmacêuticos e que prosseguirá sempre nesta linha, cumprindo com o papel a desempenhar nas grandes reformas da Saúde.

1. Políticas de Saúde e da Profissão Farmacêutica

1.1. Formulário Nacional de Medicamentos (Comissão Nacional de Farmácia e Terapêutica)

Em Fevereiro foi criada a Comissão Nacional de Farmácia e Terapêutica (Despacho nº 2061-C/2013) que será responsável, entre outras atribuições, pela elaboração de um Formulário Nacional de Medicamentos e de protocolos de utilização dos mesmos.

A OF participou activamente na concretização desta iniciativa legislativa e teve um papel preponderante na sua implementação. Entre as várias medidas de carácter estrutural que tem vindo a propor à tutela, visando racionalidade, ganhos de eficiência e combate ao desperdício de recursos, foi apresentada como "altamente prioritária" a instituição de um formulário de medicamentos para o SNS, "seja para o ambulatório, seja para os hospitais, elaborado com base em critérios técnico-científicos e suportado em estudos rigorosos de avaliação da relação custo/efectividade".

Acolhendo esta proposta, o secretário de Estado da Saúde submeteu à apreciação da OF, no final de Janeiro, o projecto de diploma relativo à criação da CNFT. Prontamente, a OF manifestou a sua plena concordância com os grandes objectivos expressos no documento. A OF concorda com a obrigatoriedade da utilização, nos serviços hospitalares e de ambulatório do SNS, do Formulário Nacional de Medicamentos e de protocolos de utilização de medicamentos elaborados pela nova comissão nacional, tendo sublinhado no seu parecer a importância de articulação do funcionamento desta nova comissão com as Comissões de Farmácia e Terapêutica dos hospitais do SNS e das ARS. De igual modo, a OF sempre defendeu uma comissão constituída paritariamente por farmacêuticos e médicos e a funcionar na esfera do Infarmed. No entender da OF, esta comissão deve ainda ter em atenção a proposta de Normas de Orientação Terapêutica elaborada pela OF e, indo mais longe na obtenção de ganhos em saúde nos planos clínico, humano e económico, deve ser atribuída especial importância à definição, não só dos medicamentos a utilizar em cada patologia, mas também de "percursos de tratamento", a exemplo, aliás, do que vem sendo feito no Reino Unido pelo *National Institute for Health and Clinical Excellence*.

A funcionar na esfera do Infarmed, esta comissão é composta por um presidente e um vice-presidente, pelos directores clínicos e dos serviços farmacêuticos, ou seus representantes, de sete hospitais do SNS, dois representantes, sendo um médico e outro farmacêutico, das Comissões de Farmácia e Terapêutica de três Administrações Regionais de Saúde (ARS), um representante da Ordem dos Farmacêuticos (OF) - Prof.ª Doutora Isabel Vitória Neves de Figueiredo Santos Pereira - e outro da Ordem dos Médicos e um representante da Direcção-Geral da Saúde (DGS).

Com a criação desta estrutura, o Governo reconheceu "a necessidade de reunir numa comissão nacional a elaboração de um Formulário Nacional de Medicamentos e também a promoção da utilização mais eficiente dos medicamentos a nível nacional, definindo critérios de prescrição dos medicamentos, monitorizando a sua utilização e garantindo aos utentes do SNS a equidade no acesso à terapêutica". A CNFT funcionará também em articulação com as Comissões de Farmácia e Terapêutica dos estabelecimentos

hospitalares e das ARS, "promovendo uma integração nacional da actividade por estas desenvolvida", de forma a "garantir a obrigatoriedade da utilização, no SNS, do Formulário Nacional de Medicamentos e de protocolos de utilização de medicamentos que venham a ser definidos".

1.2. Prescrição de medicamentos pela Denominação Comum Internacional (DCI)

1.2.1. Novos modelos de receita médica

Direito de opção dos utentes pelos seus medicamentos

A Ordem dos Farmacêuticos sempre defendeu a consagração legal do princípio da liberdade de opção dos doentes, postos, informadamente, perante a bioequivalência dos medicamentos. Assumimos com convicção esta posição no processo legislativo iniciado pelo Governo, que veio instituir a obrigatoriedade da prescrição dos medicamentos pela DCI, através da Lei nº 11/2012, de 8 de Março, aprovada por amplo consenso pela Assembleia da República. E a Ordem dos Farmacêuticos sempre se manteve empenhada em contribuir para garantir que, na prática, a legislação seria respeitada e os seus objectivos primordiais – de instituir como regra a prescrição dos medicamentos por DCI e promover a liberdade de escolha dos doentes – seriam plenamente alcançados.

Por isso mesmo, a propósito da regulamentação dos novos modelos de receita médica, a OF opos-se a qualquer forma de limitação da liberdade dos doentes quanto à escolha dos seus medicamentos bioequivalentes, e tem também denunciado distorções e desvios na prescrição de medicamentos.

Não obstante a posição da Ordem dos Farmacêuticos contrária à inclusão na receita de qualquer mecanismo que limitasse a livre escolha do doente em contexto de bioequivalência – posição que reiteradamente manifestou ao Ministério da Saúde durante o processo de definição dos novos modelos de receita médica –, o diploma que veio a ser publicado, após alguns meses de avanços e recuos e até de contradições do Ministério da Saúde, contemplava um campo na receita para o doente declarar, no momento da prescrição médica, se pretendia ou não exercer o direito de opção que a lei lhe conferia quanto aos seus medicamentos no momento da dispensa.

Governo obrigado a alterar os modelos de receita médica

Porque sempre considerou que tal disposição violava flagrantemente a letra e o espírito da Lei 11/2012, e feria por conseguinte, de modo grosseiro, a chamada "hierarquia das leis" ao colocar um simples despacho contra uma lei parlamentar, constituindo aliás e sobretudo um inaceitável constrangimento aos direitos dos doentes, desde logo tornou público que a Ordem dos Farmacêuticos recorreria aos meios necessários para defender a legalidade e salvaguardar os direitos dos utentes. De acordo com a referida Lei e com a subsequente Portaria que a regulamenta, é no momento da dispensa do medicamento na farmácia que o doente decide se exerce ou não o seu inalienável direito de opção. Para tal, contam, naturalmente, com a

informação, o apoio e o aconselhamento do seu farmacêutico. Os farmacêuticos podem e devem apresentar ao doente as diferentes possibilidades que existem para concretizar a decisão farmacoterapêutica inscrita na receita.

Não tendo sido possível solucionar o diferendo no âmbito do processo de diálogo com o Ministério da Saúde, a OF requereu ao Ministério Público para que, nos termos legais, este apresentasse uma acção judicial e uma providência cautelar tendentes a suspender e a anular o Despacho que instituiu o novo modelo de receita médica, na parte referente ao campo em causa.

No seguimento do requerimento da Ordem dos Farmacêuticos ao Ministério Público e da subsequente providência cautelar proferida pelo Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, suspendendo a eficácia dos modelos de receita médica devido à existência de um campo destinado à declaração, por parte do utente, no momento da consulta médica, se iria, ou não, exercer o seu direito de opção na farmácia, no momento em que lhe fosse dispensado o medicamento, o secretário de Estado da Saúde publicou um novo Despacho (nº 11254/2013, de 23 de Agosto), que alterou os modelos de receita médica que haviam sido aprovados em Novembro de 2012.

Esta alteração resultou da decisão do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa (TACL), que proferiu uma providência cautelar requerida pela Ordem dos Farmacêuticos ao Ministério Público, de suspensão da eficácia das normas contidas no ponto 1, alíneas a), b) e c) e anexos I, II e III do Despacho nº 15700/2012, de 30 de Novembro, na parte relativa a um campo na frente do modelo de receita médica onde o utente poderia declarar a sua intenção de pretender, ou não, exercer o direito de opção e apor a sua assinatura.

Em prol dos doentes e da defesa dos seus direitos, a Ordem registou com satisfação que a solidez das suas razões foi reconhecida pelo Ministério Público e, mais tarde, também pelo Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, que proferiu a providência cautelar, suspendendo a eficácia dos modelos de receita médica, o que, por consequência, levou o Ministério da Saúde a publicar um novo Despacho, dando cumprimento à decisão judicial e suprimindo o ilegal campo da receita médica.

Modelos de receita médica na Região Autónoma dos Açores

Na Região Autónoma dos Açores foi publicada, no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, a Portaria nº 71/2013, de 30 de Setembro, da Secretaria Regional da Saúde que altera a Portaria n.º 79/2012, de 12 de Julho, que estabelecia o regime jurídico a que obedecem as regras de prescrição de medicamentos, os modelos de receita médica e as condições de dispensa de medicamentos e que define as obrigações de informação a prestar aos utentes.

A Ordem dos Farmacêuticos, relativamente à proposta recebida pelo Secretário Regional da Saúde, que continha um campo na frente da receita para exercício do direito de opção no momento da prescrição, advertiu para a ilegalidade da mesma, de acordo com a argumentação suprareferida, tendo o Secretário

Regional da Saúde levado em consideração os argumentos apresentados pela Ordem dos Farmacêuticos e publicado os modelos definitivos que se encontram em vigor na Região Autónoma dos Açores.

1.2.2. Comissões Regionais de Farmácia e Terapêutica

Ao nível das Administrações Regionais de Saúde foi concluído, em 2013, o processo de constituição das Comissões de Farmácia e Terapêutica e tiveram lugar as primeiras reuniões destas estruturas, criadas pela Portaria nº 340/2012, de 25 de Outubro de 2012, com particular destaque para a competência de proceder ao acompanhamento regular da prescrição, dispensa e utilização de medicamentos.

Ao nível das Regiões Autónomas foram criadas estruturas homólogas, como é o caso da Comissão de Farmácia e Terapêutica da Região Autónoma da Madeira (Portaria nº 78/2013, de 30 de Agosto), responsável pelo acompanhamento, avaliação e controlo no âmbito da prescrição, dispensa e utilização de medicamentos no Sistema Regional de Saúde.

Nos Açores foi criada a Comissão Regional de Farmácia e Terapêutica (CRFT), tendo a OF apresentado o seu mais veemente protesto sobre o processo que conduziu à nomeação desta Comissão. Em carta enviada ao membro do Governo Regional, o Bastonário expressou a sua perplexidade pelo facto de a Secretaria Regional da Saúde não ter tomado em consideração as recomendações e preocupações manifestadas pela OF em Outubro, dias após a publicação do Despacho que criou a CRFT dos Açores. O Despacho nº 2216/2013, de 1 de Dezembro, veio nomear os membros da CRFT dos Açores, criada pelo Despacho nº 1830/2013, de 17 de Outubro. Cinco dias após a publicação deste diploma, a 22 de Outubro, o Bastonário dirigiu uma primeira carta ao Secretário Regional da Saúde dos Açores sublinhando que a OF não poderia aceitar que a CRFT integrasse na sua composição outros profissionais que não médicos ou farmacêuticos, "porquanto apenas estes profissionais possuem conhecimentos técnicos e científicos especializados adequados ao cumprimento dos objectivos a que se propõe a referida Comissão". No entender da OF, "uma Comissão desta natureza deve basear as suas decisões apenas e exclusivamente em critérios eminentemente técnicos, pelo que os membros que a integram devem ter formação específica no âmbito farmacêutico ou médico". Adicionalmente, a OF recordou então que "uma Comissão de Farmácia e Terapêutica deverá ter sempre, e por definição, uma comissão paritária, o que implica que deve ser constituída por igual número de médicos e farmacêuticos", o que não estava assegurado no Despacho que determinou a criação da CRFT dos Açores. Em face destes argumentos, o Bastonário solicitou ao membro do Governo Regional a revisão do Despacho, com vista a corrigir os aspectos mencionados.

Comissão	Representante
Comissão de Farmácia e Terapêutica da Administração Regional de Saúde do Norte	Prof. Doutor Carlos Manuel Magalhães Afonso
Comissão de Farmácia e Terapêutica da Administração Regional de Saúde do Centro	Drª Maria Helena da Silva da Costa Neves Correia Amado
Comissão de Farmácia e Terapêutica da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	Drª Ema Isabel Gouveia Martins Paulino
Comissão de Farmácia e Terapêutica da Administração Regional de Saúde do Alentejo	Dr. Fernando Aires Miranda

Comissão de Farmácia e Terapêutica da Administração Regional de Saúde do Algarve	Drª Isabel Maria Leote Correia Caniné
Comissão de Farmácia e Terapêutica da Região Autónoma da Madeira	Dr. Bruno Olim Ferreira
Comissão Regional de Farmácia e Terapêutica dos Açores	Drª Ana Margarida Marques Batista Martins

1.2.3. Uso das excepções na prescrição médica

A Ordem dos Farmacêuticos denunciou várias situações de incumprimento reiterado por parte de alguns médicos das regras previstas na Lei nº 11/2012 e na Portaria nº 137-A/2012, que instituem a obrigatoriedade de prescrição de medicamentos por DCI, nomeadamente através do recurso indevido e abusivo às excepções previstas na lei.

As dezenas de denúncias que chegaram à Ordem dos Farmacêuticos sobre tal incumprimento demonstraram que os utentes são confrontados com práticas que violam flagrantemente o previsto na lei, na medida em que lhes é retirado o direito de opção, o que os penaliza financeiramente. Para comprovar a ilegalidade, o Bastonário enviou ao ministro da Saúde mais de três dezenas de receitas médicas ilustrativas de usos abusivos das excepções previstas na legislação. Em concreto, alguns prescritores invocaram as excepções em situações em que, manifestamente, as mesmas não se aplicavam.

A Ordem dos Farmacêuticos manifestou que as excepções estavam a ser utilizadas não como verdadeiras excepções, mas sim como regra, situação reprovável não só por configurar uma violação da lei, mas também porque penaliza o Estado e os doentes. Face a esse cenário, o Bastonário solicitou a intervenção urgente do Ministro da Saúde, com vista a pôr termo a estas situações, reiterando designadamente a necessidade de intervenção das Comissões de Farmácia e Terapêutica das ARS.

1.3. 3ª lista de Medicamentos (MNSRM-DEF)

O Governo aprovou em Junho de 2013 um Decreto-Lei que criou a subcategoria de Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica de Dispensa Exclusiva em Farmácia – abreviadamente MNSRM-DEF.

Como sucede em vários países, também em Portugal, durante muitos anos, os medicamentos foram classificados em apenas duas categorias, tendo por base o facto de serem ou não sujeitos a receita médica – MSRM e MNSRM, respectivamente. Em si mesmo, este critério é tecnicamente correcto, encerra um raciocínio lógico e cumpre perfeitamente os objectivos pretendidos. Desde logo, permite distinguir os medicamentos, de forma clara para doentes e profissionais de saúde, quanto à necessidade ou não de receita. O problema é que este critério dualista pode tornar-se verdadeiramente desaconselhável, porque ineficiente e até perigoso, quando é submetido a uma decisão política de permitir a venda, fora das farmácias, de todos os medicamentos classificados como não sujeitos a receita médica.

Foi o que sucedeu em Portugal quando, em 2005, o Governo decidiu "liberalizar" e abrir um novo canal de venda, aliás hoje esmagadoramente dominado pelas cadeias de hipermercados. Outros países, que,

antes de Portugal, haviam adoptado modelo semelhante, souberam, avisadamente, criar condições para minimizar eventuais impactos negativos na saúde dos cidadãos. Para o efeito, criaram uma subcategoria de medicamentos que, sendo classificados como MNSRM, preenchem certas razões de natureza técnico-científica e de defesa da saúde pública, relacionadas com o respectivo perfil de segurança, potência farmacológica ou com a sua utilização, as quais recomendam a dispensa exclusiva em farmácia, sob a responsabilidade de um farmacêutico. Foi exactamente o que agora, com oito anos de atraso, o Governo português decidiu fazer e que bem saudamos.

Por razões de protecção da saúde pública, a Ordem dos Farmacêuticos sempre defendeu a adopção desta medida. E, importa recordar, não estivemos isolados neste processo. Já em 2005, quando o Governo tomou a citada má decisão, a Comissão Técnica de Medicamentos, que funciona na esfera do Infarmed e é constituída por reputados peritos independentes, na sua maioria médicos e farmacêuticos, recomendou a adopção de uma política do tipo que agora, finalmente, é assumida. Tal, contudo, não mereceu a aceitação do Ministro da Saúde à época em funções e, por conseguinte, Portugal teve de aguardar 8 anos por uma medida que mais não visa do que proteger a Saúde Pública.

A magnitude dos danos causados pelo uso inadequado e irracional dos medicamentos é eminentemente qualitativa e não é fácil de mensurar, até pela habitual falta de dados. Por isso, infelizmente, ficamo-nos pelas presunções e suposições. Mas os profissionais de saúde, que contactam diariamente com os doentes, conhecem bem as complicações hepáticas devidas ao uso abusivo de paracetamol, o sangramento e as subsequentes complicações provocadas pela toma indiscriminada de anti- -inflamatórios não esteróides, os efeitos associados ao uso sistemático da contracepção de emergência (conhecida por pílula do dia seguinte) como se de um regular método anticoncepcional se tratasse, etc. Foi, pois, com grande convicção que sempre defendemos a consagração legal da "terceira lista", como é habitualmente designada a subcategoria de MNSRM agora criada. Trata-se, em nosso entender, de uma medida com elevado alcance em termos de protecção da Saúde Pública. O conjunto de medicamentos disponíveis nos espaços de venda de MNSRM tem vindo a alargar- -se muito significativamente, incluindo, neste momento, medicamentos de uso prolongado ou que contêm substâncias activas que, pela sua natureza, perfil de segurança ou pelas suas indicações terapêuticas, exigem aconselhamento e acompanhamento farmacêutico. Por isso, defendemos que, nestes casos, os medicamentos apenas devam ser dispensados nas farmácias.

Através da consagração legal do princípio subjacente à "terceira lista", fica agora plenamente assegurado que a dispensa dosmedicamentos incluídos nesta subcategoria passará a processar-se ao abrigo da responsabilidade de umdirector-técnico farmacêutico, com base em critérios técnico-científicos e deontológicos e em cumprimento dos protocolos de dispensa aplicáveis. E em local – a farmácia – emque há garantias da presença permanente de um responsável farmacêutico, no exercício de uma função sujeita a supervisão, reunindo todos os requisitos para assegurar a dispensa adequada de medicamentos e a promoção do seu uso correcto e racional. Reconheçamos, porém, que há ainda um longo caminho a percorrer para, neste domínio, se eliminar situações inadequadas e susceptíveis de fazer perigar a saúde pública. A lista de MNSRM-DEF a constituir terá de ser elaborada estritamente à luz de critérios de natureza técnica e científica e visando a protecção da saúde pública.

O medicamento não é um bem de consumo corrente. Banalizá-lo, representa riscos para a saúde pública. é preciso salvaguardar que o medicamento é utilizado de forma racional, segura e efectiva. Com a presente medida o nosso sistema de saúde dá um importante passo em frente.

1.4. Carreira Farmacêutica

O Despacho nº 14215/2013, publicado em Diário da República a 5 de Novembro, reconheceu que a actividade do farmacêutico justifica uma análise e avaliação do seu enquadramento profissional. Assim, tendo em consideração o trabalho já anteriomente desenvolvido, ao nível da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), o Ministério da Saúde pretende agora equacionar o modelo mais adequado ao enquadramento da actividade do farmacêutico no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Com a criação do mencionado grupo de trabalho, que integra três elementos da ACSS, um da Direcção-Geral da Saúde, um do Infarmed e dois da Ordem dos Farmacêuticos, podendo ainda contar com a colaboração de técnicos cujo contributo se entenda necessário para o desenvolvimento dos trabalhos, serão analisados aspectos como o âmbito e áreas de actividade dos farmacêuticos, a existência de dois regimes contratuais – o contrato de trabalho em funções públicas e o contrato individual de trabalho –, a formação pré-carreira e a atribuição do título de especialista e intervenção da OF.

A Ordem dos Farmacêuticos nomeou como representantes neste grupo de trabalho o farmacêutico especialista em Farmácia Hospitalar, Armando Alcobia, e a farmacêutica especialista em Análises Clínicas, Luísa Espinhaço.

1.5. Farmácias da Região Autónoma da Madeira (Unidose)

O Hospital Central do Funchal iniciou em 2013 a prescrição e dispensa de medicamentos em unidose aos doentes em ambulatório e aos utentes atendidos no Serviço de Urgência. O Decreto Regional que institui este novo modelo de distribuição de medicamentos consagrou também a implementação desta prática nas farmácias comunitárias.

Cerca de um ano após a publicação do regime de dispensa de medicamentos em unidose na Região Autónoma da Madeira (RAM), o Governo Regional aprovou o diploma que regulamenta este novo modelo de distribuição de medicamentos aos doentes em ambulatório do Hospital Central do Funchal, bem como aos utentes que tenham sido sujeitos à prestação de cuidados de saúde no Serviço de Urgência. O Decreto Regulamentar Regional nº 5/2013/M, de 18 de Fevereiro, veio "regulamentar a dispensa, embalagem e identificação do medicamento em unidose no Serviço de Saúde da RAM e nas farmácias comunitárias".

A Ordem dos Farmacêuticos pronunciou-se publicamente sobre a implementação desta medida na RAM. Em comunicado e em carta dirigida ao secretário regional, propôs a realização de auditorias técnicas a todos os locais onde estão a ser dispensados medicamentos em unidose à população. Sugeriu ainda que fosse efectuada uma avaliação económica do impacto da medida e denunciou atropelos à liberdade dos

cidadãos madeirenses quanto à escolha da farmácia em que desejam receber assistência farmacêutica, tendo, por isso, solicitado a reposição da legalidade.

Como princípio geral, a OF tem vindo a defender que a dispensa de medicamentos em quantidade individualizada não pode colocar em causa a qualidade, a segurança e a eficácia dos medicamentos. Do mesmo modo, deve ser garantida a rastreabilidade dos produtos em todo o circuito, incluindo após a sua dispensa aos doentes. E deve ser fornecida aos doentes informação completa, oral e escrita, sobre a correcta utilização dos medicamentos, incluindo, naturalmente, o respectivo folheto informativo.

No entender da Ordem, estes importantes requisitos, bem como todos os procedimentos associados, devem ser devidamente avaliados e auditados, pelo que recomentou ao Governo Regional da Madeira a realização de auditorias técnicas, por uma entidade independente, a todos os locais onde estão a ser dispensados medicamentos em unidose à população.

A Ordem considerou ainda que não estão devidamente quantificados os benefícios económicos que eventualmente possam advir do sistema que se decidiu implementar, o qual, para dar as devidas garantias aos cidadãos, tem de necessariamente envolver investimentos elevados, quer em recursos humanos especializados, quer em equipamentos e infra-estruturas. Por este motivo, propôs igualmente ao Governo Regional que fosse efectuada uma avaliação económica do impacto da medida implementada, em particular no que respeita à quantificação rigorosa de eventuais poupanças para o Serviço Regional de Saúde e para os madeirenses.

Além destas propostas, a OF constatou também, com grande perplexidade, que o sistema de dispensa de medicamentos instituído na RAM estava a condicionar gravemente a liberdade dos doentes quanto à escolha da farmácia em que desejam receber assistência farmacêutica. Em face destas circunstâncias, a OF denunciou publicamente o grave e intolerável atropelo à liberdade dos cidadãos madeirenses. E, de igual modo, apresentou ao Governo Regional o seu mais veemente protesto, solicitando a urgente reposição da legalidade.

Em deslocação posterior à Madeira, o Bastonário foi recebido em audiência pelo Secretário Regional dos Assuntos Sociais, Francisco Jardim Ramos. Na reunião, o membro do Governo Regional assinou uma portaria que assegura aos utentes do serviço de urgência do Hospital Nélio Mendonça o direito de opção pela farmácia em que pretendem aviar os seus medicamentos e manifestou a aceitação das propostas da OF quanto à realização de uma auditoria técnica ao sistema de dispensa de medicamentos em unidose e de uma avaliação económica da medida.

1.6. Sustentabilidade dos operadores

1.6.1. Farmácias

A Ordem dos Farmacêuticos entregou ao Secretário de Estado da Saúde um documento em que são apresentados caminhos e soluções para reverter a grave situação económica e financeira que as farmácias atravessam. As propostas da Ordem dos Farmacêuticos foram analisadas no dia 26 de Fevereiro, naquela que

foi a primeira de um conjunto de reuniões de trabalho que os dirigentes tiveram com o responsável do Ministério da Saúde sobre diferentes matérias relacionadas com a actividade e a profissão farmacêutica.

As propostas da Ordem dos Farmacêuticos procuraram responder à necessidade de controlar a despesa em saúde e reduzir os custos dos tratamentos para níveis que garantam a sustentabilidade do sistema de saúde, preconizando uma gestão e utilização mais custo-efectiva da terapêutica farmacológica. Propuseram-se, assim, a definição, implementação e monitorização de medidas que também garantissem a sustentabilidade da farmácia comunitária — segundo dados de Dezembro de 2012 do MOPE, encontravam-se 64 farmácias em situação de insolvência e 176 farmácias penhoradas.

Assente na convicção de que o farmacêutico comunitário deve ser considerado como membro integrante da equipa de cuidados de saúde, a Ordem dos Farmacêuticos recordou que as intervenções destes profissionais de saúde ao nível da farmácia comunitária já previnem hospitalizações e intervenções dispendiosas. As farmácias destacam-se pela sua proximidade à população, sendo as estruturas de saúde mais homogeneamente distribuídas pelo país, proporcionando acessibilidade não só ao medicamento, mas ao profissional de saúde.

Contudo, a Ordem manifestou considerar que o seu potencial está ainda subaproveitado, sugerindo a disponibilização de serviços diversos e a sua remuneração, pela capacidade de concretização de poupanças no sistema de saúde a jusante. Nesta perspectiva, a Ordem dos Farmacêuticos tem vindo a diligenciar o desenvolvimento de competências específicas nos farmacêuticos para corresponder aos novos desígnios do sistema de saúde.

A implementação de serviços essenciais e diferenciados torna as farmácias verdadeiros centros de prevenção e terapêutica, apoiando a população na prevenção, diagnóstico precoce e tratamento de diversas patologias. Estes serviços, prestados por profissionais com formação específica e de acordo com protocolos e procedimentos elaboradores por instituições de referência, contribuem para a obtenção de elevados ganhos em saúde, económicos e humanísticos, tal como está demonstrado em vários estudos nacionais e internacionais. Estes serviços devem ser prestados em articulação com os objectivos do Plano Nacional de Saúde, bem como com as prioridades e indicadores para os cuidados de saúde primários e remunerados de forma financeiramente sustentável para as farmácias. Desde logo, através da implementação de um *fee* pelo acto farmacêutico associado à dispensa de cada medicamento, mas também a adopção de margens transitórias mais altas para os produtos de preço mais baixo, e a estagnação dos preços públicos abaixo de determinado preço, por exemplo, cinco euros.

A Ordem manifestou-se igualmente convicta da necessidade de rever o sistema de comparticipação de medicamentos, de forma a torná-lo mais transparente, justo e equitativo.

Além destas medidas, a Ordem dos Farmacêuticos defendeu a criação de uma lista de medicamentos não sujeitos a receita médica de dispensa exclusiva em farmácias, a transferência de alguns medicamentos de dispensa exclusiva hospitalar para as farmácias comunitárias e a integração da farmácia na estratégia nacional de acompanhamento do doente crónico, nomeadamente do doente diabético. Nesse caso concreto, a Ordem recordou que a intervenção da farmácia pode contemplar áreas como a prevenção e

identificação de indivíduos suspeitos e a autovigilância ou monitorização do doente entre consultas médicas. Estas unidades de saúde poderiam também desenvolver serviços que permitam que o doente receba a medicação prescrita em *pillpacks* descartáveis (dispositivos tipo blister com alvéolos onde se distribui a medicação a tomar pelo doente durante um determinado período), preparados na farmácia e sob a supervisão de um farmacêutico. Este serviço pretenderia garantir a correcta utilização dos medicamentos adquiridos e melhorar os resultados em saúde através de um uso seguro dos medicamentos.

1.6.2. Laboratórios de Análises Clínicas

Durante o ano 2013, a Direcção Nacional apresentou, nas várias reuniões com os órgãos de soberania, a preocupação referente à sustentabilidade do sector das análises clínicas. Neste âmbito, assume particular relevo a revisão do regime jurídico das convenções que tenham por objecto a realização de prestações de cuidados de saúde aos utentes do SNS (Decreto-Lei nº 139/2013), publicado em Diário da República, no dia 9 de Outubro, foi aprovado em Conselho de Ministros a 14 de Agosto e promulgado pelo Presidente da República a 4 de Outubro, apresentando diferenças em relação à versão inicialmente submetida à apreciação da Ordem dos Farmacêuticos que, no seu parecer enviado ao Secretário de Estado da Saúde, e, posteriormente, ao Presidente da República, apresentou fundadas reservas em relação aos seus pressupostos.

A título de exemplo, a Ordem defendeu que "nos mercados com baixo grau de concentração e/ou concorrência significativa", deve ser utilizado o procedimento de contratação que proteja os laboratórios de pequena e média dimensão. Na versão publicada foi estabelecido, entre outras medidas, que aos laboratórios existentes "nos concelhos com população residente igual ou inferior a 30.000 eleitores residentes e que tenham volume de facturação anual inferior a 250 mil euros, é aplicado o procedimento previsto na alínea b) do nº 1", que remete para os contratos de adesão, ao invés do concurso público que estava previsto como regra na proposta inicial.

A Ordem manifestou-se também favorável à "prevalência das convenções de âmbito nacional sobre as convenções de âmbito regional", desde que isso não destrua a capacidade instalada no âmbito da iniciativa privada dos operadores de pequena dimensão, uma vez que "corrige algumas desigualdades existentes no Serviço Nacional de Saúde (SNS)". A Ordem dos Farmacêuticos advertiu ainda para a importância de ser defendida a "responsabilidade técnica efectiva", no que respeita aos especialistas em Análises Clínicas pela OF e especialistas em Patologia Clínica pela Ordem dos Médicos (OM), facto que veio a ser aceite na versão publicada, no âmbito dos "requisitos de idoneidade para a celebração de convenções", que exigem "a orientação e responsabilidade técnica de profissionais de saúde devidamente habilitados para a realização de prestações de saúde".

No que respeita ao período de validade das convenções, entendeu a Ordem dos Farmacêuticos, no parecer que enviou, que a proposta inicial de 3 anos seria manifestamente "incompatível com o investimento realizado", tendo sugerido o alargamento para 5 anos, alteração que foi consagrada no diploma publicado. Este prevê também que os preços máximos a pagar "são os constantes na tabela de preços do SNS", no

entanto “podem ser estabelecidos preços inferiores”, assim como “serão estabelecidos limites mínimos de preços, de forma a assegurar a qualidade das prestações de saúde, em condições normais de concorrência”, em ambos os casos mediante despacho do membro do Governo responsável. O novo regime jurídico prevê ainda que a cessação dos contratos actualmente em vigor que se encontrem “dentro do prazo de denúncia previsto no clausulado tipo aplicável, cessam no termo do período da renovação a que o mesmo respeita”.

Uma das principais preocupações da OF em torno deste diploma foi a de que fosse garantido, num quadro de sustentabilidade do SNS, a sustentabilidade dos Laboratórios de Análises Clínicas/Patologia Clínica e, por conseguinte, o acesso dos cidadãos a estes cuidados de saúde específicos e a autonomia e independência dos seus directores técnicos – farmacêuticos especialistas em Análises Clínicas pela OF e médicos especialistas em Patologia Clínica pela OM. A OF entendeu que a salvaguarda da autonomia e independência dos directores técnicos constituiu a melhor forma de assegurar aos cidadãos e ao Estado o rigor e a qualidade das análises realizadas.

No documento enviado ao secretário de Estado da Saúde, Manuel Teixeira, a OF recordou que o diploma, em vigor desde 1998, foi sendo aplicado com grande discricionariedade e ao sabor das circunstâncias políticas, quer pelas Administrações Regionais de Saúde, quer pelas Unidades Locais de Saúde, mas sempre com a cobertura da Administração Central do Sistema de Saúde e do poder político, prejudicando os interesses das entidades convencionadas com quem o SNS contratou serviços.

Por este motivo, a OF entendeu que o estabelecimento de um novo regime jurídico das convenções no âmbito do SNS deveria constituir uma oportunidade para se evitar que, no futuro, se repitam novos erros que prejudiquem, quer a acessibilidade dos utentes do SNS às prestações de saúde garantidas pelo sector privado, quer os resultados das políticas de consolidação das finanças públicas, traduzidos estes últimos nos gastos incomensuráveis efectuados pelos serviços públicos sempre que, sem critério e sem método, substituem compulsivamente a prestação privada de cuidados de saúde pela prestação pública, que tantas vezes é menos eficiente e mais onerosa.

1.7. OF condenou fraudes no SNS

O combate à fraude é um desígnio da instituição que representa a profissão farmacêutica em Portugal, razão pela qual a Ordem dos Farmacêutico tem desde sempre manifestado abertura para a colaboração com o Ministério da Saúde e com os Tribunais em todos os casos de burla ao Serviço Nacional de Saúde.

A Ordem dos Farmacêuticos tem acompanhado atentamente as notícias veiculadas pela comunicação social relacionadas com alegadas fraudes ao Serviço Nacional de Saúde. Do mesmo modo, tem atribuído a maior relevância às comunicações oficiais emitidas pelas autoridades judiciais sobre o alegado envolvimento de farmacêuticos em actos ilícitos, em nada condizentes com os deveres profissionais a que os farmacêuticos estão vinculados.

Publicamente, a Ordem dos Farmacêuticos tem reafirmado o seu repúdio e condenado estas práticas, situações que constituem um gravíssimo ataque aos portugueses e que lançam uma mancha sobre a profissão que a Ordem dos Farmacêuticos não pode aceitar.

A Ordem dos Farmacêuticos tem todo o interesse em tomar posição sobre esta matéria, quer cooperando com a justiça, quer instaurando, se necessário, processo de averiguações para apuramento dos factos e, eventualmente, para instauração do competente processo disciplinar no caso de existirem indícios da práticas de ilícitos disciplinares e/ou penais.

Seguindo a mesma conduta sempre que são reveladas oficialmente as conclusões de diligências judiciais, o Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos solicitou à Procuradora-Geral da República a identidade dos farmacêuticos alegadamente envolvidos nos processos desencadeados em 2013, bem como os elementos sobre os actos ilícitos que lhes são imputáveis, tendo em vista a instauração de processos de averiguações para apuramento dos factos pelo competente.

A obrigação de esta Ordem defender o seu prestígio e a dignidade do exercício da profissão farmacêutica constituem um imperativo legal e ético que pretendemos prosseguir quer quanto aos seus próprios membros, quer quanto aos superiores interesses do Estado.

1.8. Pareceres emitidos pela Ordem dos Farmacêuticos

1.8.1. Regime da formação do preço de medicamentos e regime geral de comparticipações do Estado no preço dos medicamentos

O Governo aprovou em 2013, em Conselho de Ministros a alteração do regime geral das comparticipações do Estado no preço dos medicamentos e a alteração do regime da formação do preço dos medicamentos sujeitos a receita médica e dos medicamentos não sujeitos a receita médica comparticipados.

Esta iniciativa legislativa, anunciada em Dezembro, previu a introdução de procedimentos para aferir a mais-valia dos medicamentos que justifiquem a sua comparticipação pelo Estado, bem como a introdução de um limite à dedução administrativa de preço de medicamentos genéricos para efeitos da sua comparticipação. Essencialmente, o diploma veio criar uma maior exigência nas demonstrações de efectividade e de valor terapêutico dos medicamentos comparticipados, promovendo maior escrutínio e racionalidade no incentivo público à sua utilização. Adicionalmente, foi estipulado um preço mínimo para os medicamentos genéricos, sem prejuízo de reduções adicionais estabelecidas concorrencialmente e procedeu-se a alterações no regime da formação do preço dos medicamentos, revendo as componentes fixas e variáveis das margens de comercialização, visando privilegiar a sustentabilidade do acesso a medicamentos e prevenir distorções na disponibilização dos medicamentos mais baratos.

A Ordem dos Farmacêuticos enviou em Novembro ao secretário de Estado da Saúde algumas considerações sobre o projecto de diploma que foi enviado aos parceiros sociais, tendo registado com satisfação o reforço da componente de avaliação económica sistemática das tecnologias de saúde, no âmbito do seu custo-efectividade, medida que a OF tem vindo a defender. Do mesmo modo, congratulou-se pelo facto

de o projecto apresentado reforçar o apropriado sistema misto para a formulação de preços dos medicamentos, o qual, pelo reforço da componente fixa em detrimento da percentagem associada ao preço do medicamento, contribui para uma valorização económica do acto farmacêutico praticado.O parecer da OF considerou ainda, entre outras matérias, que deve ser prontamente implementada a possibilidade de remuneração adicional às farmácias pela dispensa de medicamentos genéricos, e de entre estes dos mais baratos, tendo em consideração razoável, entre outros aspectos, os critérios de elegibilidade destas medidas e a retribuição inerente com vista a aumentar a quota de medicamentos genéricos. A este propósito, a OF sugeriu também que se preveja não só uma remuneração adicional referente à dispensa de medicamentos genéricos, mas também a inclusão de um ponto que preveja a remuneração adicional das farmácias em função da participação em programas, projectos e serviços de interesse público na área da Saúde, de acordo com as prioridades do sistema de saúde, e dependente de um adequado enquadramento regulamentar.

Finalmente, a OF recordou também que, com a recente revisão dos países de referência para a formação do preço dos medicamentos, se prevê uma redução de custos com medicamentos em cerca de 15 milhões de euros para os utentes, e em cerca de 23 milhões de euros para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), importando no entanto ter presente à custa de quem serão suportadas estas reduções, tendo também em atenção o actual nível de endividamento dos operadores do circuito do medicamento e o iminente risco de colapso da cadeia de distribuição de medicamentos em Portugal. Face a isso, a OF reiterou a sua imensa preocupação em relação ao futuro do sector e os alertas que tem vindo a fazer ao Ministério da Saúde.

1.8.2. Regime Jurídico das Convenções no âmbito do SNS

Foi publicado em Diário da República, no dia 9 de Outubro de 2013, o novo regime jurídico das convenções que tenham por objecto a realização de prestações de cuidados de saúde aos utentes do SNS, no âmbito da rede nacional de prestação de cuidados de saúde. O diploma apresentou algumas alterações à proposta inicial submetida pelo Governo à apreciação da Ordem dos Farmacêuticos que, inclusivamente, enviou o seu parecer ao Presidente da República, alertando para o seu impacto na sustentabilidade dos laboratórios privados de análises clínicas (*vide* 1.6.2. do presente Relatório).

1.8.3. Licenciamento de unidades privadas de saúde

A Ordem dos Farmacêuticos apresentou em 2013 um parecer sobre as os Projectos de Portaria visam estabelecer os procedimentos de licenciamento de unidades de saúde que prossigam actividades de patologia clínica/análises clínicas e de genética humana, definindo os requisitos técnicos e de qualidade, nomeadamente no domínio das instalações e no dos equipamentos, responsabilizando, em particular, os agentes e a Direcção Técnica dos estabelecimentos.

Neste, a Ordem dos Farmacêuticos entende ser dispensável a intervenção do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA) no processo de licenciamento, conforme proposto no projecto de diploma. Com efeito, o INSA apresenta-se como um prestador de serviços na mesma área dos laboratórios,

concorrendo com estes no mercado, facto que poderá "potenciar" uma situação de conflito de competências (mesmo considerando que o INSA é qualificado como um laboratório de referência).

A OF propos igualmente que fosse prevista expressamente a "genética humana" como valência do laboratório de patologia clínica ou análises clínicas, dado que na proposta enviada se considerava como uma área isolada.

No Capítulo das "Disposições finais e transitórias", a OF propos que o prazo proposto de adaptação de dois anos fosse alterado para cinco anos, permitindo que os laboratórios em funcionamento à data da publicação da Portaria possam promover de modo progressivo a sua adequação aos complexos e exaustivos requisitos técnicos nela elencados. Com efeito, muitos dos laboratórios convencionados com o SNS serão obrigados a proceder a algumas alterações de carácter estrutural nas suas instalações (físicas, funcionais e de espaço) adaptando-as ao rigoroso elenco de requisitos técnicos e de qualidade que constam do projecto de Portaria.

Quanto ao Projecto de Portaria relativo às unidades privadas que prossigam actividades laboratoriais de genética de apoio à clínica, entende a OF ser desnecessária a sua publicação, dado não se justificar a definição de um processo de licenciamento autónomo e tão complexo para as unidades privadas que prossigam actividades laboratoriais de genética humana, tal como o definido no Projecto de Portaria que foi apresentado.

Assim, defendeu a OF que para os novos contratos de prestadores de serviços na área da genética humana deverá ser apenas exigido o cumprimento dos requisitos constantes do Manual de Boas Práticas Laboratoriais relativo às actividades de patologia/análises clínicas. Para tal, estas entidades deverão contar com recursos humanos e técnicos devidamente habilitados ao exercício desta valência, cumprindo as disposições constantes do Manual de Boas Práticas Laboratoriais do Ministério da Saúde, bem como as recomendações internacionais na área, incluindo as normas de qualidade para testes de genética molecular definidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

1.8.4. Cuidados de Saúde Transfronteiriços

A OF pronunciou-se sobre o projecto de diploma que visa transpor para o ordenamento jurídico nacional a Directiva nº 2011/24/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de Março de 2011, relativa ao exercício dos direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços, a qual foi colocada em consulta pública pelo Ministério da Saúde.

No parecer enviado ao Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Fernando Leal da Costa, a OF salientou a possibilidade de aquisição de medicamentos noutros países da União Europeia com a hipótese de comparticipação pelo Estado, de acordo com o Formulário Nacional de Medicamentos em elaboração e os Protocolos de Utilização desses mesmos Medicamentos, tendo também alertado para os

diferentes ritmos de avaliação sistemática das tecnologias de saúde nos diferentes países, o que poderá levar a uma dificuldade na gestão do acesso equitativo à inovação.

A OF sugeriu também uma atenção especial para a harmonização dos processos formativos das carreiras dos profissionais de saúde, por questões relacionadas com a segurança e qualidades dos cuidados de saúde.

Por fim, a OF alertou para a possibilidade de inclusão de centros nacionais na rede de referenciação europeia, de modo a possibilitar a entrada de doentes europeus e a promoção do turismo de saúde.

2. Exercício Farmacêutico

2.1. Serviços Farmacêuticos e Vacinação Contra a Gripe Sazonal em Farmácia Comunitária

A OF reuniu com a Direcção-Geral da Saúde no âmbito dos objectivos enunciados para a época 2014-2015, de atingir a meta de 75% de cobertura da população idosa vacinada, tendo referido a vacinação contra a gripe sazonal em farmácia comunitária, realçando a formação dos farmacêuticos para o efeito e a distribuição territorial das farmácias comunitárias enquanto estruturas de prestação de cuidados de saúde de proximidade com elevadíssimos graus de satisfação e eficiência.

Na referida reunião, a OF propôs o envolvimento dos farmacêuticos comunitários no processo de vacinação contra a gripe, com o objectivo de sensibilizar os utentes para a importância da vacinação, para contribuir para o aumento da cobertura vacinal e para a dispensa e administração de vacinas.

2.2. Competência em Administração de Vacinas e Medicamentos Injectáveis

A Ordem dos Farmacêuticos estabeleceu em 2013 os requisitos mínimos para o reconhecimento da formação de farmacêuticos para administração de vacinas e medicamentos injectáveis em farmácia comunitária, bem como o reconhecimento retroactivo das acções de formação já realizadas neste domínio.

De acordo com a Deliberação 139/CD/2010 rectificada pela Deliberação 145/CD/2010 do Conselho Directivo do Infarmed, a administração de vacinas nas farmácias comunitárias é da responsabilidade do farmacêutico director técnico e "deve ser executada por farmacêuticos com formação adequada reconhecida pela Ordem dos Farmacêuticos (OF) ou por enfermeiros específica e exclusivamente contratados para esse efeito".

No cumprimento desta disposição, apenas os farmacêuticos com formação reconhecida pela Ordem dos Farmacêuticos poderão administrar vacinas e medicamentos injectáveis nas farmácias, pelo que foram estabelecidos os requisitos mínimos para o reconhecimento da formação, bem como o reconhecimento retroactivo das acções de formação realizadas no período anterior à entrada em vigor dos requisitos definidos, actualmente disponíveis no Portal da *Internet* da Ordem dos Farmacêuticos.

2.3. Directiva das Qualificações Profissionais

Em 28 de Dezembro de 2013, foi publicada no Jornal Oficial da União Europeia, a Directiva 2013/55/EU que altera a Directiva 2005/36/CE relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais e que altera o Regulamento (UE) nº 1024/2012 relativo à cooperação administrativa através do Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI).

A Ordem dos Farmacêuticos acompanhou as diferentes fases de revisão da Directiva 2005/36/CE, que passou por uma primeira fase, liderada pela Comissão Europeia (CE), que envolveu uma consulta pública

alargada à sociedade civil, a avaliação dos relatórios dos coordenadores nacionais da Directiva e culminou com a elaboração de uma proposta legislativa. Esta proposta foi adoptada a 19 de Dezembro de 2011 pela CE tendo seguido depois para a fase seguinte, que decorreu durante 2012. Esta segunda fase foi caracterizada pela discussão no Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, seguindo os processos de comitologia liderados pela eurodeputada Bernardette Vergnaud. O relatório final, adoptado pelo Parlamento Europeu a 23 de Janeiro de 2013, passou à fase de Triálogo – discussão para a concordância política entre a Comissão, o Parlamento Europeu e o Conselho.

A OF participou na revisão através dos seus contributos tanto junto das associações europeias a que pertence – como o Grupo Farmacêutico da União Europeia (PGEU) e o Grupo Europeu dos Farmacêuticos de Indústria (EIPG) –, como junto das instâncias nacionais chamadas ao processo de revisão – o Alto Comissariado para a Saúde (hoje extinto) sob tutela do Ministério da Saúde e a Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) sob tutela do Ministério da Economia – dando conhecimento dos seus pareceres à Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER).

Durante o ano de 2013 a OF remeteu uma proposta de alteração à Directiva relativa ao Reconhecimento das Qualificações Profissionais, do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia, em Abril, tendo colaborado no âmbito da revisão Portuguesa da posição do Parlamento Europeu para alteração da Directiva Relativa ao Reconhecimento das Qualificações Profissionais, em Novembro.

Os Estados-membros terão um período de dois anos para transposição da Directiva 2013/55/EU para cumprirem os ajustamentos necessários às legislações nacionais.

2.4. Revalidação da Carteira Profissional

A Direcção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos decidiu durante 2013 prorrogar, para 31 de Dezembro de 2014, o prazo para a revalidação da Carteira Profissional para os membros que deveriam concluir o processo em 31 de Dezembro de 2013.

De acordo com a proposta do Conselho para a Qualificação e Admissão, a Direcção Nacional deliberou que os farmacêuticos nesta situação deverão completar, adicionalmente, 3 Créditos de Desenvolvimento Profissional (CDP), totalizando assim 18 CDP no final de 2014.

O sistema de qualificação profissional, consagrado no Estatuto da OF, vincula todos os membros a uma contínua actualização de conhecimentos. A Direcção Nacional recomendou a todos os farmacêuticos a actualização permanente da informação relativa ao seu desenvolvimento profissional, através da área reservada no portal da OF, inserindo comprovativos do exercício profissional (todos os farmacêuticos têm direito a 2 CDP por cada ano de exercício da profissão) e das formações realizadas.

Os CDP relativos às actividades formativas previamente creditadas pela Ordem são atribuídos a cada formando após comunicação da entidade formadora à OF. As actividades formativas que não foram previamente creditadas pela OF deverão ser comunicadas a esta pelos próprios formandos a título individual, através da sua área reservada no portal da Ordem, tendo em vista a creditação dos respectivos CDP.

2.5. Prescrição e Dispensa Electrónica e Informação Clínica

A Direcção Nacional apresentou aos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde a posição da instituição que representa os farmacêuticos portugueses sobre a prescrição electrónica, reforçando as suas vantagens, quer para o sistema de saúde quer para os doentes, desde que envolva a desmaterialização da receita médica, na esteira da experiência-piloto realizada entre Janeiro de 2005 e Novembro de 2006 no distrito de Portalegre e como já acontece noutros países europeus.

A OF considera que a prescrição electrónica aumenta fortemente os níveis de eficiência e melhora os níveis de segurança, permitindo maior comodidade aos doentes e o seu melhor acompanhamento pelos profissionais de saúde, potenciando uma efectiva gestão integrada da doença e permitindo maior controlo da despesa e maior combate à fraude. No entender dos dirigentes da OF, o modelo a adoptar para a instituição da receita electrónica não deverá fixar-se apenas na componente administrativa, mas ser encarado como uma importante oportunidade para a prestação de melhores cuidados de saúde à população.

Do mesmo modo, a OF considera que, no processo de instituição da prescrição electrónica em Portugal, deverá ser reconhecido o importante papel do farmacêutico na prestação de cuidados de saúde. Assim, deve ser consagrada a possibilidade de os farmacêuticos acederem ao historial farmacoterapêutico dos doentes e poderem inscrever informação que se revele importante. O conhecimento do perfil fisiopatológico do doente e da sua história farmacoterapêutica é vital para a prestação de bons cuidados de saúde à população.

Em 2013 foram criados 2 grupos de trabalho no âmbito da prescrição electrónica, um referente à prescrição electrónica em meio hospitalar, em que a OF está representada pelo Dr. João Paulo Cruz, tesoureiro da Direcção Nacional e farmacêutico hospitalar, e um outro referente à prescrição electrónica em ambulatório, no qual a OF está representada pela Drª Ema Paulino, presidente da Secção Regional de Lisboa e farmacêutica comunitária.

2.6. Empregabilidade no Sector Farmacêutico

2.6.1. Formação em *soft skills* para desempregados

A Ordem dos Farmacêuticos e o Centro de Formação Profissional para Comércio e Afins (CeCOA) assinaram em 2013 um protocolo de colaboração com o objectivo de promover uma plataforma de desenvolvimento de percursos formativos no âmbito da formação contínua de profissionais do sector farmacêutico.

No âmbito deste acordo, foi lançado um plano de formação intitulado "*Soft Skills* para Farmacêuticos", destinado a farmacêuticos desempregados e disponível gratuitamente, sendo financiado por fundos comunitários, através do qual se pretende promover a aposta na formação em áreas não abrangidas pelo currículo universitário.

Este plano de formação integra o programa QUALIFICA e é composto por três fases, a primeira intitulada "Comunicação na prestação de cuidados de saúde, a segunda "Língua Alemã – informações acerca da vida quotidiana, compras, serviços e pontos de interesse turístico" e a terceira "Plano de negócio – criação de pequenos e médios negócios". O programa surgiu em conssonância com o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Observatório da Empregabilidade no Sector Farmacêutico (OESF), constituído por representantes da OF, da Associação Portuguesa de Jovens Farmacêuticos (APJF) e da Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF).

A primeira fase do plano de formação decorreu em simultâneo em Coimbra, Lisboa e Porto, nas instalações da OF, entre os meses de Outubro e Dezembro, com a realização da acção de formação "Comunicação na pres-tação de cuidados de saúde".

A segunda fase do plano de formação decorrerá no primeiro trimestre de 2014 nas instalações da OF, em Coimbra, Lisboa e Porto, com uma formação dedicada à aprendizagem de conceitos básicos da língua Alemã.Para o segundo trimestre de 2014 está prevista a terceira fase do plano de formação.

2.6.2. Bolsa de Oportunidades da Ordem dos Farmacêuticos

No âmbito da criação de uma plataforma digital intitulada *Bolsa de Oportunidades*, a Ordem dos Farmacêuticos deu início em 2013 à construção de um espaço virtual dinâmico destinado à inserção de oportunidades (como posições laborais, estágios, bolsas, etc) pelas entidades interessadas e à inserção de candidaturas apresentadas pelos farmacêuticos, que será disponibilizado aos farmacêuticos em 2014.

2.6.3. Estudos do Observatório da Empregabilidade no Sector Farmacêutico

Boletins do OESF

O Observatório da Empregabilidade no Sector Farmacêutico (OESF) publicou, em 2013, 3 Boletins que se encontram disponíveis no Portal da *Internet* da Ordem dos Farmacêuticos, designadamente:

- Farmacêuticos Registados – Admissões

- Farmacêuticos Registados – Distribuição Nacional

- Farmacêuticos Registados – Instituições de Ensino Superior universitário de proveniência

Inquérito sobre o emprego dos Diplomados MICF 2011/2012

O OESF publicou o inquérito aos diplomados 2011/2012, que se encontra disponível no Portal da *Internet* da Ordem dos Farmacêuticos. Este inquérito teve por objectivos traçar o perfil dos recém-diplomados

nas vertentes da sua situação de emprego actual, nas condições que antecederam a sua situação laboral e as perspectivas de continuidade de emprego.

Pesquisa aos dados de candidatura e colocação de alunos nos MICF

O OESF conduziu uma pesquisa dos dados de candidatura e colocação de estudantes nos cursos de Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas (MICF) nas Instituições de Ensino Superior Universitário (IESU) cujos dados se encotram disponíveis para consulta pública.Os resultados serão publicados durante o ano 2014.

2.6.4. Medidas no âmbito das quotizações

A Direcção Nacional, tendo em consideração a difícil conjuntura, com pronunciadas implicações a nível das famílias, empresas e instituições, e tendo presente, de um modo especial, a situação dos farmacêuticos desempregados e dos jovens farmacêuticos, deliberou em 2013 prescindir de actualizar as quotas e as jóias para 2014, mantendo-se assim os valores que vigoraram no ano anterior.

Foi também definido baixar em 5 por cento o valor nominal das quotizações de 2014 para a modalidade de pagamento anual, preferencialmente por débito bancário ou pagamento por referência multibanco.

Foi ainda dada continuidade à possibilidade de os novos membros liquidarem de forma fraccionada o valor da jóia de inscrição em três prestações seguidas trimestrais, e de os farmacêuticos que se encontrem sem trabalho suspenderem o pagamento de quotizações logo a partir do mês seguinte àquele em que teve lugar a desvinculação laboral.

3. Relações Institucionais

Em 2013 a Ordem dos Farmacêuticos prosseguiu com o espírito de cooperação interinstitucional, promovendo e estreitando as relações com Instituições ligadas ao sector da Saúde em Portugal.

3.1. Relações com Órgãos de Soberania e Autoridades de Saúde

A Direcção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos realizou uma série de reuniões durante o ano 2013, tendo como objectivo a apresentação formal de cumprimentos aos titulares dos órgãos de soberania e a discussão dos principais temas da profissão farmacêutica e das políticas de saúde, tendo a Direcção Nacional apresentado aos respectivos interlocutores os principais vectores que nortearão o presente mandato à frente dos destinos da Instituição, sempre com o objectivo de contribuir positivamente para novas soluções e novos caminhos que sirvam o sistema de saúde português e, muito especialmente, o Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Assim, tiveram lugar reuniões com o Presidente da República, o Presidente do Governo Regional dos Açores, a Procuradora Geral da República, o Ministro da Saúde, o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, o Secretário de Estado da Saúde, a Comissão Parlamentar da Saúde, a Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas e todos os Grupos Parlamentares.

Ao nível das Autoridades de Saúde, a OF reuniu com o Presidente do Infarmed, o Director-Geral da Saúde, o Presidente da Administração Central do Sistema de Saúde, o Presidente da Entidade Reguladora da Saúde e o Presidente dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde.

3.2. Conselho Nacional das Ordens Profissionais

O Conselho Nacional das Ordens Profissionais representa uma plataforma de diálogo entre as diversas Ordens Profissionais. No ano 2013 destaca-se particularmente a publicação da Lei nº 2/2013, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das Associações Públicas Profissionais e a consequente adaptação das Ordens Profissionais ao novo regime legal. Também as iniciativas relacionadas com o "Impulso Jovem" e o "Balcão do Empreendedor" foram, por diversas vezes, analisadas.

O Governo e o Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP) assinaram um protocolo de colaboração que vem alargar o âmbito da medida Passaporte Emprego, uma iniciativa integrada no Plano Estratégico de Iniciativas à Promoção de Empregabilidade Jovem e Apoio às Pequenas e Médias Empresas – "Impulso Jovem", tendo como objectivo promover a realização de estágios profissionais. O compromisso foi assinado no dia 25 de Janeiro, na Presidência do Conselho de Ministro, pelo Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e pelo presidente do CNOP numa cerimónia que contou com a presença do Bastonário da OF.

3.3. Instituições e Parceiros

Mantendo-se fiel ao princípio de diálogo com estruturas representativas das diferentes áreas de intervenção profissional dos farmacêuticos, a Direcção Nacional da OF reuniu com várias instituições, designadamente com a Associação Nacional das Farmácias (ANF), Associação para a Defesa do Consumidor (DECO), Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina (IPDAL), Associação dos Profissionais de Registos e Regulamentação Farmacêutica (APREFAR), Presidente da Comissão Sectorial para a Saúde (CS/09) do IPQ, Associação Nacional das Freguesias (ANAFRE), Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF), Liga dos Chineses em Portugal, AMROP e PharmaPortugal.

No ano 2013 o Bastonário da OF realizou também uma visita às instalações do Centro Hospitalar Lisboa Norte, em que reuniu com o Conselho de Administração deste Centro Hospitalar.

3.4. Protocolos de Colaboração

Renovação do acordo com a Universidade Católica Portuguesa - PAGEF

A Ordem dos Farmacêuticos e a Católica Lisbon School of Business & Economics (SBE) renovaram em 2013 o protocolo de parceria, tendo em vista a organização anual do Programa Avançado de Gestão para Farmacêuticos (PAGEF).

A OF e os coordenadores do PAGEF efectuaram em 2013 uma actualização científica e pedagógica, na óptica da aquisição reforçada de competências. Procurou-se assim ampliar os campos, as perspectivas e as utilidades do PAGEF.

Ainda que mantendo marcada a vertente da gestão para os farmacêuticos comunitários, abriu-se também, de algum modo, o curso para os farmacêuticos hospitalares, os farmacêuticos de indústria, os farmacêuticos envolvidos na distribuição grossista e na logística do medicamento, os farmacêuticos de análises clínicas e, de um modo abrangente, os farmacêuticos de todo o "cluster" português da saúde.

Associação para a Assistência Farmacêutica - Banco Farmacêutico

A Ordem dos Farmacêuticos protocolou com o Banco Farmacêutico a participação nas acções desta Associação, nomeadamente ao nível da participação Institucional e divulgação junto dos farmacêuticos. Em 2013 teve lugar a 5º edição da Jornada de Recolha de Medicamentos, uma iniciativa do Banco Farmacêutico, que conta com o apoio da Ordem dos Farmacêuticos (OF), realizada em Fevereiro, com a participação de 110 farmácias distribuídas pelas regiões do Alentejo, Algarve, Covilhã, Lisboa, Santarém e Setúbal. Esta iniciativa teve como objectivo sensibilizar os portugueses a doar medicamentos e produtos de saúde adquiridos nas farmácias e que foram entregues a 67 IPSS/Misericórdias, distribuídas pelas seis regiões onde a campanha teve lugar.

Observatório de Interacções Planta-Medicamento

Foi assinado um protocolo de colaboração entre a OF e o Observatório de Interacções Planta-Medicamento, da Universidade de Coimbra, tendo em vista a produção e divulgação de informação junto dos profissionais de saúde e da população em geral, de forma a promover uma utilização segura e racional dos medicamentos e outras especialidades farmacêuticas, através da partilha de conteúdos e da realização de iniciativas no âmbito da investigação nesta área.

hmR – Health Market Research

A Ordem dos Farmacêuticos celebrou um protocolo de colaboração com a hmR – Health Market Research, no sentido de prosseguir a publicação de artigos na secção "Mercado Farmacêutico" da Revista da Ordem dos Farmacêuticos, sendo este também extensível ao acesso de dados relevantes para a actividade da OF.

Associação Portuguesa de Jovens Farmacêuticos

A OF e a APJF protocolaram o desenvolvimento de acções conjuntas no âmbito do voluntariado farmacêutico, nomeadamente a constituição de uma bolsa de voluntários constituída por farmacêuticos e/ou estudantes de Ciências Farmacêuticas.

Centro de Formação Profissional para o Comércio e Afins (CECOA)

Com o objectivo de promover o desenvolvimento de novas competências que se assumam como vantagens competitivas para os farmacêuticos, a Ordem dos Farmacêuticos decidiu lançar um Plano de Formação SOFT SKILLS PARA FARMACÊUTICOS, através do qual pretende promover a aposta na formação em áreas não abrangidas pelo currículo universitário. Assim, celebrou um Protocolo com o CECOA no sentido de disponibilizar formações gratuitas para desempregados nas áreas de Comunicação, Língua Estrangeira e Plano de Negócios.

Novo Nordisk

A OF e a Novo Nordisk celebraram um protocolo de colaboração no âmbito da implementação de um projecto de promoção e educação para a saúde a nível nacional, materializado através do projecto Geração Saudável, da Secção Regional de Lisboa da OF. As temáticas centrais são a Diabetes e a Obesidade Infantil, sendo prevista formação nesta área aos aulunos das escolas básicas do 2º ciclo.

3.5. Intervenções em eventos realizados em Portugal

Em 2013 a Ordem dos Farmacêuticos esteve presente em vários eventos conforme indicado na tabela seguinte. Particular destaque, pela temática e relevância para a profissão, para o evento organizado pela Comissão Sectorial para a Saúde (CS/09) do Instituto Português da Qualidade, o Seminário "Gestão da Terapêutica: a caminho do uso racional do medicamento", em 14 de Novembro, cuja dinamização esteve a cargo do representante da OF na CS/09, da qual é Vice-Presidente, Henrique Santos, e no qual a OF participou no tema ”Podemos melhorar o processo do uso do medicamento?” através da moderação da Drª Ema Paulino, membro da Direcção Nacional e Presidente da Secção Regional de Lisboa da OF, e no Painel "Segurança do doente no processo de uso do medicamento", no qual o Bastonário da OF participou enquanto comentador.

Destaque também para o 11º Congresso Nacional das Farmácias, subordinado ao tema "o Novo Contrato Social para a Farmácia", no qual o Bastonário da OF participou no Painel "Contributo do Medicamento para uma Saúde Sustentável" e na Sessão de Encerramento.

A OF colaborou com as Instituições ligadas ao sector estudantil e académico, tendo participado em eventos científicos das Associações de Estudantes.

A nível da Indústria Farmacêutica, a OF participou em Sessões de discussão, tendo o Bastonário da OF participado, designadamente, na Mesa Redonda intitulada “Políticas de Saúde na Hepatite C – Perspectiva Portuguesa”, uma iniciativa da *Janssen Pharmaceuticals*, em Setembro, e no Seminário de Jornalistas 2013, intitulado “O Papel Social do Estado na Saúde”, mais concretamente no painel “Constrangimentos no Acesso à Saúde”, em Novembro, uma iniciativa da *Merck Sharp & Dohme* e da Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa.

3.6. Cooperação Interprofissional

A Ordem dos Farmacêuticos manteve, ao longo de 2013, uma postura dialogante e de abertura no âmbito do esforço conjunto entre as diferentes profissões, em particular da área da saúde, com vista à defesa do sistema de saúde e da cooperação interprofissional.

Queixa crime por difamação e ofensa

Em Setembro de 2013 o país foi surpreendido pela insólita compra de espaços publicitários em jornais por parte da Ordem dos Médicos, relatando exaustiva e desmedidamente um isolado caso de uma algeda irregularidade no aviamento de uma receita médico por uma farmácia.

O anúncio da Ordem dos Médicos (OM), intitulado “os doentes estão a ser enganados ao balcão das farmácias”, foi publicado em vários jornais entre 17 e 21 de Setembro. O Bastonário da OF reagiu de imediato, tendo afirmado que tais acusações eram absolutamente falsas e inquestionavelmentedifamatórias de toda uma classe profissional, que sempre se pautou e pauta por criteriosas e idóneas regras morais, éticas e

deontológicas, salientando que a referida campanha da lançou um manto de suspeições sobre os farmacêuticos que assumem a direcção técnica de todas as farmácias em Portugal e que têm a responsabilidade técnica e deontológica de todos os actos farmacêuticos nelas praticados, ao generalizar um eventual caso isolado e de quase nula representatividade. O caso apresentado pela OM, no mencionado anúncio, referia-se a uma prescrição bloqueada pela excepção c) – "continuidade de tratamento superior a 28 dias" – deatorvastatina 40mg, em embalagens de 28 cápsulas, do Laboratório Azevedos, e de perindopril+indapamida 4+1,5mg, em embalagens de 30 comprimidos, do laboratório Ciclum, que, alegadamente, teriam sido substituídos numa farmácia por medicamentos equivalentes, das marcas Sandoz e Generis, respectivamente, mais caros.O caso relatado no anúncio publicitário da Ordem dos Médicos foi publicamente explicado pelo próprio utente a quem foram dispensados os medicamentos. Segundo explicou, em declarações ao Diário de Notícias, não existiu qualquer troca na farmácia: perante a informação de que um medicamento prescrito se encontrava esgotado, o utente preferiu levar os medicamentos que tomava anteriormente.

Em carta enviada ao Bastonário da OM, o Bastonário da OF, Carlos Maurício Barbosa, solicitou o envio de todos os dados relativos a esta alegada irregularidade, bem como de outras que fossem do seu conhecimento, para que a OF possa desencadear as competentes acções disciplinares. Em resposta, o Bastonário da OM manifestou-se disponível "para analisar e debater todas as matérias comuns às nossas prestigiadas profissões". Contudo, contrariamente ao que havia sido solicitado pela OF, não forneceu qualquer elemento relativo às suas acusações públicas, razão pela qual o Bastonário da OF reiterou o pedido ao seu homólogo da OM. Numa primeira análise, verificou-se que um dos medicamento receitados não esteve disponível nos armazenistas/distribuidores em Portugal em 2013. Além disso, constatou-se que a informação da OM, segundo a qual o bloqueio de ambos os medicamentos prescritos com a excepção c) visava "permitir ao doente manter as mesmas marcas em medicação crónica, evitando confusões, e para ter direito à medicação mais barata", não correspondia à realidade.

Apesar de a OF sempre defender para o sistema de saúde a cooperação interprofissional e não o antagonismo entre classes profissionais, a gravidade das acusações proferidas pelo Bastonário da OM motivou, da parte da Direcção Nacional, a ponderação de todas as implicações no plano jurídico, tendo em vista promover a cabal reparação de consequências injuriosas, caluniosas e difamatórias causadas aos farmacêuticos portugueses. Na sequência da referida ponderação, a Direcção Nacional decidiu avançar judicialmente com um processo crime por difamação e ofensa contra o Bastonário da OM e contra todos os responsáveis pelas afirmações e insinuações difamatórias, com vista à integral reposição da verdade dos factos e, bem assim, da defesa do bom nome e honra de todos os farmacêuticos.

4. Relações Internacionais

A Ordem dos Farmacêuticos prosseguiu a cooperação institucional que tem vindo a adoptar, designadamente nas relações com as Instituições parceiras a nível Internacional.

Em Fevereiro de 2013 a OF recebeu os Quadros Superiores do Ministério da Saúde de Moçambique (MISAU), através do Bastonário e do Presidente do Conselho para a Cooperação.

O Bastonário da OF e a Presidente da Secção Regional de Lisboa visitaram as instalações da *American Pharmacists Association*, em Setembro de 2013, em Washington, onde conheceram o sistema de Farmácias Norte-Americano.

No âmbito da cooperação institucional, a OF recebeu a visita dos Finalistas do Curso de Farmacêuticos Inspectores de ENSP de Rennes, França, em Setembro.

4.1. Federação Internacional de Farmacêuticos (FIP)

No ano 2013 a OF apoiou as candidaturas dos farmacêuticos Ema Paulino, para o cargo de Secretária Profissional do *Board of Pharmaceutical Practice* da FIP, e Luís Lourenço, para o cargo de Secretário da *Community Pharmacy Section* da FIP, tendo ambos sido eleitos para os respectivos cargos.

A Federação Internacional Farmacêutica realizou, entre 31 de Agosto e 5 de Setembro em Dublin, na Irlanda, o seu Congresso Anual com o tema "*Towards a Future Vision for Complex Patients*". Do vasto conjunto de iniciativas previstas no programa do evento, destaca-se o *Council Meeting* da FIP, do qual a OF faz parte, que aprovou a "Declaração sobre a Contribuição Efectiva dos Farmacêuticos para a Melhoria da Saúde Materna, do Recém-Nascido e da Criança"

4.2. Grupo Farmacêutico da União Europeia (PGEU)

Os membros do PGEU estiveram reunidos em Assembleia Geral nos dias 14 de Março e 13 de Novembro, em Bruxelas, e no dia 18 de Junho em Roma onde decorreu também, no dia anterior, o Simpósio Anual desta organização. Participaram nestes encontros, o Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos e a Presidente da Secção Regional de Lisboa, Ema Paulino, que apresentou a situação das farmácias em Portugal na Assembleia Geral de Março.

Nas reuniões foram debatidos vários assuntos de índole profissional, os desenvolvimentos legislativos referentes à actividade farmacêutica, bem como as tendências liberalizadoras e a situação económica do sector nos diferentes países europeus.

Durante o Simpósio Anual, que contou com a participação do Ministro da Saúde Italiano, foi apresentada a visão do PGEU sobre a profissão farmacêutica e abordada a perspectiva dos doentes e dos consumidores.

Na Assembleia Geral de Junho, os membros do PGEU elegeram o presidente da organização para 2014. A presidência do Grupo será assumida pela Eslováquia, que se tornou membro de pleno direito PGEU em 2004, na pessoa de Štefan Krchnak, da Câmara dos Farmacêuticos Eslovaca. Ocupará o cargo de Presidente a partir de Janeiro de 2014

O Grupo Farmacêutico da União Europeia (PGEU), a Associação Europeia de Farmacêuticos Hospitalares (EAHP) e o Grupo Europeu de Farmacêuticos de Indústria (EIPG) emitiram um comunicado conjunto, a 17 de Maio de 2013, apelando à acção dos governos dos diferentes países europeus, dos reguladores e da Comissão Europeia, no sentido de resolver o crescente de escassez de medicamentos. Os responsáveis destas três organizações apresentaram no Parlamento Europeu provas das dificuldades que têm vindo a ser sentidas pelos diferentes agentes do sector do medicamento.

O Bastonário da OF e o Vice-Presidente da OF, José Vieira Gavino, participaram num encontro com o presidente do PGEU, Maximin Liebl, e o secretário-geral da organização, John Chave, realizado no dia 6 de Junho, na sede da Associação Nacional das Farmácias, em Lisboa. Durante a reunião, os responsáveis do PGEU apresentaram o panorama actual do sector das farmácias nos vários países europeus, em particular em Itália, de onde o presidente do PGEU é natural, bem como as actividades previstas pela organização para este ano. Em destaque estiveram também os serviços farmacêuticos prestados em farmácia comunitária.

4.3. Grupo Europeu de Farmacêuticos de Indústria (EIPG)

A assembleia Geral do Grupo Europeu de Farmacêuticos de Indústria (EIPG) decorreu em Bruxelas, nos dias 19, 20 e 21 de Abril de 2013, tendo contado com a presença do Presidente do Conselho do Colégio De Especialidade de Indústria Farmacêutica, Nuno Moreira, e por Maria João Tavares, membro do mesmo Conselho. A reunião teve início no dia 19 com um Simpósio intitulado "*Biotech and Advanced Therapies: Challenges and Opportunities*".

Durante a Assembleia Geral do EIPG, nos dias seguintes, procedeu-se à eleição do novo Presidente – Jean Pierre Paccioni, da Ordem dos Farmacêuticos de França – e estabelecido que Luigi Martini, presidente cessante, assumiria o cargo honorífico de Past President. Foi ainda discutida a continuidade do desenvolvimento profissional dos Qualified Person e de outros grupos com responsabilidade na cadeia do medicamento, a Directiva relativa à falsificação de medicamentos e o problema das rupturas de stock ao nível Europeu.

4.4. EuroPharm Forum

O Bastonário da OF, acompanhado pela presidente da Secção Regional de Lisboa, participou no dia 4 de Setembro na Assembleia Geral do EuroPharm Forum, que se realizou em Dublin, na Irlanda, à margem do 73º Congresso Mundial da Federação Internacional de Farmácia (FIP). Na reunião foram eleitos os novos membros do Comité Executivo e debatidas as prioridades e desafios futuros desta organização.

4.5. Farmácia Latina

Os representantes das associações profissionais de farmacêuticos e de outras associações representativas do sector da Farmácia Comunitária de Portugal, Espanha, França e Itália estiveram reunidos a 10 de Julho, em Paris, em mais um encontro da Farmácia Latina. A agenda do encontro contemplou a discussão e análise de vários assuntos relacionados com a regulação da profissão farmacêutica e da actividade das farmácias comunitárias em cada um dos países. A OF esteve representada pelo Bastonário, Carlos Maurício Barbosa, e pela Presidente da Secção Regional de Lisboa, Ema Paulino.

Nesta reunião foram debatidas as tendências liberalizadoras no sector das farmácias, nomeadamente as conjunturas do exercício profissional farmacêutico em Itália, Espanha e Portugal. A intervenção portuguesa esteve a cargo da Presidente da Secção Regional de Lisboa da OF, Ema Paulino.

Nesta reunião da Farmácia Latina foram ainda abordados os novos modelos de remuneração das farmácias e os problemas de sustentabilidade económica e financeira destas unidades de saúde.

4.6. Associação Europeia de Entidades Competentes para as Profissões de Saúde (EurHECA)

A Associação Europeia de Entidades Competentes para as Profissões de Saúde (EurHeCA), da qual a OF é membro constitutivo, esteve reunida em Assembleia Geral pela primeira vez, no dia 7 de Novembro, no Ministério da Saúde de França, numa reunião que contou com a participação do Bastonário da OF. Na Assembleia Geral foi constituído o primeiro Board da EurHeCA, no qual se fazem representar cada uma das cinco profissões da área da Saúde estabelecidas pela Directiva Europeia 2005/36/EU, das qualificações profissionais. O *Board* tem como Presidente Patrick Fortuit, enquanto representante da autoridade competente para os farmacêuticos. O primeiro e segundo Vice-Presidentes são, respectivamente, as autoridades competentes para os médicos e enfermeiros, compondo ainda o *Board* a autoridade competente para os médicos dentistas e a autoridade competente para as parteiras.

Além dos assuntos internos e administrativos relacionados com o funcionamento desta estrutura, foram analisados as diferentes actividades e projectos em que a associação está envolvida, como a adopção de um Livro Branco sobre repositórios de dados de profissionais de saúde, a colaboração com a Rede de Saúde do Sudeste Europeu (SEEHN), a reunião com a Organização Mundial de Saúde e Comissão Europeia e o impacto de uma da Carteira Profissional Europeia para os profissionais de saúde, que vise a promoção da mobilidade e a garantia da segurança dos doentes.

Ainda durante 2013 houve reuniões informais desta organização, a 22 e 23 de Fevereiro em Lisboa, organizada pela OF, e a 6 de Setembro em Dublin, por ocasião do Congresso Anual da FIP, que serviram de preparação aos trabalhos da primeira Assembleia Geral da EurHeCA.

4.7. Cooperação com os países de Língua Portuguesa

De entre as variadas preocupações e intervenções da OF, as actividades de cooperação e apoio aos países membros da comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, têm merecido especial atenção e destaque. O Conselho para a Cooperação da Ordem dos Farmacêuticos, tem estabelecido, de forma coerente e consistente, as relações de trabalho e solidariedade com os países lusófonos, em particular na área da Saúde e da intervenção farmacêutica.

4.7.1. X Congresso Mundial de Farmacêuticos de Língua Portuguesa

Assembleia Geral da AFPLP

Em Luanda, na véspera do início dos trabalhos do X Congresso Mundial de Farmacêuticos de Língua Portuguesa, os membros da AFPLP estiveram reunidos em Assembleia Geral, tendo aprovado, por unanimidade, uma Resolução sobre "Prestação de Serviços pelas Farmácias", que será dada a conhecer à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), aos Governos e à população.

Nesta 13ª Assembleia Geral da AFPLP foram também eleitos os novos órgãos sociais para o biénio 2013-2014, cuja presidência do Conselho de Administração foi assumida por Moçambique, na pessoa do farmacêutico Lucílio Williams. Portugal e Brasil assumem a vice-presidência da associação, nas pessoas de João Silveira, presidente da Mesa da Assembleia Geral da OF, e Valmir de Santi, vice-presidente do CFF. Finalmente, foi deliberado que o próximo Congresso da AFPLP será realizado em Moçambique, em 2015.

X Congresso Mundial de Farmacêuticos em Angola

O Congresso, propriamente dito, iniciou-se a 30 de Maio, com a realização da sessão solene de abertura, presidida pelo secretário de Estado da Saúde de Angola, Carlos Alberto Masseca, e na qual intervieram também o presidente cessante da AFPLP, Daniel António, o Bastonário da OF, Carlos Maurício Barbosa, e o vice-presidente da AFPLP, João Silveira, autor de uma conferência intitulada "Modelo de Intervenção Farmacêutica na Farmácia de Oficina".

José Aranda da Silva presidente do Conselho para a Cooperação da OF, foi moderador do primeiro painel do evento, na Sessão plenária intitulada "Qualificação e Formação Farmacêutica nos Países de Língua Portuguesa". Os restantes painéis do congresso debateram os temas da "Regulamentação como Meio para o Desenvolvimento Sustentado da Farmácia e do Medicamento", das "Perspectivas do Circuito do Medicamento e Resultados em Saúde" e da "Produção de Medicamentos como Potenciador do Desenvolvimento Local".

Numa sessão prévia à sessão solene de encerramento do Congresso foi dado a conhecer a constituição do Fórum das Autoridades Reguladoras de Medicamentos do espaço lusófono (Farmed), uma rede de regulação do sector da farmácia e do medicamento, alicerçado em relações de confiança recíproca e cujo objectivo é cooperar e harmonizar aspectos de carácter regulamentar, registo de medicamentos, licenciamento e inspecção.

Os farmacêuticos angolanos anunciaram ainda a criação da Comissão Instaladora da Ordem dos Farmacêuticos de Angola, liderada por Boaventura Moura e que integra ainda os farmacêuticos António Zangulo, Helena Vilhena e Pombal Mayembe, com 90 dias para criar condições para a proclamação da Ordem dos Farmacêuticos de Angola.

Durante os dias em que decorreu o Congresso da AFPLP, o Centro de Congressos de Talatona foi também palco para a primeira Feira Lusófona de Saúde. O certame contou com 70 módulos de exposição de 50 empresas nacionais e estrangeiras, que apresentaram a sua oferta de produtos e serviços destinada aos profissionais de saúde.

Assinatura do Protocolo OF – Ministério da Saúde de Cabo Verde

No âmbito do apoio aos farmacêuticos, sob tutela da Direcção Geral da Farmácia e do Medicamento do Ministério da Saúde de Cabo Verde (DGFM), foi assinado um Protocolo de Cooperação entre a OF e o Ministério da Saúde de Cabo Verde, a 30 de Maio em Luanda, por ocasião do X Congresso Mundial de Farmacêuticos da AFPLP, que abrange essencialmente a cooperação formativa dos quadros da DGFM.

O Bastonário e a Directora-Geral da Farmácia e do Medicamento de Cabo Verde, Ângela Silvestre, em representação da ministra da Saúde de Cabo Verde, Cristina Fontes Lima, assinaram o acordo que visa, entre outros aspectos, a reorganização da Farmácia Hospitalar neste país africano, o apoio da OF na definição de políticas, elaboração de legislação e outras normas legais relacionadas com o sector farmacêutico e a promoção de formação pós-graduada de farmacêuticos cabo-verdianos, bem como a realização de estágios em Portugal.

4.7.2. Ordem dos Farmacêuticos de Angola

Anunciada no X Congresso Mundial da AFPLP, em Luanda, a instalação da Ordem dos Farmacêuticos de Angola (OFA) deu mais um passo na sua recente história elegendo para Bastonário e Presidente do Conselho Nacional da OFA, com 96,23% dos votos, Boaventura Moura, farmacêutico que tem dado um forte contributo para a actividade da AFPLP, nomeadamente quando colocou todo o seu dinamismo e empenho na organização do último Congresso Mundial em Angola.

Até à instalação da Ordem dos Farmacêuticos de Angola, os profissionais de farmácia estavam inscritos na ASSOFARMA – Associação dos Profissionais de Farmácia de Angola que engloba todas as categorias profissionais, nomeadamente técnicos básicos, médios e licenciados.

O Bastonário da Ordem dos Farmacêutico, Carlos Maurício Barbosa, esteve presente, no dia 25 de Outubro, na cerimónia de Proclamação da Ordem dos Farmacêuticos de Angola (OFA) e de tomada de posse de Boaventura Moura como primeiro Bastonário da OFA, bem como dos demais órgãos sociais eleitos, tendo sido convidado a integrar a mesa da presidência para representar a Comunidade de Farmacêuticos de Língua Portuguesa. A sessão realizada no Hotel Trópico, em Luanda, foi presidida pelo secretário de Estado da

Saúde, Carlos Alberto Masseca, em representação do ministro da Saúde, José Van-Dúnem, e contou também com a participação do Governador da Província de Luanda, José Luis Pascoal, de vários deputados, Bastonários e representantes das outras Ordens angolanas da área da Saúde.

Os Bastonários das Ordens dos Farmacêuticos de Portugal, Carlos Maurício Barbosa, e de Angola, Boaventura Moura, estiveram reunidos no dia 28 de Novembro, na sede da OF, em Lisboa, num encontro em que participaram também o Vice-Presidente da OF de Portugal, José Vieira Gavino, o Presidente do Conselho Fiscal da OF de Angola, Pombal Mayembe, e João Novo, a acompanhar a comitiva angolana. Os representantes dos farmacêuticos portugueses apresentaram as instalações da OF, a sua estrutura, funcionamento, competências e atribuições, e os dirigentes da OF de Angola efectuaram um ponto de situação relativamente à constituição da sua Ordem profissional, proclamada a 25 de Outubro. Ambos os dirigentes reforçaram a disponibilidade de colaboração e cooperação entre as duas entidades no âmbito da regulação da profissão farmacêutica nos dois países.

4.8. Intervenções em eventos realizados no Estrangeiro

O Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo (CRF-SP) realizou, entre os dias 5 e 8 de Outubro, a 17° edição do Congresso Paulista de Farmacêuticos e a 9° edição do Seminário Internacional de Farmacêuticos, ambos subordinados ao tema “Conhecimento, Prática e Atitude: Essência do Farmacêutico”. O evento contou com a participação de vários farmacêuticos portugueses, entre os quais o Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos, que, durante o Simpósio Satélite Internacional, explicou a "Organização da Farmácia Comunitária em Portugal". Em paralelo com o Congresso Paulista de Farmacêuticos, a Associação Ibero-Americana das Academias de Farmácia (AIAF) organizou entre os dias 5 e 8 de Outubro, o seu quinto congresso anual, subordinado ao tema “Novas Fronteiras nas Ciências Farmacêuticas” e que contou com uma palestra do Bastonário da OF sobre o ensino de Ciências Farmacêuticas em Portugal. O Bastonário da OF foi ainda recebido, no dia 7 de Outubro, pelos membros conselheiros federais do Conselho Federal de Farmácia (CFF) do Brasil, que estiveram reunidos nos dias 7 e 8 de Outubro em São Paulo.

O Bastonário da OF participou, entre os dias 16 e 18 de Maio, em Agaete, nas Canárias, nas “VIII Jornadas Farmacéuticas Canarias”, organizadas pelo Consejo de Colegios Farmacéuticos de Canarias e interveio no painel sobre a farmácia na Europa, tendo apresentado o sector farmacêutico português e as diferentes áreas de intervenção da profissão farmacêutica no nosso país. O evento também contou com a participação da Presidente da Secção Regional de Lisboa, Ema Paulino, com uma intervenção sobre os serviços farmacêuticos que podem ser prestados nas Farmácias.

O Bastonário da OF participou também na segunda edição do Congresso de Farmácia CONIFARMA, organizado pelo Colegio de Farmacéuticos del Estado de Mérida, entre 21 e 22 Junho, na Venezuela, enquanto um dos oradores convidados, com uma intervenção subordinada ao tema “Serviços Farmacêuticos nas Farmácias Portuguesas”.

A convite da Associação Pan-Helénica de Farmacêuticos, o Bastonário da OF e os representantes das associações nacionais de farmacêuticos de Espanha, Chipre e Grécia debateram "Os cuidados farmacêuticos nos países dos memorandos" na Conferência Anual dos Farmacêuticos Comunitários da Grécia – Pharma Point 2013, em Outubro. Antes da realização deste debate, o Bastonário da OF participou também numa reunião promovida pela direcção da Associação Pan-Helénica de Farmacêuticos com os representantes das associações profissionais estrangeiras convidadas para o evento.

5. Iniciativas

5.1. Dia do Farmacêutico 2013

"Farmacêutico: Por si, onde mais precisa" foi o tema das comemorações do Dia do Farmacêutico 2013. As várias iniciativas, organizadas pela Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos para assinalar a efeméride tiveram na Sessão Solene, realizada a 26 de Setembro, o seu ponto mais expressivo, numa cerimónia presidida pelo ministro da Saúde e que teve como conferencista convidado o Patriarca de Lisboa, Dom Manuel Clemente.

O programa das comemorações abrangeu um conjunto de actividades que decorreram entre os dias 21 e 26 de Setembro, data em que se assinala o dia de S. Cosme e S. Damião, santos padroeiros da profissão farmacêutica.

Oficialmente, as comemorações tiveram início com a realização do Simpósio "O Farmacêutico por outras Palavras", que decorreu a 21 de Setembro, no Salão Nobre da Associação Comercial de Lisboa. Com esta iniciativa, foi possível ouvir o que outros profissionais de saúde, associações de doentes, jornalistas e decisores políticos pensam dos farmacêuticos, do seu papel no sistema de saúde e da importância da sua intervenção junto do doente. A parte final do evento foi dedicada a uma reflexão interna em torno da profissão, tendo contado com a participação de várias organizações farmacêuticas representativas das diferentes áreas de intervenção farmacêutica.

No dia 24, numa actividade dirigida aos estudantes de Ciências Farmacêuticas, intitulada, "A importância do associativismo para o contexto profissional e político da actividade farmacêutica", os futuros farmacêuticos foram convidados a assumir uma participação mais activa na discussão sobre as questões profissionais e políticas relacionadas com a profissão e com o sistema de saúde.

Num ambiente mais descontraído e de confraternização, o serão de dia 25 foi preenchido com um espectáculo, no Sana Malhoa Hotel, do humorista Fernando Alvim, que pôs à prova a cultura geral e farmacêutica dos participantes num concurso por si idealizado – Alvim SuperBuzz.

Ao longo destes dias, esteve ainda em curso uma campanha nas rádios e televisão, com o lema das comemorações do Dia do Farmacêutico, que procurou evidenciar junto da população a multiplicidade de áreas em que o farmacêutico exerce a sua profissão, bem como a elevada acessibilidade aos serviços prestados e a proximidade e disponibilidade que estes profissionais de saúde têm para com os doentes.

Mantendo a tradição, no dia 26 de Setembro foi organizada a Sessão Solene do Dia do Farmacêutico, no Salão Nobre da Associação Comercial de Lisboa. A cerimónia contou com as intervenções do Bastonário da OF e do ministro da Saúde e teve como conferencista convidado, o Patriarca de Lisboa, Dom Manuel Clemente.

Durante o evento foram entregues as Medalhas de Honra da OF à Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, na pessoa da sua directora, Matilde Fonseca e Castro, e a João Silveira, Bastonário

da OF entre 1995 e 2001. Foram ainda homenageados os farmacêuticos que completaram 50 anos de exercício profissional e entregues os Prémios Sociedade Farmacêutica Lusitana aos jovens farmacêuticos que, recentemente, concluíram a sua formação académica com as classificações mais elevadas. No final da sessão houve ainda oportunidade para a apresentação oficial da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (AlumniFFUL). O evento terminou com um Porto de Honra e Jantar de Encerramento, na Casa do Alentejo, momento que marcou o encerramento das Comemorações do Dia do Farmacêutico 2013.

5.2. Fórum Empresarial do Medicamento e Produtos de Saúde

A Ordem dos Farmacêuticos organizou, conjuntamente com o Instituto para a Promoção e Desenvolvimento da América Latina, o *Fórum Empresarial do Medicamento e Produtos de Saúde*. Esta iniciativa insere-se no nosso propósito de pugnar para que a Ordem dos Farmacêuticos assuma um papel activo no domínio da diplomacia económica e em especial na promoção da competitividade internacional do cluster português da saúde, com particular enfoque no sector farmacêutico.

O evento decorreu de forma reconhecidamente positiva, muito prestigiando a nossa Ordem e os farmacêuticos, tendo sido classificado como útil e exemplar pelas diferentes instituições e personalidades presentes. Participaram no Fórum 14 das maiores empresas nacionais das áreas do medicamento, dispositivos médicos, tecnologias de informação e comunicação em saúde, estudos de mercado e logística farmacêutica. Participaram também todas as embaixadas latino-americanas acreditadas em Portugal, que se fizeram representar ao mais alto nível, na esmagadora maioria pelos Senhores Embaixadores, o que muito nos honrou.

Estiveram representadas no evento as embaixadas de todos os países latino-americanos acreditadas em Portugal – Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana,Uruguai e Venezuela – e as empresas Azevedos, Bastos & Viegas, Bial, Bluepharma, Fapomed, Gameiros, Generis, Glintt, Health Market Research, Edol, Lusomedicamenta, Medinfar, Rangel Invest e Tecnimede.

Registamos também a participação do Governo, através do senhor Secretário de estado da Inovação, Investimento e Competitividade, e também da AICEP e do Infarmed, representados pelos Senhores Presidentes.

A OF tem vindo a acompanhar activamente as políticas governamentais dirigidas à competitividade internacional do "cluster português da saúde", pelo que esta iniciativa conjunta com o IPDAL teve por objectivo fortalecer a diplomacia económica portuguesa na área do medicamento e produtos de saúde e promover o contacto directo das empresas nacionais com os mais altos representantes destes países em Portugal.

Com esta actividade, realizada à porta fechada, a OF e o IPDAL deram início a um conjunto de iniciativas para promover negócios nos mercados dos países da América Latina, através da criação de uma plataforma de encontro e interacção dos representantes das empresas portuguesas e dos embaixadores dos países da América Latina em Lisboa.

Segundo dados do IPDAL, o mercado farmacêutico na América Latina em 2012 estava avaliado em 63 mil milhões de dólares. As vendas de produtos farmacêuticos totalizaram, em 2012, 50 mil milhões de dólares e os gastos com saúde nestes países ascendem a 180 mil milhões de dólares anuais. Com uma esperança média de vida de 75 anos e um investimento total na região de 2,9 por cento do Produto Interno Bruto, estimou-se que o consumo per capita entre 2009 e 2019 passará de 77 para 129 dólares.

A Ordem dos Farmacêuticos pode e deve dar importantes contributos neste domínio, em benefício do País e dos farmacêuticos portugueses. A OF continuará a acompanhar activamente as políticas governamentais, bem como iniciativas de outras origens, dirigidas à competitividade internacional do cluster da saúde e à promoção das suas exportações, bem como reforçará o papel desempenhado e a desempenhar, que é de elevada importância, pelos farmacêuticos no cluster da saúde. e contribuirá, do mesmo passo, para que esse papel tenha, cada vez mais, a visibilidade, notoriedade e reconhecimentos que merece.

5.3. Estágios ao abrigo do Protocolo OF-MISAU

No âmbito do protocolo existente ente a OF e o Ministério da Saúde da República de Moçambique (MISAU) foram realizadas as visitas de capacitação técnica de farmacêuticos apresentadas no seguinte quadro.

Nome	Origem	Âmbito	Locais	Período
Lígia Mabunda	MISAU	Registo de Produtos de Saúde e cosmética	- Direcção de Produtos de Saúde do INFARMED - Centro de Informação Anti-Venenos do Instituto Nacional de Emergência Médica	4 a 16 de Fevereiro
Glória Mahite	MISAU	Autorização de Introdução no Mercado	- Direcção de Avaliação do Medicamento do INFARMED	4 a 9 de Fevereiro
Nilza Bazo	MISAU	Recursos Humanos	- Direcção de Recursos Humanos do INFARMED	4 a 9 de Fevereiro
Noémia Muissa	Sociedade Moçambicana de Medicamentos	Indústria Farmacêutica	- Labesfal/Fresenius Kabi Visitas: - Grupo Tecnimede – Atlantic Pharma e Polo de Investigação e Desenvolvimento - Grupo Azevedos – Sofarimex e DLA - Hospital Egas Moniz – Serviços Farmacêuticos e Serviço de Infecciologia - Associação Nacional das Farmácias – Laboratório de Estudos Farmacêuticos e Museu da Farmácia	18 de Maio a 21 de Junho
Florência Moisés	Sociedade Moçambicana de Medicamentos	Indústria Farmacêutica		18 de Maio a 21 de Junho
Paula Mariza Pedro	MISAU	Autorização de Introdução no Mercado e Fixação de Preços	- Gabinete de Estudos e Projectos do INFARMED - Direcção de Avaliação Económica e Observação do Mercado do INFARMED Visitas: - Associação Nacional das Farmácias – Museu da Farmácia	1 a 8 de Dezembro
Assma Gafur	MISAU	Uso Racional do Medicamento e Informação de Medicamentos	- Centro de Informação do Medicamento da Ordem dos Farmacêuticos - Departamento da Qualidade em Saúde da Direcção-Geral de Saúde - Direcção de Avaliação do Medicamento do INFARMED - Centro de Informação do Medicamento e Produtos de Saúde do INFARMED - Linha Saúde 24 Visitas: - Associação Nacional das Farmácias – Museu da Farmácia	1 a 15 de Dezembro

O presidente do Conselho para a Cooperação da Ordem dos Farmacêuticos (OF), José Aranda da Silva, deslocou-se a Moçambique, onde esteve reunido a 6 de Dezembro com o ministro da Saúde, Alexandre Manguele, para apresentar um ponto de situação relativamente às iniciativas realizadas no âmbito do protocolo de cooperação entre a OF e o Ministério da Saúde moçambicano. Aranda da Silva participou ainda num encontro com os farmacêuticos da Associação de Farmacêuticos de Moçambique (AFARMO), tendo apresentado as tendências actuais do exercício farmacêutico em Portugal e nos restantes países europeus.

5.4. Protocolos com vantagens para os membros da OF

A Ordem dos Farmacêuticos e a CP - Comboios de Portugal assinaram em 2013 um acordo comercial para fornecimento de transporte na rede nacional ferroviária. O acordo prevê a venda de títulos de transporte para os comboios Alfa Pendular e Intercidades, a preços especiais.

O preço de cada viagem, em Classe Conforto, tem uma redução de 15 por cento relativamente aos preços das tabelas em vigor na CP, na altura da aquisição do bilhete, sujeito a arredondamentos aos cinquenta cêntimos superiores. Estes bilhetes podem ser adquiridos nas estações com venda de bilhetes Alfa Pendular e Intercidades, devendo o requisitante apresentar no acto da compra a respectiva Carteira Profissional de farmacêutico.

Em trânsito, o portador do título de transporte emitido ao abrigo deste acordo, deve apresentar a Carteira Profissional de farmacêutico e um documento comprovativo da sua identidade

A Ordem dos Farmacêuticos, a PT Comunicações, SA (PTC) e a TMN - Telecomunicações Móveis Nacionais negociaram igualmente um protocolo, que estabelece condições especiais para os farmacêuticos e seus familiares subscreverem produtos e serviços prestados pela PTC e TMN.

O acordo envolve também a disponibilização de conteúdos pela OF no Portal SAPO e do serviço MeoKanal de Comunicação. O acordo assinado pressupõe uma colaboração entre as partes no que concerne à atribuição de condições específicas para a aquisição de produtos e prestação de serviços da PTC e da TMN, bem como a divulgação dos mesmos pela OF e o fornecimento por esta última de conteúdos relacionados com a Saúde.

Enquadram-se assim neste protocolo a subscrição, em condições especiais, de serviços e/ou produtos da TMN, ao abrigo da Campanha para Farmacêuticos, e do serviço de Teleassistência disponibilizado pela PTC, com isenção de pagamento das duas primeiras mensalidades.

A OF e a PT acordaram também as condições aplicáveis à disponibilização do serviço MeoKanal de Comunicação, uma plataforma para alojamento, divulgação e gestão de conteúdos, visualizáveis pelos utilizadores do serviço Meo, e definiram os moldes da colaboração para integração de conteúdos produzidos pela OF nos Canais da Rede SAPO e em todas as plataformas de acesso digital.

5.5. Centro de Documentação Farmacêutica

O ano de 2013 viu consolidado o projecto do Centro de Documentação Farmacêutica, tendo sido desenvolvidas um conjunto de actividades que, no seu todo, permitiram projectar o Centro para fora das suas portas, sedimentando a sua relevância junto dos farmacêuticos, dos investigadores e da sociedade em geral.

No campo interno, procedeu-se à actualização da plataforma informática de gestão documental do espólio, o Digitarq, para o novo Archeevo.

Paralelamente foi mantido e actualizado em permanência o site do Centro de Documentação Farmacêutica e da sua página no Facebook, tendo sido criadas brochuras diversas para a divulgação do Centro.

Ainda no que respeita ao site na Internet, iniciou-se a tradução dos seus conteúdos para as línguas inglesa e francesa, com o objectivo de divulgar o Centro noutros países, por se tratar de um Centro de Documentação único em Portugal e na Europa.

O ano de 2013 marcou, igualmente, o enriquecimento do espólio documental e bibliográfico do Centro, tendo sido transferido internamente, da Direcção Nacional, um conjunto de documentos e livros. A documentação foi higienizada, organizada, em parte digitalizada e, por fim, descrita e inserida na plataforma Archeevo e no Catálogo Documental e Bibliográfico do Centro.

A elaboração e tratamento do catálogo documental do Centro, com 955 páginas, foi outras das actividades de relevo concluídas em 2013, uma obra fundamental para dar a conhecer a todos os interessados o espólio existente.

O ano foi marcado, igualmente, pelo impulsionar da campanha "Vamos Fazer História", através de contactos pessoais e telefónicos a várias empresas do sector, fundamentalmente farmácias, no sentido da cedência e/ou doação de documentação histórica relevante e passível de integrar o acervo do Centro.

A campanha obteve excelentes resultados, com franco interesse e envolvimento por parte de várias farmácias, tendo-se procedido à organização, descrição e digitalização de documentação doada/cedida no âmbito da campanha. Paralelamente foram montadas exposições diversas no Centro, fundamentalmente envolvendo documentação e objectos cedidos/doados, e sua abertura ao público. Destaca-se a exposição sobre "Associativismo, as farmácias e sua história".

No âmbito da actividade diária, acompanharam-se e prestou-se o apoio necessário às investigações presenciais, e nas pesquisas à distância, tendo o Centro recebido várias visitas de estudo por parte de estudantes de Ciências Farmacêuticas e de História.

O ano de 2013 marcou, igualmente, a criação de uma newsletter semanal do Centro – a Relíquias Farmacêuticas – publicitada através de correio electrónico e via Facebook na página do Centro de Documentação Farmacêutica, tendo como objectivo a sua divulgação.

Por fim, ainda no ano de 2013, foi estabelecida uma parceria com a Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, no sentido da pesquisa e recolha de informações e documentos, no âmbito das comemorações do seu 100.º aniversário.

No seu conjunto, as actividades desenvolvidas ao longo do ano de 2013 permitiram o significativo crescimento e profissionalização do Centro de Documentação Farmacêutica. Pretendemos prosseguir uma estratégia de crescimento e valorização do acervo documental, com o objectivo de, no futuro, o Centro de Documentação Farmacêutica da OF possa consolidar-se como pólo de referência para o estudo e investigação de matérias relacionadas com a história da profissão farmacêutica e com a história das ciências da saúde, em sentido mais lato.

6. Assuntos Internos

6.1. Novo Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos

No cumprimento da Lei nº 2/2013, que estabelece o novo regime jurídico das associações públicas profissionais, a Ordem dos Farmacêuticos enviou ao Ministério da Saúde o projecto de alteração ao seu Estatuto. Uma versão preliminar do documento esteve, durante cerca de dois meses, em audição pública junto dos membros da OF e a versão final foi ratificada por unanimidade pela Assembleia Geral de 23 de Março.

Este novo regime jurídico impôs um prazo máximo de 30 dias para as Ordens profissionais apresentarem ao Governo um projecto de alteração dos respectivos Estatutos e demais legislação aplicável ao exercício da profissão, adequando-os às disposições da nova Lei-quadro.

Os vários contributos e sugestões recebidos foram analisados por um Grupo de Trabalho, nomeado pela Direcção Nacional e composto pelos farmacêuticos Dr. João Silveira, Prof. Doutor Carlos Afonso, Dr. Paulo Barradas, Dr.ª Clara Carneiro, Dr. Jorge Nunes de Oliveira, Dr. Duarte Santos, Prof.ª Doutora Sofia Oliveira Martins, Dr.ª Helena Farinha e Dr. Joaquim Marques, assessorados pelos consultores jurídicos da OF, Dr. José Maria Roque Lino e Prof. Doutor Tiago Duarte.

Em Dezembro de 2013, um grupo de juristas do Ministério da Saúde apresentou à Direcção Nacional a análise da Comissão Interministerial criada para o efeito relativamente à proposta de Estatuto da OF, estando em curso um processo de diálogo e de ajustamento à contraproposta apresentada.

6.2. Organização e Gestão

No presente ano 2013 foi efectuado um trabalho árduo e contínuo de renegociação com todos os fornecedores da Ordem dos Farmacêuticos, com vista à revisão das soluções actualmente disponíveis e dos contratos em curso, o que permitiu obter poupanças significativas.

Foram também levadas a cabo algumas reestruturações a nível interno, de Recursos Humanos, com vista a alcançar os objectivos delineados para o presente mandato.

6.3. Relacionamento e Comunicação com os Membros

Foram privilegiados os meios de comunicação digitais, quer por via da revista de imprensa, newsletter e portal da internet da Ordem dos Farmacêuticos, quer pela utilização do e-mail, prosseguindo a desmaterialização da correspondência quando possível.

Foram criadas condições especiais por via da celebração de protocolos com a Comboios de Portugal, que permite aos farmacêuticos descontos nas viagens de comboio na rede CP, e com a Portugal Telecom, que

permite aos farmacêuticos preços vantajosos a nível do operador de comunicações, televisão e teleassistência. Além destes novos protocolos, mantêm-se as vantagens do cartão Club Axa – OF.

O canal de televisão da Ordem dos Farmacêuticos encontra-se em fase de execução, pelo que será disponibilizado durante o presente mandato.

Também será disponibilizada em breve uma plataforma digital, a Bolsa de Oportunidades da Ordem dos Farmacêuticos, que permitirá a divulgação de oportunidades por parte das entidades e a candidatura a essas mesmas oportunidades por parte dos farmacêuticos, entre outras funcionalidades extra que estarão disponíveis no Portal da Internet da Ordem dos Farmacêuticos.

6.4. Sede Nacional da Ordem dos Farmacêuticos

A 23 de Março de 2013, a Assembleia Geral Extraordinária da Ordem dos Farmacêuticos renovou a autorização para a Direcção Nacional proceder à alienação do imóvel da Ordem dos Farmacêuticos sito na Avenida Almirante Gago Coutinho, em Lisboa.

Os delegados presentes nesta reunião aprovaram a proposta apresentada pela Direcção Nacional para alienação do referido imóvel, na qual é definido como valor mínimo de venda o valor em dívida à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, referente ao mútuo com hipoteca para financiamento do imóvel, à data da alienação pela OF. Esta autorização teve como data limite para concretização do negócio o final do presente mandato dos órgãos sociais da OF, ou seja, até ao final de 2015.

No seguimento de tal deliberação, a Direcção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos procedeu à venda do imóvel sito na Av. Almirante Gago Coutinho, em Lisboa, em integral consonância com a autorização concedida pela Assembleia Geral Extraordinária realizada a 23 de Março, na qual foi definido o valor mínimo para a alienação.

A escritura pública de compra e venda realizou-se no dia 20 de Dezembro, no Cartório Notarial Dra. Georgina Martins, em Lisboa, na presença do Bastonário e do Vice-Presidente da OF.

6.5. Apoio aos Membros da Ordem dos Farmacêuticos

A Direcção Nacional criou, em 2013, condições especiais no âmbito da inscrição de novos membros na Ordem dos Farmacêuticos, através da possibilidade de fraccionamento do valor da jóia de inscrição em três prestações seguidas trimestrais.

Ao nível das quotizações, passou a ser possível usufruir de um desconto de 5% sobre o valor global das quotizações para o pagamento anual, em uma só tranche.

Também foram possibilitadas condições especiais para a inscrição em acções de formação para farmacêuticos que se encontram sem trabalho.

6.6. CIM – Centro de Informação do Medicamento

O objectivo do CIM é a promoção do uso correcto dos medicamentos, difundindo informação e documentação científica objectiva, independente e sem carácter lucrativo na área do medicamento. O CIM tenta contribuir também para a formação de colegas e alunos.

As actividades são desenvolvidas por duas farmacêuticas, contando com o apoio de uma secretária a tempo parcial.

Recolha e Organização da Informação

Em 2013 prosseguimos a habitual actualização bibliográfica com aquisição de publicações periódicas e não periódicas. Deste modo, foram acrescentadas à Biblioteca do CIM 9 novas obras (aquisições e ofertas de outras instituições) e continuamos as assinaturas dos sistemas de informação IDIS, Drugdex®, Micromedex e UpToDate®.

Como habitualmente, efectuámos a revisão de mais de 40 publicações periódicas, sendo incluídos na nossa base de dados bibliográfica todos os artigos de interesse, e também recolhida e classificada a informação proveniente de organismos oficiais e de laboratórios de indústria farmacêutica. Procedeu-se ainda à actualização contínua do Ficheiro de Consultas e de Consultantes.

Elaboração e Difusão da Informação

Resposta a Consultas

A informação passiva, centrada na resposta a consultas sobre medicamentos e terapêutica, é uma das actividades principais do CIM. Esta é a tarefa essencial de um centro de informação de medicamentos e a mais morosa, pela complexidade e diversidade das consultas.

Em 2013 foram efectuadas 912 consultas, número algo inferior ao do ano anterior. A distribuição por tipo de consulta foi similar à dos anos anteriores, sendo as principais áreas: pedidos de informação geral, que habitualmente se relacionam com a pesquisa e selecção bibliográfica para conhecimento aprofundado de um tema; sobre medicamentos estrangeiros; sobre uso terapêutico, posologia e eficácia comparativa e sobre efeitos secundários, interacções e contra-indicações.

As consultas continuaram a ser efectuadas por farmacêuticos das diferentes áreas de intervenção profissional ligadas ao medicamento, especialmente de farmácia de oficina (39,36%) e de hospital (24.56%), embora existam solicitações de alguns outros profissionais de saúde. As consultas dos alunos alcançaram

este ano 10,86% do total, um valor significativo que tem vindo a aumentar e que representa um dos primeiros contactos dos alunos com os serviços disponibilizados pela Ordem.

A distribuição geográfica é também similar à dos anos anteriores, com 55,59% das consultas provenientes da grande Lisboa e 44,41% do resto do país.

Continuando com a tendência de anos anteriores, houve um aumento no uso do correio electrónico como única forma de resposta (57,46%), ou combinado com outras formas de envio (5,16%). A resposta exclusivamente telefónica representou 33,55%. Contudo, há que ter presente que o telefone é utilizado complementarmente em quase todas as consultas como um primeiro contacto.

Continua a manifestar-se uma tendência para aumento das consultas de elaboração demorada. Cerca de 70% das consultas têm resposta nas primeiras 24h após a sua recepção, sendo sempre prioritárias as relacionadas com o doente. As consultas com resposta num tempo superior a 48 horas representaram cerca do 18% do total. No entanto, na grande maioria dos casos não estão relacionadas com um doente. Correspondem a pedidos de apoio bibliográfico para estudo, realização de teses ou de trabalhos, sobre intervenções relacionadas com a prática profissional ou relacionados com pesquisa de fontes bibliográficas.

Foi enviada documentação em cerca de 55% das respostas; nos últimos anos este parâmetro tem aumentado sempre, devido à maior complexidade das consultas, que torna necessário o apoio bibliográfico.

Publicações

Paralelamente à actividade orientada para a resposta a consultas, o CIM tem desenvolvido também informação activa, entendida como aquela que surge por iniciativa do serviço após análise das necessidades dos farmacêuticos, como é a publicação de informação sobre medicamentos.

O Boletim do CIM continuou a ser inserido na Revista da Ordem dos Farmacêuticos (ROF). Contamos com a colaboração do Conselho Editorial, responsável pela escolha dos temas e autores e também pela revisão dos artigos, juntamente com a efectuada pelas colegas do CIM. O Boletim do CIM continuou a ser também disponibilizado em separata a hospitais, principais centros de saúde, outros centros de informação e várias instituições.

Foi dada continuidade à elaboração da Ficha Técnica destacável, também inserida na ROF, com informação prática para consulta rápida.

A secção da ROF, "Leituras do CIM"**,** inclui informação resumida sobre artigos recentes da literatura com particular interesse.

Estas três colaborações representam um total de 9 páginas de informação científica em cada número da ROF.

Outras Actividades

O CIM desenvolveu ao longo do passado ano um conjunto de outra iniciativas, entre as quais:

- O CIM acolheu diversos visitantes, principalmente estagiários e estudantes, que solicitam orientação e apoio na recolha e selecção de bibliografia. Também recebemos visitas no marco das acções de cooperação nos países lusófonos.

- Nas Semanas Complementares de Estágio, realizadas pela Secção Regional de Lisboa no mês de Maio, para apresentação da Ordem dos Farmacêuticos aos alunos em estágio das instituições de ensino de Ciências Farmacêuticas, foi entregue aos alunos uma apresentação sobre o CIM devidamente actualizada e materiais relacionados com a nossa actividade.

- Como habitualmente, o CIM colaborou no Concurso de Aconselhamento ao Doente (CAD), organizado pela APEF, na elaboração dos temas em colaboração com o CEDIME e integrando o Júri na final nacional.

- Continuou a colaboração com os serviços farmacêuticos de um Centro Hospitalar de Lisboa, no seu processo de certificação em informação de medicamentos.

- Actividades habituais de colaboração ou resposta aos pedidos internos (Bastonário, Direcção Nacional, Secção Regional, Secretária-Geral, Secretários Técnicos e outros departamentos da Ordem dos Farmacêuticos) sobre assuntos diversos relacionados com os medicamentos. Por exemplo, colaboração na preparação de materiais para a ROF ou na elaboração de opiniões técnicas, resposta a pedidos de informação sobre bibliografia, sobre medicamentos ou sobre temas de intervenção farmacêutica, entre outros.

- Elaboração de um artigo sobre ”Medicamentos sujeitos a monitorização adicional“ que foi incluído na ROF.

- Colaboração numa aula sobre fontes de informação de medicamentos para alunos do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz na unidade curricular “Segurança do Doente”. Foi entregue aos alunos a aula elaborada no ano anterior, juntamente com bibliografia de apoio e alguns alunos realizaram uma visita ao CIM para orientação da pesquisa dirigida à resolução de casos práticos.

- Foi ministrada, pela Directora Técnica do CIM, uma aula teórica sobre Informação sobre o Medicamento na disciplina Farmácia Hospitalar do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas da Faculdade de Farmácia de Lisboa.

- Colaboração num projecto de elaboração de conteúdos para a população sobre temas de saúde e medicamentos. Foi elaborada uma proposta de temas para definição de plano de conteúdos e foram concretizados dois temas.

- Definição de conteúdos para a secção do CIM no portal da Ordem dos Farmacêuticos, de forma a estabelecer uma maior proximidade e comunicação com os farmacêuticos. Actualmente inclui informação sobre o departamento e reúne as principais publicações elaboradas pelo CIM. Pretendemos que a secação seja ampliada com informação técnica de interesse para os sócios relacionada com a nossa área de actividade, encontrando-nos a espera da resolução técnica para a sua inclusão na página

- Actualização do Manual de Procedimentos do CIM e realização de todas as actividades de gestão e organização interna, tal como definido neste manual.

7. Colégios de Especialidade

7.1. Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica

- Realização de exames para atribuição do Título de Especialista de Indústria Farmacêutica;
- Entrega de Diplomas de Especialidade em Indústria Farmacêutica - Sede da Ordem dos Farmacêuticos, Lisboa, 19 de Dezembro de 2013;
- Participação no Conselho Editorial do Centro de Informação do Medicamento (CIM);
- Participação no Conselho para a Qualificação e Admissão (CQA);
- Colaboração com a Direcção Nacional, Secções Regionais, outros Colégios de Especialidade, Grupos Profissionais e Grupos de Trabalho na análise de documentos e na elaboração de pareceres;
- Colaboração proactiva na ROF, divulgando as acções do Colégio de Especialidade e temas de relevância para a Indústria Farmacêutica, assegurando o veicular de informação pertinente e de actualidade;
- Realização da 32ª Reunião Anual do Colégio de Indústria (RACI), subordinada ao tema "Hands-on" - Pousada de Viseu, 24 a 26 de Maio de 2013;
- Participação no Simpósio "Biotech and Advanced Therapies: Challenges and Opportunities" e na Assembleia Geral do European Industrial Pharmacists Group (EIPG) - Bruxelas, Bélgica, 19 a 21 de Abril de 2013;
- Realização de 17 reuniões do Conselho do Colégio de Especialidade de Indústria Farmacêutica.

7.2. Colégio de Especialidade de Análises Clínicas

- Realização de exames para atribuição do Título de Especialista de Análises Clínicas;
- Entrega de Diplomas de Especialidade em Análises Clínicas - Sede da Ordem dos Farmacêuticos, Lisboa, 19 de Dezembro de 2013;
- Acompanhamento dos candidatos à obtenção do Título de Especialista em Análises Clínicas pela Ordem dos Farmacêuticos, sob a forma de apreciação dos relatórios anuais recebidos;
- Participação no Conselho Editorial do Centro de Informação do Medicamento (CIM);
- Participação no Conselho para a Qualificação e Admissão (CQA);
- Colaboração com a Direcção Nacional, Secções Regionais, outros Colégios de Especialidade, Grupos Profissionais e Grupos de Trabalho na análise de documentos e na elaboração de pareceres em áreas relevantes às Analises Clínicas;
- Colaboração proactiva na ROF, divulgando as acções do Colégio e temas de relevância para as Análises Clínicas, assegurando o veicular de informação pertinente e de actualidade;

- Realização das 17as Jornadas Cientificas de Análises Clínicas - Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, 5 de Outubro de 2013;
- Co-organização das VI Jornadas Ibéricas de Análises Clínicas - Ávila, Espanha, 10 de Maio de 2013;
- Participação na 58ª edição das Journées Internationales de Biologie's (JIB) - Paris, 13 a 15 de Novembro de 2013;
- Cooperação com outras Entidades Nacionais e Internacionais;
- Colaboração com a Asociación Española de Farmacéuticos Analistas (AEFA) no prosseguimento do protocolo estabelecido com a Ordem dos Farmacêuticos, bem como a presença em reuniões internacionais por ela patrocinadas;
- Realização de 10 reuniões do Conselho do Colégio de Especialidade de Análises Clínicas.

7.3. Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar

- Realização de exames para atribuição do Título de Especialista de Farmácia Hospitalar;
- Entrega de Diplomas de Especialidade em Farmácia Hospitalar - Sede da Ordem dos Farmacêuticos, Lisboa, 19 de Dezembro de 2013;
- Participação no Conselho Editorial do Centro de Informação do Medicamento (CIM);
- Participação no Conselho para a Qualificação e Admissão (CQA);
- Colaboração com a Direcção Nacional, Secções Regionais, outros Colégios de Especialidade, Grupos Profissionais e Grupos de Trabalho na análise de documentos e na elaboração de pareceres em áreas relevantes à Farmácia Hospitalar;
- Colaboração proactiva na ROF, divulgando as acções do Colégio e temas de relevância para a Farmácia Hospitalar, assegurando o veicular de informação pertinente e de actualidade;
- Realização das VI Jornadas de Farmácia Hospitalar, subordinadas ao tema "Desafios do Presente, Caminhos para o Futuro" - Hotel Olissippo Oriente, Lisboa, 22 e 23 de Fevereiro de 2013;
- Dinamização do Grupo de Trabalho para elaboração do "Manual Boas Práticas de Farmácia Hospitalar";
- Lançamento do "Manual de Citotóxicos";
- Realização de 9 reuniões do Conselho do Colégio de Especialidade de Farmácia Hospitalar.

7.4. Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares

- Realização de exames para atribuição do Título de Especialista de Assuntos Regulamentares;
- Entrega de Diplomas de Especialidade em Assuntos Regulamentares - Sede da Ordem dos Farmacêuticos, Lisboa, 19 de Dezembro de 2013;
- Participação no Conselho Editorial do Centro de Informação do Medicamento (CIM);

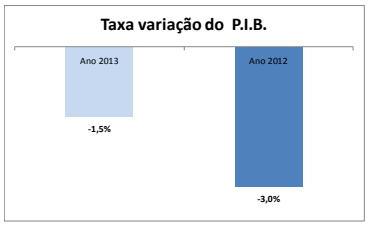
- Participação no Conselho para a Qualificação e Admissão (CQA);
- Colaboração com a Direcção Nacional, Secções Regionais, outros Colégios de Especialidade, Grupos Profissionais e Grupos de Trabalho na análise de documentos e na elaboração de pareceres em áreas relevantes à Regulamentação Farmacêutica;
- Colaboração proactiva na ROF, divulgando as acções do Colégio e temas de relevância para os Assuntos Regulamentares, assegurando o veicular de informação pertinente e de actualidade;
- Realização do 10º Encontro do Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares, subordinada ao tema "Impacto Regulamentar da Nova Legislação de Farmacovigilância" - SANA Lisboa Hotel, Lisboa, 20 de Junho de 2013;
- Realização do 11º Encontro do Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares, subordinada ao tema "Desafios no Acesso aos Medicamentos Órfãos" - Hotel Real Parque, Lisboa, 14 de Novembro de 2013;
- Realização de 8 reuniões do Conselho do Colégio de Especialidade de Assuntos Regulamentares.

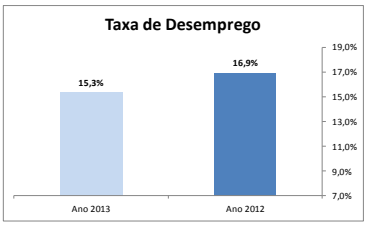
Do enquadramento económico do ano 2013

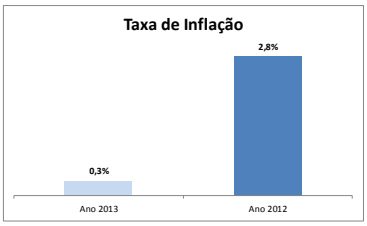
O ano de 2013 continuou a ser marcado pela vigência do Memorando de Entendimento com a "Troika" sobre as Condicionalidades de Política Económica, que implementou um processo de ajustamento e correcção de desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo de décadas.

Este programa teve como principal consequência a contracção acumulada do produto de cerca de 6 pontos percentuais no período 2011 - 2013. Ainda que durante o ano 2013 se tenham observado sinais de uma inversão da conjuntura recessiva, continuou a registar-se no ano uma queda da actividade económica em geral e, muito particularmente, dos consumos público e privado.

No que respeita as grandes variáveis macroeconómicas, observou-se uma desaceleração dos níveis negativos dos principais indicadores.







Salientam-se o Produto Interno Bruto, com uma variação negativa de -1,5% [1] (-3,0% no ano de 2012), a taxa de desemprego, que no final do quarto trimestre de 2013 atinge o nível de 15,3% [2] (16,9% no final de 2012) e a taxa de inflação que desacelera para 0,3% [3] (2,8% no ano de 2012).

Este enquadramento continuou a condicionar a actividade económica no ano de 2013 e manteve o nível de expectativas dos agentes económicos em valores historicamente baixos, facto que naturalmente afectou a maioria dos sectores da economia, logo também as actividades da Ordem dos Farmacêuticos e da Direcção Nacional.

Da actividade no ano 2013

Quando comparado com o ano de 2012, o nível de actividade do ano de 2013 diminuiu 8%. Destacam-se nesta variação homóloga: a diminuição dos rendimentos na rubrica Prestação de serviços,

[1] Fonte: Banco de Portugal - Boletim Económico de Inverno 2013
[2] Fonte: Instituto Nacional de Estatística
[3] Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Índice de preços no consumidor (Taxa de variação média anual)

motivada pela difícil conjuntura económica que o País atravessa, e a redução de valor na rubrica de Outros rendimentos e ganhos[4].

Ao nível dos rendimentos, a SRL contabilizou um total de 1.420 mil Euros, menos 26 mil Euros do que o previsto no Orçamento.

	Ano 2012	**2.013**	2.013	Desvio	Desvio %
	Real	**Real**	Orçamento	Real - Orç.	Real - Orç.
RENDIMENTOS E GANHOS					
Prestação de serviços - Quotas e Jóias	1.214.787	**1.243.769**	1.217.911	*25.859*	**2,1%**
Prestação de serviços - Outros	237.888	**168.990**	144.506	*24.484*	**16,9%**
Outros rendimentos e ganhos	92.638	**6.558**	83.000	*-76.442*	**-92,1%**
Juros, Dividendos e outros rendimentos	3.482	**200**	0	*200*	
	1.548.795	**1.419.518**	1.445.417	*-25.899*	**-1,8%**

As quotas e jóias de inscrição transferidas das Secções Regionais ascenderam a 1.244 mil Euros (88% dos rendimentos do ano), mais 26 mil que o planeado no Orçamento. Este desvio explica-se com o aumento de inscrições de novos Membros e também com a prudência orçamental das Secções Regionais.

Inscreveram-se na OF 764 novos Membros no ano 2013 (número que compara com 722 no ano de 2012).

As outras prestações de serviços da DN totalizaram o valor de 169 mil Euros (12% dos rendimentos), mais 25 mil Euros que o orçamentado.

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos registou 7 mil Euros, menos 76 mil Euros que o planeado. Salienta-se que este desvio negativo se deve ao facto do orçamento contemplar nesta rubrica rendimentos originados na ventilação de despesas realizadas pela DN em nome das Secções Regionais. No ano de 2013 alterou-se a política contabilística de registo destas operações, passando a regista-las penas a nível de Balanço, não sendo reconhecido nenhum rendimento ou gasto com as mesmas.

Os rendimentos financeiros, somaram a quantia de 200 Euros.

Ao nível dos gastos, no ano 2013 registou-se um total de 1.416 mil Euros, menos 29 mil Euros que o orçamentado para o ano, em resultado de uma política criteriosa de redução de gastos operacionais.

[4] No ano de 2013 foi alterado o processo de contabilização de despesas comuns. Até 2012, as despesas comuns registavam-se reconhecendo um rendimento e um gasto na Demonstração de Resultados da DN. A partir de 2013 passou apenas a registar-se movimento a nível de balanço, não sendo reconhecido nenhum rendimento ou gasto com estas operações.

	Ano 2012	**2.013**	2.013	Desvio	Desvio %
	Real	**Real**	Orçamento	Real - Orç.	Real - Orç.
GASTOS E PERDAS					
Custo das mercadorias vendidas e mat. Cons.	4.474	**8.047**	4.500	*3.547*	**78,8%**
Fornecimentos e serviços externos	1.121.589	**795.797**	805.000	*-9.202*	**-1,1%**
Gastos com pessoal	551.381	**489.717**	541.717	*-52.000*	**-9,6%**
Gastos de depreciação e de amortização	46.151	**45.852**	38.065	*7.787*	**20,5%**
Imparidades de dívidas de Membros	0	**0**	0	*0*	
Outros gastos e perdas	331.633	**37.875**	20.100	*17.775*	**88,4%**
Gastos e perdas de financiamento	26.071	**39.324**	35.800	*3.524*	**9,8%**
	2.081.299	**1.416.612**	1.445.181	*-28.570*	**-2,0%**

Os Fornecimentos e Serviços Externos totalizaram 796 mil Euros (56% dos gastos anuais), menos 9 mil Euros que o orçamentado e menos 325 mil Euros que no ano 2012.

Os Gastos com Pessoal contabilizaram 490 mil Euros (35 % dos gastos totais), menos 52 mil Euros que o planeado. O desvio explica-se com a redução Quadro de Pessoal da DN, a saber: menos dois efectivos.

As Depreciações e Amortizações totalizaram 46 mil Euros, mais 8 mil Euros que o previsto, por se terem realizado alguns investimentos não previstos em Orçamento.

Outros gastos e perdas registaram 38 mil Euros, mais 18 mil Euros que o planeado. O orçamento de 2013 foi subavaliado nesta rubrica, por ter replicado os gastos do ano 2012 em quotizações de Organismos Internacionais de que OF é Membro. Estes gastos foram anormalmente baixos no ano 2012 e retomaram a normalidade em 2013.

Os Gastos e perdas financeiras ascenderam a 39 mil Euros, ligeiramente acima do previsto em orçamento.

O resultado do período foi positivo, no valor de 3 mil Euros, valor que contribuirá para o reforço da Situação Líquida da DN.

No final do ano de 2013 foi vendido o edifício sito na Avenida Almirante Gago Coutinho em Lisboa pela quantia de 1,1 milhões de Euros, conforme autorização da Assembleia Geral para o efeito.

O valor de alienação foi 300 mil Euros inferior ao valor contabilístico (1,4 milhões de Euros).

A Direcção Nacional foi co-proprietária daquele imóvel em igual parte com a Secção Regional de Lisboa, pelo que o impacte patrimonial desta operação que lhe cabe era no montante de uma redução de 150 mil Euros.

Considerando que no mês de Dezembro 2013 a Reserva Especial do Fundo Nova Sede acumulava 395 mil Euros e que a DN consultou Técnico Oficial de Contas da OF sobre uma abordagem alternativa à tradicional, não contabilizando esta operação na exploração corrente do ano 2013, e não tendo o TOC manifestado oposição a esta metodologia. [5]

Foi contabilizada a menos-valia de 150 mil Euros directamente no Capital Próprio da Direcção Nacional, reduzindo o Stock acumulado do Fundo Nova Sede para 245 mil Euros.

[5] O Técnico de Contas da OF – Dr. José Seixas Vale – manifestou abertura a uma metodologia não tradicional de contabilização, por considerar que em termos patrimoniais o resultado final é igual e a mesma não implica nenhum risco natureza fiscal.

	Ano 2012	**2.013**	2.013	Desvio	Desvio %
	Real	**Real**	Orçamento	Real - Orç.	Real - Orç.
RENDIMENTOS E GANHOS					
Prestação de serviços - Quotas e Jóias	1.214.787	**1.243.769**	1.217.911	*25.859*	**2,1%**
Prestação de serviços - Outros	237.888	**168.990**	144.506	*24.484*	**16,9%**
Outros rendimentos e ganhos	92.638	**6.558**	83.000	*-76.442*	**-92,1%**
Juros, Dividendos e outros rendimentos	3.482	**200**	0	*200*	
	1.548.795	**1.419.518**	1.445.417	*-25.899*	**-1,8%**
GASTOS E PERDAS					
Custo das mercadorias vendidas e mat. Cons.	4.474	**8.047**	4.500	*3.547*	**78,8%**
Fornecimentos e serviços externos	1.121.589	**795.798**	805.000	*-9.202*	**-1,1%**
Gastos com pessoal	551.381	**489.716**	541.717	*-52.000*	**-9,6%**
Gastos de depreciação e de amortização	46.151	**45.852**	38.065	*7.787*	**20,5%**
Imparidades de dívidas de Membros	0	**0**	0	*0*	
Outros gastos e perdas	331.633	**37.875**	20.100	*17.775*	**88,4%**
Gastos e perdas de financiamento	26.071	**39.324**	35.800	*3.524*	**9,8%**
	2.081.299	**1.416.612**	1.445.181	*-28.570*	**-2,0%**
Resultado líquido do exercício	-532.504	**2.906**	236	*2.671*	**1134,0%**

Balanço da Direcção Nacional
31 de Dezembro 2013

Rúbrica	31-12-2013
ACTIVO	
Activo não corrente	
Activos fixos tangíveis	391.096
Propriedades de investimento	0
Activos intangíveis	0
Accionistas/sócios	0
Outros activos financeiros	0
	391.096
Activo corrente	
Inventários	0
Clientes	7.726
Estado e outros entes públicos	2.778
Accionistas/sócios	31.972
Outras contas a receber	75.490
Diferimentos	56.508
Activos financeiros detidos para negociação	0
Caixa e depósitos bancários	64.563
	239.038
Total do activo	**630.134**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital próprio	
Capital realizado	328.808
Outras reservas	697.066
Resultados transitados	-1.914.312
Excedentes de revalorização	613.707
Outras variações no capital próprio	59.793
Resultado líquido do período	2.906
Total do capital próprio	**-212.033**
Passivo	
Passivo não corrente	0
Financiamentos obtidos	373.288
	373.288
Passivo corrente	
Fornecedores	69.733
Estado e outros entes públicos	15.998
Financiamentos obtidos	289.837
Outras contas a pagar	45.364
Diferimentos	47.946
	468.879
Total do passivo	**842.167**
Total do capital próprio e do passivo	**630.134**

PARECER DO CONSELHO FISCAL NACIONAL

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DE 2013

O Conselho Fiscal Nacional reuniu, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas, para apreciação e parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas relativo ao ano de 2013.

Analisou-se o Relatório de Actividades e Contas de 2013, com base nos elementos disponibilizados pelos serviços da Ordem dos Farmacêuticos e nas informações prestadas pelo Técnico Oficial de Contas.

Assim, considera o Conselho Fiscal Nacional que o Relatório de Actividades e Contas referente ao exercício de 2013 se encontra em condições de merecer a aprovação pela Assembleia Geral da Ordem dos Farmacêuticos.

O Conselho Fiscal faz nota de que no ano 2013 registaram-se variações patrimoniais negativas de natureza extraordinária na rubrica de Capital Próprio. Estas variações deveram-se ao reconhecimento da incobrabilidade de quotas de anos anteriores pelas Secções Regionais, sem afectar a exploração corrente do ano. A configuração desta operação foi aceite consideradas a sua excepcionalidade, a sua prudência e a garantia de que no futuro serão devidamente reconhecidas como gasto do exercício.

O Conselho Fiscal Nacional recomenda que as políticas e princípios contabilísticos sejam executados de forma homogénea em todos os Órgãos da Ordem dos Farmacêuticos, assim como que seja informado com maior antecipação de todos os assuntos materialmente relevantes para as contas da Ordem dos Farmacêuticos.

Lisboa, 17 de Março de 2014

O Conselho Fiscal Nacional

Dr. Paulo Barradas Rebelo

Dr. Francisco José de Castro

Dr. Henrique Reguengo

Secção Regional do Porto

ASSEMBLEIA REGIONAL

CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo artigo 48.º/n.º 3 do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos e para os fins do disposto nos artigos 47.º e 48.º/n.º 1 do mesmo Estatuto, convoco a Assembleia Regional da Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no próximo dia **20 de Março de 2014**, pelas 20:30 horas, na sua sede, sita na Rua António Cândido, n.º 154, Porto, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Actividades de 2013 da Secção Regional do Porto;
3. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Contas de 2013 da Secção Regional do Porto;
4. Apreciação sobre o Relatório de Actividades e Contas de 2013 da Direcção Nacional;
5. Apreciação sobre as Contas da Ordem dos Farmacêuticos referentes a 2013;
6. Eleição dos Delegados à Assembleia Geral a realizar em 29 de Março de 2014, pelas 10H00, na Sede da Ordem dos Farmacêuticos, em Lisboa;
7. Discussão sobre outros assuntos que os membros da Secção Regional do Porto considerem relevantes para a classe.

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de membros, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois com qualquer número.

Porto, 13 de Março de 2014

O Presidente da Mesa da Assembleia Regional

Prof. Doutor Agostinho Franklim Pinto Marques

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2013
Secção Regional do Porto

A prioridade soberana, no decorrer do ano de 2013, do exercício desta Secção Regional da Ordem dos Farmacêuticos, à semelhança do pretérito ano de 2012, constituiu-se na consolidação e na sustentabilidade organizacional e funcional da Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos visando o apoio de todos os farmacêuticos independentemente das distintas actividades profissionais.

Actualmente e como consequência da situação politica e económica que o país tem vindo a viver, resultando em medidas e normativos legislativo-legais que continuam a ser implementados, a sua repercussão na profissão farmacêutica continua a gerar os seus efeitos. O aumento significativo de desemprego e uma diminuição da empregabilidade dos farmacêuticos, e com maior incidência nos jovens farmacêuticos e nos recém-licenciados, ainda é uma realidade, situação de todo não habitual entre nós.

A promoção e defesa da revisão da carreira dos Técnicos Superiores de Saúde, focalizados na criação de uma Carreira Farmacêutica onde os farmacêuticos que exercem a sua actividade no SNS estão inseridos, apresentou-se e no decorrer dos esforços já envidados do ano anterior, como um desiderato fundamental.

Manteve-se o empenho de reforço dos contactos com estruturas partidárias e com deputados da Assembleia da República, encarando sempre a defesa legitimada das nossas posições, mormente o já assinalado na defesa de uma Carreira Farmacêutica, autónoma e inclusiva das três áreas de actividade farmacêutica – análises clínicas, farmácia hospitalar e genética.

A. Organização e Estruturas Internas da Secção Regional do Porto

Em 2013 manteve-se a disponibilidade total, e na sequência do término da totalidade do plano de manutenção das instalações do edifício sede, a disponibilidade dos espaços destas mesmas instalações para a realização de actividades profissionais e sociais. Assim sendo, realizaram-se na SR reuniões do grupo ACE-LABOMI que constitui uma rede integrada de laboratórios independente (AC), do grupo de farmácias PARCIFARMA e da VALORMED, Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens e Medicamentos Lda, dando continuidade aquele que é o projecto desta Direcção de abertura da SR ao exterior.

Foram inúmeras as situações, os eventos, as actividades formativas, promocionais ou de lazer dos seus associados que, no decorrer do ano nesta Secção Regional tiveram acolhimento, mantendo-se e prosseguindo a política seguida pela Direcção Regional de uma Ordem "mais aberta e plural de encontro às necessidades dos seus membros".

Neste ano de 2013 prosseguiu-se com a já anteriormente orientação de gestão de poupanças e de vigilância de despesas atendendo à imperiosa criação de recursos económicos para a construção do novo edifício. O cumprimento do protocolado com a Camara Municipal do Porto continua a constituir-se para esta Direcção Regional um compromisso de honra inabalável. Desta feita, a SRP continua a dar um ênfase muito particular a estas medidas de contenção de custos, uma vez assumido perante si mesma e os seus membros, o também conhecido e público comprometimento que não pode ser dissociado deste: os custos associados a esse investimento não terão interferência com as condições normais de funcionamento e de apoio aos membros desta SR.

À semelhança e na continuação de todos os esforços já envidados até aqui, a Comissão de Obras, grupo de trabalho de apoio à Direcção da Secção Regional do Porto, tem continuado a estudar e a implementar formas complementares de financiamento da construção do edifício.

B. Relação com os Sócios

Prosseguiu-se, ao longo do ano 2013, a política de maior abertura, disponibilidade e proximidade com os membros através de mais rápidos e eficientes meios de divulgação, correio electrónico. Um novo site mais versátil e apelativo encontra-se em fase de implementação.

Procurou-se em 2013, aprimorar os procedimentos de maior abertura, disponibilidade e proximidade com os membros através de mais céleres e eficientes meios de divulgação, com a redução acentuada do tempo máximo de resposta às questões e problemas colocadas pelos membros, para valores médios da ordem das 24 horas sem, contudo, ter implicações na qualidade dos serviços prestados.

A Secção Regional do Porto continuou a disponibilizar apoio jurídico presencial, semanalmente aos membros que o solicitem, apoio este que tem merecido um acréscimo de atenção e de procura. O número de consultas ao longo do ano de 2013 triplicou, em termos absolutos, o seu valor, indício claro das dificuldades (contrariedades) que os farmacêuticos estão a atravessar, em todas as áreas da sua actividade, na sequência ainda da situação económica do país.

C. Relações Externas

Convicta da necessidade de manter e implementar os contactos institucionais com as entidades ligadas à actividade farmacêutica, a SRP encetou todas as diligências no sentido de manter a necessária colaboração com as Instituições de Ensino Superior onde decorrem cursos de Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas, assim com as demais instituições públicas, organizações e empresas do sector.

Manteve-se e estimularam-se novas acções na colaboração da Secção Regional com a Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, com o Instituto de Ciências da Saúde – Norte e com a Faculdade de

Ciências da Saúde da Universidade Fernando Pessoa, na organização dos estágios profissionais dos seus alunos do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas. Neste âmbito, continua a ser da responsabilidade desta SRP, o contacto com as Farmácias, a organização das listas de vagas para estágio, e, em conjunto com as comissões de estágio das Instituições envolvidas, a colocação dos alunos e seu acompanhamento. O bom funcionamento dos estágios só foi possível com a colaboração dos farmacêuticos orientadores de estágios, aos quais a Secção Regional do Porto deixa um agradecimento público por todo o trabalho desenvolvido nos últimos anos. Tiveram lugar ainda as habituais reuniões com os orientadores de estágio de forma a esclarecer todas as dúvidas que possam surgir, assim como ouvir as sugestões dos colegas relativamente a oportunidades de melhores práticas.

A Associação de Estudantes da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (AEFFUP) e o Núcleo de Ciências Farmacêuticas do Instituto Superior de Ciências da Saúde Norte (NCF-AEISCSN) continuaram a contar com o apoio da Secção Regional do Porto através da participação e divulgação das suas iniciativas e actividades. A Secção Regional do Porto continua a disponibilizar as suas instalações à Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF) para o desenvolvimento das suas actividades.

Em continuidade do que já vem sendo habitual, a SRP divulgou e participou nas actividades das várias entidades e Instituições ligadas à acção farmacêutica, destacando-se a Cofanor, Cooprofar, ANF, Universidade do Porto, Universidade Fernando Pessoa, Instituto Superior de Ciências Norte, Hospital São João, Hospital Pedro Hispano, Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos, APFJ, ARS e a ERS.

D. Actividades Desenvolvidas na Secção Regional do Porto

Continuando a priorizar nas modalidades formativas a formação contínua, como esteio da valorização e do reconhecimento profissional, a SRP e no decorrer do ano de 2013, protagonizou formação de qualidade e diversificada, abrangendo distintas áreas de interesse para os seus membros, estruturadas em Ciclos, Conferências, Sessões de Formação, Jornadas e Tertúlias.

O Núcleo de Suporte Básico de Vida (SBV) da Ordem dos Farmacêuticos – SRP, criado pela Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos, em cooperação com o CPR (Conselho Português de Ressuscitação), segundo protocolo estabelecido entre estas duas entidades, continuou a desenvolver actividade de formação na área do Suporte Básico de Vida e da administração de vacinas

Como Conteúdo da Formação Complementar (aquisição das competências descritas na Circular do Infarmed, sob administração de vacinas), esta formação é focalizou-se nas Reacções Anafilácticas e Anafilactóides e Técnica de Administração de Conteúdo formativo em SBV

O curso de SBV é constituído por uma parte teórica e outra parte prática.

À parte teórica, correspondem os seguintes objectivos: 1. Apresentação do programa de ressuscitação intra-instituição onde são descritos em pormenor a logística e os procedimentos necessários

para uma cadeia de sobrevivência intra-instituição e respectiva articulação com o 112; 2. Conteúdo, localização e regras de utilização do saco de emergência e 3. Algoritmo de SBV.

A parte prática da formação incide no treino em manequins das diferentes possibilidades do algoritmo de SBV através da simulação de casos clínicos sucedidos em diferentes locais da instituição. No que se relaciona com a ventilação os formandos aprendem a ventilar com o ambu e a mascara facial, a escolher e introduzir o tubo de Guedel recorrendo ao manequim de via aérea.

Como Conteúdo da Formação Complementar (aquisição das competências descritas na Circular do Infarmed, sob administração de vacinas), esta formação focalizou-se nas Reacções Anafilácticas e Anafilactóides e Técnica de Administração de Injectáveis, com prática em modelos de simulação biomédica.

D.1. CICLOS DE FORMAÇÃO

Curso de Serviços Farmacêuticos

19 e 27 de Abril

Com a coordenação científica e pedagógica da responsabilidade da Prof. Isabel Vitória e do Prof. Fernando Llimós a realização do Curso de Serviços Farmacêuticos, casos práticos, teve como função, complementar as competências adquiridas durante o Curso de Pós-Graduação em Cuidados Farmacêuticos.

D.2. JORNADAS CIENTIFICAS

4as. Jornadas Atlânticas de Cuidados Farmacêuticos

Na sequência do sucesso das 3as Jornadas a Secção Regional do Porto organizou, em conjunto com a Sociedade Espanhola de Farmácia Comunitária, as 4as Jornadas Atlânticas de Cuidados Farmacêuticos.

Estas jornadas, que decorreram no dia 15 de Junho de 2013, na Pousada do Freixo-Freixo Palace Hotel, na cidade do Porto, constituíram-se como um espaço de reflexão onde se debateram as novidades e os desafios dos cuidados farmacêuticos em Portugal e em Espanha.

No primeiro painel, dedicado à temática “Farmácia Clínica e Hospitalar”, debateu-se a “Intervenção do farmacêutico em Contexto Hospitalar” - Prof. Doutor Pedro Barata e Dr. Paulo Carinha, a “Gravidez e acompanhamento de grávidas de Risco” - Dra. Ana Cristina Rama e Prof. Doutora Isabel Vitória Figueiredo, “O Farmacêutico Clínico numa Unidade de Transplantação Renal” - Dra. Alexandra Torres. O Painel terminou com uma intervenção do Doutor Floro Rodríguez sobre “Plantas Medicinais: um recurso farmacoterapêutico do século XXI”.

O segundo painel, focalizado nos "Cuidados Farmacêuticos no ambulatório", contou com a presença da Dra. Mª Mercedes Guerra Garcia, que abordou a "Atención Farmacêutica en la Estructura Primaria de Salud: Servicios de Farmacia de Atención Primaria" em Pontevedra. Seguiu-se a intervenção do Prof. Doutora Isabel Vitória Figueiredo, acerca da "Intervenção do Farmacêutico na Rede de Cuidados de Saúde Primários". Este painel contou ainda com as intervenções da Prof Doutora Margarida Castel-Branco sobre "Contracepção de Emergência e planeamento familiar" e da Doutora Asmaâ Doukkali, que abordou a "Atención Farmacéutica en pediatria: Preguntas frequentes en la farmácia".

No terceiro painel do dia, abordou-se a "Optimização da Farmacoterapia". Este painel contou com a participação como palestrante do Prof. Doutor Fernando-Llimós, que falou sobre a "Intervenção do farmacêutico no doente geriátrico". O Doutor Manuel Machuca fechou este último painel, com o tema "Implicações éticas e económicas da optimização da farmacoterapia.

D.3. SESSÕES DE FORMAÇÃO

D.3.1. Formação em Oncologia

13 de Abril de 2013

No dia 13 de Abril decorreu na SRP uma formação sobre "Oncologia", ministrada pela Doutora Ana Castro, Doutora em Oncologia Médica pela FMUP e Manager da Glaxo. A Biologia do Cancro, a Génese Hormonal, e Princípios da Quimioterapia, bem como, os agentes citotóxicos associados aos vários tipos de tumores (Cancro Colo-Rectal; Cancro da Próstata; Cancro do Rim; Cancro do Útero e do Ovário) foram as temáticas abordadas pela especialista em Oncologia Médica.

D.3.2. Formação NeuroMarketing

9 a 11 de Abril

A formação em NeuroMarketing ministrada pelo Dr. António Costa, Doutorando na área das Neurociências, abordou temáticas tais como: as emoções no marketing, a percepção e compreensão do ambiente e exemplos de aplicação das neurociências no marketing.

D.3.3. Farmacoterapia na Depressão

29 e 30 de Abril

A formação teve como objectivo a classificação dos distúrbios de humor, a patogénese da depressão e a terapia farmacológica associada aos diferentes tipos de depressão.

A formação esteve a cargo do Prof. Doutor Bruno Sepodes, docente da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, membro da Comissão de Avaliação de Medicamentos e do Prontuário Terapêutico e actual Presidente do Comité dos Medicamentos Órfãos (COMP).

D.3.4. Curso de Ensaios Clínicos

18 de Maio

No dia 18 de Maio a SRP realizou um Curso de "Ensaios Clínicos" que resultou de uma organização conjunta entre a SRP e a Forpoint (Instituto de Formação e Inovação em Saúde). O papel do farmacêutico nos Ensaios Clínicos é por todos considerado fundamental sendo que essa actividade é actualmente uma das saídas mais promissoras. O curso teve como objectivo dotar os participantes dos conhecimentos e aptidões necessários para participar, como farmacêuticos, em ensaios clínicos.

D.3.5. SBV e Administração de vacinas e injectáveis

5 de Outubro | 11 e 12 de Outubro

À semelhança do que se fez em anos anteriores, a Secção Regional do Porto, continuou a promover cursos de "SBV e Administração de Vacinas e Injectáveis". Assim, foram realizadas duas edições do referido curso, formação inicial e recertificação.

D.3.6. Formação e Saúde Oral

26 de Outubro

A formação em "Saúde Oral" foi ministrada pelo Dr. Vasco Teixeira, Licenciado em Ciências farmacêuticas pela UC e em Medicina Dentária pelo ISCS-N, as patologias mais comuns em medicina dentária, a higiene oral, bem como, a medicação associada às várias patologias da boca foram os temas abordados durante a formação.

D.3.7. I Encontro Luso-Hispano de Manipulados em Dermatologia. Acne, Psoríase e Dermocosmética

30 de Novembro

Resultando de uma organização conjunta entre a SRP e a Acofarma este "I Encontro Luso-Hispano de Manipulados em Dermatologia" contou com a presença de vários especialistas das Faculdades de

Farmácia das Universidades de Salamanca e Complutense Madrid, e também, com a Vice- Presidenta do Ilustríssimo Colégio Oficial de Farmacêuticos de Salamanca. O Dr. António Massa, médico especialista em Dermatologia abordou o tema, o "Sucesso dos Manipulados no Tratamento".

D.4 Noites na Ordem

A Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos, ao longo do ano 2013 continuou a organizar as "Noites na Ordem," que versaram sobre as mais diversas temáticas, desde áreas científicas e profissionais, às questões políticas e sociológicas. Neste espaço privilegiado de reflexão e discussão, em ambiente informal, de temáticas muito variadas, tivemos a participação de ilustres convidados, cujas competências dispensam quaisquer comentários.

D.4.1. "A filha do Papa"

21 de Maio

Esta Sessão de "Noites da Ordem" teve como convidado o escritor Luis Rocha onde afirmou que o novo romance "A Filha do Papa", publicado recentemente, permite "perceber como funciona o Banco do Vaticano" e também "os passos do exigente critério da canonização". O escritor partilhou com os presentes algumas curiosidades que resultaram da sua investigação na biblioteca do Vaticano.

D.4.2. "Os Excessos da Cancerofobia"

28 de Novembro

Esta Sessão de "Noites na Ordem" teve como convidado de honra o Prof. Doutor Sobrinho Simões, Professor Catedrático da FMUP; Fundador e actual director do IPATIMUP. Num momento de excelente brilhantismo o Prof. Sobrinho Simões brindou os presentes com uma reflexão ímpar sobre a Cancerofobia, onde afirmou que "apesar de haver cada vez mais pessoas diagnosticados com cancro, também é verdade, que morrem cada vez menos pessoas de cancro".

E. OUTRAS ACTIVIDADES

E.1. Seguro de Saúde

A Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos, celebrou um protocolo de colaboração com a companhia de seguros Ocidental, detentora dos seguros de saúde Medis que em 2013 continua em

vigor. Assim, os membros da Secção e o seu agregado Familiar poderão optar por uma de quatro opções, sem limite de idade.

Com esta acção pretendeu-se aumentar o âmbito das parcerias com vantagens para os membros da Secção Regional do Porto, que passam assim a ter acesso a mais um serviço.

E.2. Seguro de Responsabilidade Civil

Do protocolo celebrado em 2010 entre a Ordem dos Farmacêuticos e a Companhia de Seguros – AXA, resultou o seguro de Responsabilidade Civil, extensível a todos os farmacêuticos, em que a Secção Regional do Porto assume os encargos relativos aos seus membros. Cada Secção Regional possui a sua própria apólice que garante um limite de indemnização de 100.000,00€ por sinistro e anuidade. Apenas beneficiarão deste seguro os membros que tenham as quotas devidamente regularizadas.

F. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÂO DA SRP

As grandes transformações na sociedade contemporânea impuseram à comunicação e ao relacionamento com os diversos públicos, um papel de extrema relevância no conceito estratégico das instituições. Neste âmbito a SRP desenvolveu cooperações com o Jornal Notícias, mais ainda, estabeleceram-se e estimularam-se os contactos com diferentes canais de televisão, que continuam a recorrer à SRP no sentido de auscultar a nossa opinião sobre temas da actualidade em Saúde, nomeadamente, com o Porto Canal e RTV.

Criar uma verdadeira cultura de comunicação em que todos sintam vontade de intervir e participar, continuará a ser um dos objectivos da SRP, reafirmando o papel interventivo do Farmacêutico na melhoria dos Cuidados de Saúde em Portugal.

G. PUBLICAÇÕES SECÇÃO REGIONAL DO PORTO

G.1. Acta Farmacêutica Portuguesa

A Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos entendeu ser pertinente, numa altura de intensa produção científica, a promoção da edição de uma Revista de índole científica – Acta Farmacêutica Portuguesa.

Esta iniciativa inovadora teve continuidade ao longo de 2013, com a publicação de dois novos números e com a inclusão de novos membros para os Conselhos Editorial e Cientifico.

O Conselho Editorial da Revista Acta Farmacêutica Portuguesa e a Direcção da Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos esperam que esta publicação se torne num espaço preferencial para publicação de pesquisas na área das Ciências Farmacêuticas e dos Cuidados Farmacêuticos e se torne num referencial junto todos os profissionais ligados à área da Saúde e em particular dos farmacêuticos.

A Acta Farmacêutica Portuguesa está disponível em papel e poderá ser adquirida junto da Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos ou através dos habituais contactos electrónicos (www.ofporto.org)

H. Edifício Sede (Manutenção e Restauro)

Como vem sendo habitual ao longo dos últimos anos a Direcção desta Secção Regional prosseguiu com as obras de manutenção e restauro do edifício sede. Em 2013 procedeu-se ao restauro das casas de banho situadas no rés-do-chão e 1º andar, com a substituição do piso, canalização e louças sanitárias.

I. NOVO EDIFICIO DA SRP

Ao longo do ano de 2013, a Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos, no âmbito do decurso das actividades inerentes à construção do novo edifício sede que vem promovendo, encetou e concretizou o procedimento de contratação dos projectos das especialidades para o licenciamento de todo o processo de construção por parte do Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal do Porto, tudo de acordo e nos termos do disposto no regime jurídico da urbanização e edificação, Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro (com as alterações entretanto ocorridas) e no regime legal da contratação pública, Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro (na sua versão actualizada), que garante transparência, isenção, imparcialidade e lisura no respectivo procedimento de contratação.

Importa sublinhar que os projectos das especialidades, cuja execução foi contratada para apresentação na Câmara Municipal do Porto, seguiram-se à aprovação do projecto de arquitectura que tinha sido, entretanto, alvo de reapreciação a pedido da Direcção Regional, de molde a que o mesmo se confinasse a uma política de contenção de custos, estrita e rigorosa, atendendo aos actuais tempos de contenção financeira em que o país se vê envolvido.

Ora, lembramos que concluída a versão final do projecto de arquitectura pretendido, foi este submetido à apreciação e aprovação do Município do Porto, nos termos do disposto no regime jurídico da urbanização e edificação, isto após o Município do Porto, através dos serviços do Departamento do Urbanismo, ter levantado problemas que obstaculizaram a aprovação célere deste projecto, tais como: a necessidade do novo edifício respeitar um alinhamento contíguo com os edifícios adjacentes - o que na prática retirar-lhe-ia viabilidade prática e funcional -; o prazo do início de construção ter expirado face ao previsto na escritura de compra e venda celebrada entre a OF e o Município do Porto (na qual o Município condicionou a

alienação do terreno, sob possibilidade de reversão, onde irá ser implantado o edifício, ao início efectivo dos trabalhos de construção no prazo de cinco anos após a celebração da escritura) e problemas inerentes à observação do regulamento do PDM previsto para o local de construção.

No entanto, sem embargo das dificuldades surgidas, tudo foi ultrapassado após um longo processo de negociações entre representantes de ambas as partes: a OF e o Município do Porto, que culminou num entendimento considerado excelente para os interesses da OF.

Mutatis mutandis, com o projecto de arquitectura aprovado pelo Município, já em Janeiro de 2013, seguiu-se então a necessidade de contratar, a custos controlados, a execução dos projectos das especialidades, cujo acompanhamento pelos responsáveis da Secção Regional do Porto foi constante, e de muito de perto, mediante várias reuniões de trabalho nas instalações da Secção Regional que tinham como objectivo conhecer bem as soluções a conferir ao projecto de execução, e o respectivo cabimento numa política responsável de contenção de custos, sem que tal comprometesse a finalidade essencial para que o edifício foi concebido: servir os membros da Ordem dos Farmacêuticos com nobreza e dignidade inerentes ao estatuto que a profissão impõe, designadamente nas áreas da formação científica e pedagógica e na museologia.

Os projectos das especialidades estão já concluídos e foram entregues no Departamento de Urbanismo do Município do Porto, em Fevereiro deste ano, ficando a OF a aguardar o licenciamento final, com emissão de alvará, para a realização da operação urbanística pretendida: a construção do novo edifício, precedida do lançamento do concurso público para execução da empreitada.

CONTAS 2013

Secção Regional do Porto

1. INTRODUÇÃO

As contas apresentadas, relativas ao exercício de 2013, foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos vigentes e normas preconizadas pelo Sistema de Normalização Contabilística.

Pretende-se assim, transmitir de forma credível a situação da Secção Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos a 31.12.2013.

2. CONTAS DE EXPLORAÇÃO

O **Resultado Líquido do Período** teve a seguinte evolução ao longo dos últimos três exercícios:

2011	2012	2013
40.536,50€	6.801,41€	105.060,93€

No exercício de 2013 o **Resultado Líquido do Período** registou um acentuado crescimento, relativamente aos exercícios anteriores, motivado pelo aumento de receitas e pela descida dos gastos.

Os **Rendimentos e Ganhos** registaram a seguinte evolução:

	2011	2012	2013
Quotas/Jóias	918.631€	860.455€	924.410€
Outros rendim. e ganhos	35.376€	41.988€	18.351€
Juros, dividendos e similares	790€	310€	11.843€
TOTAL	**954.797€**	**902.753€**	**954.604€**

Relativamente aos valores orçamentados verificaram-se os seguintes desvios:

Rendimentos	Orçamento 2013	Valores Reais	% Desvio
Quotas/Jóias	860.500€	924.410€	7.42%
Outros rendim. e ganhos	40.500€	18.351€	-5.5%
Juros, dividendos e similares	6.200€	11.843€	9.10%
	907.200€	**954.604€**	

Gastos	Orçamento 2013	Valores Reais	% Desvio
Custo Mercadoria Vendidas	0,00 €	97,00 €	-
Fornecim. serviços externos	240.240€	246.820€	2.74%
Custos com pessoal	167.800€	179.597€	7.03%
Gastos depreciação e amortização	22.030€	21.800€	-1.04%
Outros gastos e perdas	370.500€	401.229€	8.29%
Gastos e perdas de financiamento	55€	0,00€	
	800.625€	**849.543€**	

Saldo do Exercício	**106.575€**	**105.061€**

No exercício de 2013, ao contrário do esperado, verificou-se um aumento significativo no recebimento de quotas e de sócios inscritos nesta Ordem.

O desvio mais acentuado registou-se nos rendimentos na rubrica "Quotas e Jóias" em relação ao expectável o que influenciou um desvio também acentuado na rubrica de "Outros Gastos e Perdas" que está directamente relacionada uma vez que esta rubrica retracta a percentagem de quotas e jóias a entregar à Direcção Nacional.

O ligeiro desvio registado na rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" deve-se apenas a pequenas variações.

Nos "Gastos com pessoal" está reflectido o pagamento de uma compensação pelo acerto das diuturnidades aos funcionários, relativos a anos anteriores.

3. BALANÇO

O investimento em imobilizado registado no ano de 2013 respeita a aquisição de equipamentos informáticos de reduzido valor.

A Secção Regional tem uma boa autonomia financeira, não tendo qualquer dívida considerada de médio e longo prazo e as dívidas de curto prazo são de mera conta corrente.

O valor das disponibilidades, a 31.12.2013 era de 390.026,23€, que se destinam a investir na construção do novo edifício.

A evolução dos **Capitais Próprios** foi a seguinte:

	2011	2012	2013
Fundo Social	488.957€	488.957€	488.957€
Reservas	310.694€	310.694€	310.694€
Resultados Transitados	545.903€	586.440€	593.241€
Outras Variações CPP	-	-	(72.962€)
Result. Líquido Período	40.536€	6.801€	105.061€
TOTAL	**1,386.090€**	**1,392.892€**	**1,424.991€**

Foram contabilizados, no período de 2013, imparidades que reflectem os créditos sobre sócios em mora.

4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Direcção da Secção Regional do Porto propõe que o Resultado Líquido do Período de 2013, no montante de 105.060,93€, seja transferido na sua totalidade para Resultados Transitados.

	Ano 2012	**2.013**	2.013	Desvio	Desvio %
	Real	**Real**	Orçamento	Real - Orç.	Real - Orç.
RENDIMENTOS E GANHOS					
Prestação de serviços - Quotas e Jóias	857.908	**924.410**	860.500	*63.910*	**7,4%**
Prestação de serviços - Outros	46.301	**13.566**	40.500	*-26.934*	**-66,5%**
Outros rendimentos e ganhos	8.600	**4.786**	0	*4.786*	
Juros, Dividendos e outros rendimentos	0	**11.843**	6.200	*5.643*	**91,0%**
	912.809	**954.605**	907.200	*47.405*	**5,2%**
GASTOS E PERDAS					
Custo das mercadorias vendidas e mat. Cons.	0	**97**	0	*97*	
Fornecimentos e serviços externos	288.429	**246.820**	233.440	*13.380*	**5,7%**
Gastos com pessoal	214.482	**179.597**	167.800	*11.797*	**7,0%**
Gastos de depreciação e de amortização	21.494	**21.800**	22.030	*-230*	**-1,0%**
Imparidades de dívidas de Membros	0	**0**	0	*0*	
Outros gastos e perdas	381.510	**401.229**	370.500	*30.729*	**8,3%**
Gastos e perdas de financiamento	92	**0**	6.855	*-6.855*	**-100,0%**
	906.008	**849.544**	800.625	*48.919*	**6,1%**

Balanço da Secção Regional do Porto
31 de Dezembro 2013

Rúbrica	31-12-2013
ACTIVO	
Activo não corrente	
Activos fixos tangíveis	1.007.644
Propriedades de investimento	0
Activos intangíveis	2.777
Accionistas/sócios	0
Outros activos financeiros	0
	1.010.421
Activo corrente	
Inventários	0
Clientes	0
Estado e outros entes públicos	2.963
Accionistas/sócios	0
Outras contas a receber	93.687
Diferimentos	318
Activos financeiros detidos para negociação	0
Caixa e depósitos bancários	390.026
	486.994
Total do activo	**1.497.415**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital próprio	
Capital realizado	495.758
Outras reservas	310.694
Resultados transitados	586.440
Excedentes de revalorização	0
Outras variações no capital próprio	-72.962
Resultado líquido do período	105.061
Total do capital próprio	**1.424.991**
Passivo	
Passivo não corrente	
Financiamentos obtidos	0
	0
Passivo corrente	
Fornecedores	0
Estado e outros entes públicos	10.388
Financiamentos obtidos	0
Outras contas a pagar	62.035
Diferimentos	0
	72.423
Total do passivo	**72.423**
Total do capital próprio e do passivo	**1.497.415**

Secção Regional do Porto

PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL DO PORTO

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DE 2013

O Conselho Fiscal Regional do Porto da Ordem dos Farmacêuticos reuniu com a Direcção Regional, aos dez dias do mês de Março de dois mil e catorze pelas vinte e uma horas, para apreciação das contas relativas ao exercício do ano de dois mil e treze.

Após análise do Relatório, do Balanço e da Demonstração de resultados da Direcção, o Conselho Fiscal deliberou dar parecer favorável aos referidos documentos considerando-os correctos e dignos de crédito e recomendando a sua aprovação na Assembleia Regional convocada para o efeito.

Porto, 10 de Março de 2014

O Presidente do Conselho Fiscal Regional do Porto

Dr. Henrique Reguengo da Luz

Secção Regional de Coimbra

ASSEMBLEIA REGIONAL

CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo artigo 48.º/n.º 3 do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos e para os fins do disposto nos artigos 47.º e 48.º/n.º 1 do mesmo Estatuto, convoco a Assembleia Regional da Secção Regional de Coimbra da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no próximo dia **21 de Março de 2014**, pelas 20:30 horas, na sua sede, sita na Rua Castro Matoso, n.º 12 A, em Coimbra, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Actividades de 2013 da Secção Regional de Coimbra;
3. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Contas de 2013 da Secção Regional de Coimbra;
4. Apreciação sobre o Relatório de Actividades e Contas de 2013 da Direcção Nacional;
5. Apreciação sobre as Contas da Ordem dos Farmacêuticos referentes a 2013;
6. Eleição dos Delegados à Assembleia Geral a realizar em 29 de Março de 2014, pelas 10H00, na Sede da Ordem dos Farmacêuticos, em Lisboa;
7. Discussão sobre outros assuntos que os membros da Secção Regional de Coimbra considerem relevantes para a classe.

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de membros, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois com qualquer número.

Coimbra, 13 de Março de 2014

O Presidente da Mesa da Assembleia Regional

Paulo Moreira da Fonseca.

Dr. Paulo Moreira da Fonseca

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2013
Secção Regional de Coimbra

Introdução

O ano de 2013 foi o primeiro ano do mandato da actual Direcção Regional, pelo que representou, no essencial, um ano de maturação e operacionalização das propostas contidas no programa da nossa candidatura.

Do mesmo modo, foi um ano de redefinição e adequação das actividades projectadas para a Secção Regional, em função do conhecimento mais aprofundado que fomos adquirindo da própria estrutura e do seu funcionamento.

A crise política e económica que Portugal atravessou, e atravessa, com reflexo muito marcado nos diversos sectores de actividade farmacêutica, foi naturalmente o cenário que enquadrou e moldou as estratégias definidas pela actual Direcção. Consideramos que os momentos de crise, pese embora as dificuldades sentidas por muitos Colegas, devem necessariamente ser encarados como momentos de oportunidade e de viragem, e encaramos a conjuntura adversa como uma alavanca para a melhoria, para a inovação e, até, para uma mudança de paradigma na nossa forma de estar e de actuar.

Ainda que, como se referiu, o ano tenha sido marcado essencialmente pela construção dos alicerces em que pretendemos construir o projecto que idealizamos para a Ordem, julgamos que o trabalho desenvolvido permitiu desde logo evidenciar os pressupostos da **competência, da motivação e da atitude** que norteiam as nossas principais linhas de acção. E o conjunto das actividades concretizadas enquadra-se, justamente, nos objectivos fundamentais definidos no nosso plano de acção: a aproximação entre os farmacêuticos e a sua Ordem, a aproximação do farmacêutico ao doente e, ainda, a aproximação à comunidade.

Foi nossa preocupação fundamental a colaboração e o envolvimento empenhado de todos os Colegas, e que continuará, aliás, a ser um dos nossos objectivos primordiais no presente mandato. Somente uma Ordem aberta, democrática e representativa cumpre, na íntegra, os objectivos que presidem à missão destas Associações.

PLANO INTERNO

A. Aproximação entre os farmacêuticos e a sua Ordem

A.1. Projecto "Um Problema, uma Solução"

Como referido na nota introdutória, a aproximação entre os farmacêuticos e a sua Ordem é um dos pilares fundamentais da nossa proposta de acção e, nesse sentido, é para nós da maior relevância envolver todos na identificação dos problemas e no delinear das soluções.

Com este objectivo desenvolvemos o projecto **"um problema, uma solução"** que, no essencial, pretendeu dar voz aos colegas, permitindo-lhes dar a conhecer à Ordem os problemas que identificam, e com que se debatem, no exercício da profissão, participando activamente na proposta de soluções para os mesmos.

Assim, e com este propósito, foi enviado, no 1.º trimestre do ano, um questionário aos membros da Secção Regional, no qual se solicitou a descrição dos problemas mais relevantes da profissão, e do seu exercício profissional em concreto, podendo igualmente propor soluções para os mesmos.

Foram recepcionados os contributos de 65 Colegas, o que, muito embora aquém da nossa expectativa inicial em termos de adesão, permitiram identificar claramente as grandes preocupações e problemas dos Colegas, no que respeita à profissão.

Para o tratamento das respostas a estes questionários contámos com a colaboração do DITS – Divisão de Inovação e Transferências do Saber da Universidade de Coimbra, que dinamizou workshops assentes no método KJ (também designado por Diagrama de Afinidades ou método LP), uma das ferramentas mais ricas e importantes no conjunto de uma nova geração de Ferramentas da Qualidade, também conhecidas como Ferramentas de Gestão ou de Planeamento. Este método visa essencialmente estruturar, organizar e fazer a síntese de informação qualitativa, bem como perceber e clarificar problemas/ideias/pensamentos.

Foram promovidas três reuniões de trabalho na Secção Regional, nos dias 21 de Março, 12 de Abril e 2 de Maio, para as quais foram convidados todos os colegas interessados, e das quais resultou a identificação de 4 problemas major da profissão.

A etapa seguinte passará pela organização de um Fórum de Debate, já em 2014, para o qual serão convidados todos os Colegas, e no qual pretendemos discutir e avançar com propostas de soluções para os problemas elencados.

Paralelamente, foram planeados e agendados workshops com o mesmo objectivo nas restantes capitais de distrito afectos à Secção Regional que, lamentavelmente, tiveram que ser cancelados pela fraca adesão dos colegas.

A.2. I Fórum de Debate da Secção Regional de Coimbra – "Como queremos trabalhar no século XXI? Que futuro para os farmacêuticos?"

Em resultado da colaboração da Secção Regional de Coimbra com um grupo de investigadores, no âmbito de um estudo acerca da carreira e vida profissional dos farmacêuticos portugueses, foi divulgado junto dos colegas um questionário que visa avaliar a perspectiva que os farmacêuticos têm sobre o seu trabalho, a sua carreira e os serviços que prestam. O objectivo do estudo é o de melhor compreender a vida profissional dos farmacêuticos em Portugal e a forma como a Ordem pode responder às expectativas dos seus membros. O estudo, e respectivo questionário, foram desenvolvidos por académicos da Universidade de Coimbra (Professores Doutores Teresa Carla Oliveira e João Fontes da Costa), do College London (Professor Doutor David Guest) e da Kingston University London (Professor Doutor Ricardo Rodrigues).

As respostas ao questionário - disponível em http://kingston.eu.qualtrics.com/SE/?SID=SV_e51i3F9A1Oo1ixS - obtidas até Setembro de 2013, permitiram alcançar resultados preliminares muito interessantes, no que toca à perspectiva que os farmacêuticos têm acerca das suas carreiras.

E foi este, justamente, o mote para a organização do I Fórum de Debate da Secção Regional de Coimbra, subordinado ao tema "Como queremos trabalhar no século XXI? Que futuro para os farmacêuticos?", que teve lugar no dia 12 de Outubro, na Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra. Esta iniciativa, da qual fazemos um balanço extremamente positivo, foi palco para uma discussão aprofundada sobre as expectativas dos farmacêuticos com as suas carreiras, da sua satisfação com as mesmas, passando pela identidade e valores sociais dos Farmacêuticos e terminando com um debate em torno do futuro da profissão. Contámos com a participação dos investigadores responsáveis pelo estudo.

Deste Fórum resultou um relatório final, com as principais conclusões, disponível na Secção Regional para consulta dos Colegas.

B. Actividades de natureza formativa

Reconhecer a intervenção profissional do farmacêutico como um valor acrescido para a saúde do doente implica necessariamente o reconhecimento da sua competência, e que a intervenção profissional assente em modelos de actuação devidamente validados e reconhecidos. A criação de valor é importante no actual contexto económico como instrumento de sustentabilidade, requerendo visão, reforma e investimento a longo prazo. É na competência que assenta o valor acrescentado do desempenho profissional, e é neste valor acrescentado que se assegura o futuro de uma profissão.

Para o efeito é fulcral a aposta clara na formação dos farmacêuticos, através de planos de formação coerentes, estruturados e rigorosos, e que respondam às necessidades dos farmacêuticos em termos de formação e de competências.

Neste âmbito, foram organizadas ao longo de 2013 as seguintes actividades/iniciativas:

B.1. Cursos e Acções de Formação

"Ortopedia ao Serviço da Farmácia" (6H) – 4 e 11 de Abril (Formadores: Dr. Humberto Gameiro e Dr. Bernardo Gomes)

"Adesão à Terapêutica – Conceitos e métodos de avaliação" (3H) – 23 de Maio (Formadora: Mestre Clara Sequeira)

"Asma vs. DPOC" (6H) – 7 e 19 de Junho (Formadores: Dr. António Antunes, Prof. Doutora Margarida Castel-Branco, Dra. Anabela Mascarenhas e Mestre Ana Filipa Lourenço)

"Curso de Actualização em Saúde Oral" (7H) – 16 de Outubro (Formador: Dr. Vasco Magalhães Teixeira)

"Curso Prático de Ostomia – Soluções para melhorar a qualidade de vida do doente" (4H) – 29 de Novembro (Formador: Dr. Pedro Figueira)

"Curso de Actualização em Odontopediatria" (4H) – 6 de Dezembro (Formador: Dr. Vasco Magalhães Teixeira)

B.2. Formação na área do empreendedorismo

O curso de Empreendedorismo em Saúde nasceu de uma parceria entre a Secção Regional de Coimbra e o Instituto Pedro Nunes, uma incubadora de empresas sedeada em Coimbra e reconhecida internacionalmente. A parceria envolveu, em concreto o IPN-vci, uma unidade orgânica do Instituto Pedro Nunes que tem por missão a promoção da valorização económica do Conhecimento. As actividades do IPN-vci englobam a Gestão dos Direitos da Propriedade Intelectual e a promoção do Sistema de Propriedade Industrial junto dos agentes de inovação, designadamente do Ensino Superior, meio científico e empresas de base tecnológica, a transferência de tecnologia entre Instituições do Sistema Científico e Tecnológico nacional e o mundo empresarial; o apoio ao empreendedorismo de base tecnológica e o apoio na montagem e submissão de projectos de I&DT financiados por programas nacionais e europeus.

O **Curso de Empreendedorismo em Saúde** foi desenvolvido especificamente para a Ordem dos Farmacêuticos e decorreu nos dias 6, 13 e 20 de Junho, tendo como oradores especialistas do referido Instituto. Foram abordados os temas da Gestão da Inovação, da Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia e ainda a Definição de Modelos de Negócio.

B.3. Curso de Suporte Básico de Vida para Farmacêuticos e Curso de Administração de Vacinas e Medicamentos Injectáveis em Farmácia Comunitária - Formação Inicial Conducente à Certificação

Com o objectivo de conferir aos colegas as competências necessárias para a administração de vacinas e outros medicamentos por via subcutânea e intramuscular, cumprindo os requisitos para o reconhecimento deste tipo de formação pela Ordem, a Secção Regional de Coimbra organizou cursos de formação nas áreas do Suporte Básico de Vida e de Administração de Vacinas e Medicamentos Injectáveis em farmácia comunitária. O Curso de Suporte Básico de Vida resultou de um protocolo estabelecido entre a Secção Regional de Coimbra da OF e o Centro de Simulação Biomédica de Coimbra do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, uma unidade estratégica e inovadora no desenvolvimento de formação em cuidados de saúde, nomeadamente em suporte de vida e nas áreas de anestesiologia, emergência/urgência médica e cirúrgica, obstetrícia, pediatria e cuidados intensivos.

O Curso de Administração de Vacinas e Medicamentos Injectáveis foi coordenado por um colega, farmacêutico, com formação e competências certificadas pelo INEM.

Pelo elevado número de interessados foram organizadas várias edições dos referidos cursos:

Curso de Suporte Básico de Vida para Farmacêuticos (6H) – 22 de Novembro (1.ª ed.), 4 de Dezembro (2.ª ed.) (Coordenação técnica e científica: Centro de Simulação Biomédica do CHUC)

Curso de Administração de Vacinas e Medicamentos Injectáveis em Farmácia Comunitária - Formação Inicial Conducente à Certificação (8H) – 23 de Novembro (1.ª ed.) e 7 de Dezembro (2.ª ed.) (Formador: Dr. Norberto Loureiro Cardoso)

B.4. Ciclo de Seminários sobre Gestão e Marketing Farmacêutico

Em colaboração com a empresa iD CONSULTING, a Secção Regional de Coimbra organizou um ciclo de seminários na área Gestão e Marketing Farmacêutico, que decorreu de Outubro a Dezembro. Neste âmbito tiveram lugar 6 seminários, que abordaram as seguintes temáticas:

1. Antecipando e gerindo a mudança: a integração de marketing, de forma transversal, como pilar de organizações de sucesso e preparadas para o futuro (6H) - 10 de Outubro (Formador: Dr. João Pedro Matos)

2. Controle e Gestão Emocional no Trabalho (6H) – 24 de Outubro (Formador: Dr. João Pedro Matos)

3. Liderança, Estilos de influência e motivação de equipas de trabalho (6H) – 7 de Novembro (Formador: Dr. João Pedro Matos)

4. Comunicação & Kinesia: introdução à comunicação individual, organizacional e institucional...saiba o que comunica e de que forma. (6H) – 21 de Novembro (Formador: Dr. João Pedro Matos)

5. Merchandising: introdução, subtipos e importância de uma correcta gestão do ponto de venda na prática (6H) – 5 de Dezembro (Formador: Dr. João Pedro Matos)

6. Da qualidade do serviço à fidelização do utente (6H) – 19 de Dezembro (Formador: Dr. João Pedro Matos)

B.5. Ciclo de Conferências da Secção Regional 2013

Envelhecimento. Uma conversa cruzada entre Inflamação, Patologia e Polimedicação – 9 de Maio (Conferencista: Prof. Doutora Anabela Mota Pinto)

(In)fertilidade - será possível prevenir? – 11 de Junho (Conferencista: Prof. Doutora Ana Teresa Almeida Santos)

Abuso e Negligência a pessoas idosas: algumas reflexões - 2 de Outubro (Conferencistas: Dr. João Redondo e Prof. Doutora Margarida Pedroso Lima)

Ageing@Coimbra - Região Europeia de Referência para o Envelhecimento Activo e Saudável – 21 de Novembro (Conferencista: Prof. Doutor João Malva)

B.6. Apoio à Intervenção Profissional

Com o objectivo de promover uma correcta intervenção profissional no âmbito da dispensa de antibióticos nas farmácias comunitárias, e concretamente sensibilizar os farmacêuticos para o problema crescente da resistência aos antimicrobianos, a Secção Regional de Coimbra apoiou logisticamente, e patrocinou cientificamente, uma intervenção educativa realizada em farmácias comunitárias abrangidas pelos: Hospital Distrital da Figueira da Foz, Unidade local de saúde de Castelo Branco, Unidade local de Saúde da Guarda e Hospital Cova da Beira.

Esta intervenção educativa surgiu no âmbito de um trabalho de doutoramento cujo tema é "Intervenção educativa em farmacêuticos para melhorar o uso de antibióticos: ensaio controlado aleatório por clusters", da aluna de doutoramento em Ciências Farmacêuticas na Universidade da Beira, e farmacêutica, Fátima Roque, e teve por objectivo promover a utilização adequada de antibióticos e, consequentemente, diminuir o desenvolvimento de resistências microbianas.

C. Inauguração da Sala dos Presidentes

Dando continuidade à tradição já instituída na Secção Regional foi promovida, no dia 23 de Setembro, a cerimónia de descerramento da fotografia do anterior Presidente da Direcção Regional, Dr. Paulo Fonseca, que assim se veio juntar à galeria dos anteriores Presidentes.

Neste contexto, a Regional de Coimbra assinalou as comemorações do Dia do Farmacêutico, a nível regional, numa cerimónia que juntou igualmente a inauguração da Sala dos Presidentes. Aproveitando os recursos oferecidos pelo edifício recém-remodelado, a galeria foi transferida para uma das novas salas, que passou a albergar a exposição fotográfica que, deste modo, passa a beneficiar de melhores condições de visibilidade, prestigiando todos quantos marcaram a história desta Secção Regional.

A cerimónia, caracterizada pela simplicidade mas também por enorme simbolismo, contou com as intervenções da Senhora Presidente da Secção Regional e do Senhor Bastonário, com uma intervenção da Colega Dra. Alda Couceiro que percorreu os 40 anos de história da Secção Regional e ainda com a intervenção do homenageado, Dr. Paulo Fonseca. A cerimónia terminou com a projecção de um filme nos jardins da sede regional.

D. Produtos e Serviços disponibilizados aos membros

D.1. Seguro de Responsabilidade Civil Profissional

A Ordem dos Farmacêuticos contratou e mantém um Seguro de Responsabilidade Civil Profissional, oferecido a todos os membros em situação regular, que garante um limite de indemnização de € 100.000,00, por sinistro e anuidade.

O seguro salvaguarda os actos praticados, decorrentes da intervenção profissional do farmacêutico, e que possam motivar a responsabilização civil do farmacêutico.

D.2. Gabinete de Aconselhamento Jurídico

A Secção Regional de Coimbra manteve em funcionamento o Gabinete de Apoio Jurídico aos membros da Secção Regional, para a prestação de serviços de aconselhamento jurídico em questões relacionadas com o exercício da profissão, funcionando, mediante marcação prévia, às sextas-feiras, da parte da tarde, podendo a consulta ser presencial ou telefónica.

D.3. Bolsa de Emprego

A Secção Regional de Coimbra continuou a disponibilizar um serviço de bolsa de emprego, gerindo um pacote de ofertas e procuras de emprego, identificando compatibilidades nos requisitos de oferta e de procura na área farmacêutica.

D.4. Comunicação electrónica e Plataformas de divulgação WEB

Respondendo à evolução dos próprios padrões de comunicação da sociedade actual, a Secção Regional tem optado pela comunicação electrónica com os membros, sendo que praticamente todas as comunicações são efectuadas por correio electrónico e através do envio de newsletters. Grande relevância na comunicação com os membros tem assumido, igualmente, a nossa página no FACEBOOK, que permite uma comunicação mais dinâmica e próxima.

PLANO EXTERNO

E. Acção Política

Em consonância e em colaboração com a intervenção que cabe à Direcção Nacional da Ordem, a Direcção Regional de Coimbra desenvolveu acções de natureza política junto de algumas autoridades da sua esfera de influência regional.

Com este objectivo, a Secção Regional foi recebida, em audiência, pelo Presidente da Administração Regional de Saúde do Centro e pelo Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, estando previstas reuniões com outras autoridades sanitárias e políticas para 2014.

Assumindo uma postura atenta perante as circunstâncias políticas que possam determinar a qualidade da intervenção farmacêutica, o nosso objectivo será sempre o da defesa intransigente dos direitos da classe farmacêutica, pugnando pela qualidade do ato farmacêutico.

F. Aproximação à comunidade

Em qualquer profissão a complementaridade e a integração em redes de prestação de cuidados e serviços é ponto de partida para a sua afirmação e continuidade. Com este objectivo estimulámos e dinamizámos algumas intervenções no sentido da consolidação da nossa presença e colaboração com outras estruturas da sociedade de cariz profissional, e também com as Universidades e os seus estudantes.

F.1. Fórum Regional do Centro das Profissões Liberais.

A Secção Regional de Coimbra manteve a sua colaboração enquanto membro do Fórum Regional do Centro das Profissões Liberais, sendo que em 2013 integrou a sua Comissão Permanente constituída adicionalmente pelas Ordens dos Médicos Veterinários e dos Enfermeiros, sendo a presidência assumida por esta última.

No âmbito destas funções a Secção Regional participou activamente em todas as reuniões da Comissão Permanente e plenárias da estrutura, que teve como actividade principal, nesse ano, a organização de uma iniciativa, no dia 1 de Junho, que integrou um debate cujo tema foi "Profissões Reguladas para quê?", no qual foi discutido o papel das Ordens Profissionais no actual contexto social, com a participação de numerosos actores sociais e políticos. O 2.º momento do dia, de cariz lúdico, passou pela organização de um Sarau Cultural, com a actuação de diversos profissionais de todas as Ordens representadas, e cuja receita reverteu a favor de uma instituição de solidariedade social.

F.2. Ageing@Coimbra

O envelhecimento das populações na Europa, e em particular em Portugal, é hoje entendido com um problema social e económico da maior importância. O envelhecimento rápido das populações é potenciado pelo aumento simultâneo da esperança de vida e pelo declínio da natalidade, e esta pressão demográfica tem conduzido ao rápido aumento do número de cidadãos idosos, que duplicou em poucos anos, crescendo, na União Europeia, a um ritmo superior a 2 milhões de indivíduos com mais de 60 anos por cada ano civil. Esta circunstância cria um conjunto de novos desafios no domínio da inserção de pessoas mais velhas na sociedade, na qualidade e esperança de vida activa, na sustentabilidade dos sistemas de saúde e segurança social, bem como no mercado de trabalho.

Atenta a esta conjuntura, a intervenção profissional do farmacêutico junto deste grupo populacional de pessoas mais velhas, concretamente no acompanhamento farmacoterapêutico de doentes com patologias crónicas, é um dos nossos objectivos principais.

Neste enquadramento foi com muito agrado que assistimos à criação do consórcio Ageing@Coimbra, ao qual a Secção Regional de Coimbra aderiu no dia 6 de Março, em cerimónia pública.

Em meados de 2012, a Comissão Europeia, através da Parceria Europeia para a Inovação no Envelhecimento Activo e Saudável, lançou convite público à manifestação de interesses conducente à admissão e novos parceiros. Neste contexto, a Universidade de Coimbra, através da Faculdade de Medicina e da Divisão de Inovação e Transferências do Saber (DITS), apresentou compromissos de implementação de programas de intervenção no domínio do envelhecimento. Este programa serviu de substrato para a apresentação da candidatura da Região de Coimbra (e de modo mais abrangente da Região Centro de Portugal) a Região Europeia de Referência para o Envelhecimento Activo e Saudável (projecto

Ageing@Coimbra). Enquanto Região Europeia de Referência, o projecto Ageing@Coimbra deverá identificar, implementar e replicar projectos e programas de boas-práticas inovadoras no domínio do Envelhecimento Activo e Saudável. As boas-práticas identificadas em regiões de referência poderão ser replicadas noutras regiões da Europa, abrindo espaço para a inovação social e para o reforço da competitividade da indústria europeia de inovação no domínio da geriatria e do apoio às pessoas mais velhas.

A 1 de Julho de 2013, na cerimónia Reference Sites Star Award, em Bruxelas, foi atribuído ao Consórcio Ageing@Coimbra o estatuto de Região Europeia de Referência para o Envelhecimento Activo e Saudável, tornando-se assim a Região Centro a única região portuguesa com esta distinção e uma das 32 regiões europeias actualmente existentes.

Enquanto membro aderente do consórcio, a Secção Regional participou, em 2013, em reuniões de apresentação e definição de estratégias, tendo preparado as condições para a participação activa dos farmacêuticos em acções concretas que têm por objectivo geral a melhoria da condição de saúde e da qualidade de vida dos cidadãos mais velhos, que deverão arrancar em 2014.

F.3. Cooperação Universitária

A cooperação estratégica e o desenvolvimento de parcerias com as Instituições de Ensino Superior Universitário é outra das linhas de acção do actual elenco directivo. Neste sentido fomentámos e mantivemos toda a receptividade para colaborar nas iniciativas envolvendo a academia, concretamente a Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra. Refira-se que esta cooperação estratégica estender-se-á à Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior, que forma igualmente Mestres Integrados em Ciências Farmacêuticas.

Em 2013 desenvolvemos algumas iniciativas, concretamente com a Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, dirigidas aos estudantes e futuros farmacêuticos:

PharmCareer

Colaborámos na I Edição do evento Pharmcareer, promovido pelo Laboratório de Empregabilidade da Universidade de Coimbra, um evento de recrutamento e divulgação exclusivo para estudantes finalistas que pretende promover um contacto mais pessoal e interactivo com as empresas/instituições, nas quais os alunos serão informados da organização, missão, estratégia e processos de recrutamento.

Neste âmbito foram promovidas as visitas de 2 grupos de estudantes finalistas à Secção Regional, na qual lhes foi dada a conhecer a missão e objectivos da Ordem, e que tiveram lugar nos dias 27 e 29 de Maio.

Fora deste âmbito, mas ainda dirigido a estudantes finalistas em fase de estágio, foi organizada, no dia 21 de Junho, uma sessão de esclarecimento sobre Direito do Trabalho para melhor preparar os jovens para a entrada no mercado de trabalho.

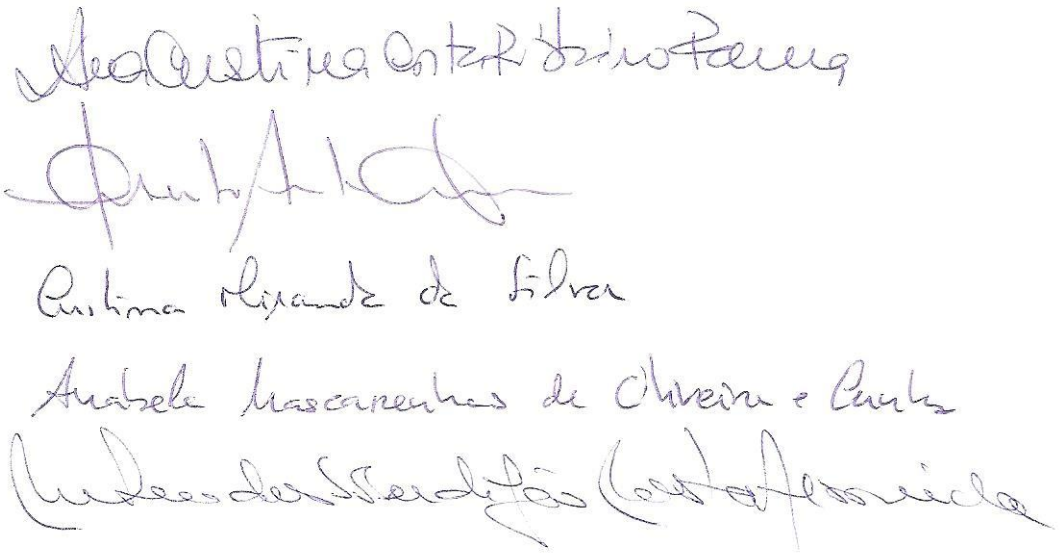
G. Balanço de Membros da Secção Regional

	Novas Admissões	Cancelamentos e Suspensões	Transferência de membros para outras Secções Regionais	Transferência de membros de outras Secções Regionais
2013	130	88	3	2

AGRADECIMENTOS

A Direcção Regional de Coimbra agradece aos Colegas que integram os Órgãos Sociais, aos farmacêuticos membros desta Secção Regional, aos Colaboradores e Consultores, por todo o apoio e colaboração no desempenho das suas funções, bem como aos Colegas que foram eleitos delegados às Assembleias Gerais da Ordem dos Farmacêuticos pelo empenho demonstrado.

A Direcção da Secção Regional de Coimbra



Ordem dos Farmacêuticos Secção Regional de Coimbra

Balanço Individual em 2013/12/31 €uros

Activo	Notas	2013	2012
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8.	1 097 363	1 133 244
Activos intangíveis	7.	1 367	847
		1 098 730	**1 134 092**
Activo corrente			
Inventários	10.	0	488
Clientes	15.11	53 042	26 573
Outras contas a receber		23	0
Diferimentos	15.12	7 609	7 113
Activos financeiros detidos para negociação	4.	11 174	10 812
Caixa e depósitos bancários	4.	93 041	23 770
		164 890	**68 756**
Total do Activo		**1 263 620**	**1 202 848**

Capital próprio e passivo	Notas	2013	2012
Capital próprio			
Capital realizado	15.13	70 829	70 829
Outras reservas	15.13	211 741	211 741
Resultados transitados	15.13	883 457	846 806
		1 166 028	**1 129 376**
Resultado líquido do período	15.13	51 567	36 922
Total do capital próprio		**1 217 595**	**1 166 298**
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	15.9	3 089	5 268
Estado e outros entes públicos	15.1	3 892	5 772
Financiamentos obtidos	15.2	0	7 731
Outras contas a pagar	15.10	39 045	17 778
		46 026	**36 549**
Total do passivo		**46 026**	**36 549**
Total do capital próprio e do passivo		**1 263 620**	**1 202 848**

Ordem dos Farmacêuticos Secção Regional de Coimbra

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 2013/12/31

Rendimentos e gastos	Notas	2013	2 012
Vendas e serviços prestados	11.	526 417	502 939
Custos das mercadorias vendias e matérias consumidas	10.	0	-1 187
Fornecimentos e serviços externos	15.3	-95 871	-106 741
Gastos com o pessoal	15.4	-120 061	-127 273
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10.	-488	0
Outros rendimentos e ganhos	15.6	362	5 468
Outros gastos e perdas	15.7	-221 738	-206 579
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**88 622**	**66 626**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	15.5	-36 822	-27 731
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**51 800**	**38 895**
Resultados antes de impostos		**51 800**	**38 895**
Imposto sobre o rendimento do período	13.	-233	-1 974
Resultado líquido do período		**51 567**	**36 922**

Ordem dos Farmacêuticos Secção Regional de Coimbra

Demonstração de fluxos de caixa (conta Individual)

Período findo em 2013/12/31 €uros

	Notas	2013	2 012
Fluxos de caixa de actividade operacionais			
Recebimentos de clientes		499 948	489 917
Pagamentos a fornecedores		-97 853	-109 488
Pagamentos ao pessoal		-124 323	-124 906
Caixa gerado pelas operações		**277 772**	**255 522**
Pagamento/recebimento do impostos sobre o rendimento		0	-1 974
Outros recebimentos/pagamentos		-198 921	-213 098
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**78 851**	**40 451**
Fluxos de caixa de actividade operacionais			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-491	-337 136
Activos intangíveis		-1 571	-129
Outros activos		-474	-10 812
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		687	0
Juros e rendimentos similares		0	2 859
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**-1 849**	**-345 218**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			

Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-7 731	-8 230
Dividendos		0	0
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**-7 731**	**-8 230**
Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**69 272**	**-312 997**
Efeitos das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	23 770	336 767
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	93 041	23 770

	Ano 2012	**2.013**	2.013	Desvio	Desvio %
	Real	**Real**	Orçamento	Real - Orç.	Real - Orç.
RENDIMENTOS E GANHOS					
Prestação de serviços - Quotas e Jóias	497.273	**515.906**	470.250	*45.656*	**9,7%**
Prestação de serviços - Outros	5.666	**10.511**	10.000	*511*	**5,1%**
Outros rendimentos e ganhos	5.468	**126**	1.000	*-874*	**-87,4%**
Juros, Dividendos e outros rendimentos	0	**0**	0	*0*	
	508.407	**526.543**	481.250	*45.293*	**9,4%**
GASTOS E PERDAS					
Custo das mercadorias vendidas e mat. Cons.	1.187	**0**	0	*0*	
Fornecimentos e serviços externos	106.741	**95.871**	105.710	*-9.839*	**-9,3%**
Gastos com pessoal	127.273	**120.061**	117.755	*2.306*	**2,0%**
Gastos de depreciação e de amortização	27.731	**36.822**	35.489	*1.333*	**3,8%**
Imparidades de dívidas de Membros	0	**0**	0	*0*	
Outros gastos e perdas	208.553	**217.375**	188.100	*29.275*	**15,6%**
Gastos e perdas de financiamento	0	**4.848**	0	*4.848*	
	471.485	**474.976**	447.054	*27.922*	**6,2%**
Resultado líquido do exercício	36.922	**51.567**	34.196	*17.371*	**50,8%**

Balanço da Secção Regional de Coimbra
31 de Dezembro 2013

Rúbrica	31-12-2013
ACTIVO	
Activo não corrente	
Activos fixos tangíveis	1.097.363
Propriedades de investimento	0
Activos intangíveis	1.367
Accionistas/sócios	0
Outros activos financeiros	0
	1.098.730
Activo corrente	
Inventários	0
Clientes	53.042
Estado e outros entes públicos	0
Accionistas/sócios	0
Outras contas a receber	23
Diferimentos	7.609
Activos financeiros detidos para negociação	11.174
Caixa e depósitos bancários	93.041
	164.890
Total do activo	**1.263.620**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital próprio	
Capital realizado	70.829
Outras reservas	211.741
Resultados transitados	883.457
Excedentes de revalorização	0
Outras variações no capital próprio	0
Resultado líquido do período	51.567
Total do capital próprio	**1.217.595**
Passivo	
Passivo não corrente	
Financiamentos obtidos	0
	0
Passivo corrente	
Fornecedores	3.089
Estado e outros entes públicos	3.892
Financiamentos obtidos	0
Outras contas a pagar	39.045
Diferimentos	0
	46.025
Total do passivo	**46.025**
Total do capital próprio e do passivo	**1.263.620**

Secção Regional de Coimbra

PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL DE COIMBRA

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DE 2013

Em cumprimento do disposto no Art.º 55 do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 288/2001, de 10 de Novembro, o Conselho Fiscal da Secção Regional de Coimbra da Ordem dos Farmacêuticos procedeu a uma apreciação cuidadosa das Contas de 2013, apresentadas pela Direcção da Secção Regional de Coimbra, considerando-as correctas e dignas de crédito.

Assim, é nosso parecer que as Contas referentes ao Exercício de 2013 se encontram em condições de merecer aprovação por parte da Assembleia Regional de Coimbra.

Coimbra, 14 de Março de 2014

O Conselho Fiscal Regional de Coimbra

Dr. Paulo Jorge Barradas Oliveira Rebelo

Dr. Alberto Paulo Frota de Matos Viegas de Carvalho

Dra. Rute Isabel Ramos Cavaco Salvador

Secção Regional de Lisboa

ASSEMBLEIA REGIONAL

CONVOCATÓRIA

No uso dos poderes que me são conferidos pelo artigo 48.º/n.º 3 do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos e para os fins do disposto nos artigos 47.º e 48.º/n.º 1 do mesmo Estatuto, convoco a Assembleia Regional da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos para reunir no próximo dia 24 de Março de 2014, pelas 20:30 horas, na sua sede, sita na Rua da Sociedade Farmacêutica, n.º 18, Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos.

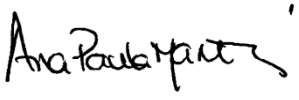
ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Actividades da Secção Regional de Lisboa referente a 2013;
3. Discussão e deliberação sobre o Relatório de Contas da Secção Regional de Lisboa referente a 2013;
4. Apreciação sobre o Relatório de Actividades e Contas da Direcção Nacional referentes a 2013;
5. Apreciação sobre as Contas da Ordem dos Farmacêuticos referentes a 2013;
6. Eleição dos Delegados à Assembleia Geral a realizar em 29 de Março de 2014, pelas 10H, na Sede da Ordem dos Farmacêuticos, em Lisboa;
7. Discussão sobre outros assuntos que os membros da Secção Regional de Lisboa considerem relevantes para a classe;

Se à hora designada não estiver presente o número suficiente de membros, a Assembleia realizar-se-á meia hora depois com qualquer número.

Lisboa, 14 de Março de 2014,

A Presidente da Mesa da Assembleia Regional



Prof. Doutora Ana Paula Martins

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2013
Secção Regional de Lisboa

O plano de acção desenvolvido pela Secção Regional de Lisboa durante o primeiro ano de mandato do triénio 2013-2015 regeu-se pelas linhas orientadoras definidas pela Direcção como essenciais para os desígnios da Ordem dos Farmacêuticos: aproximar a Ordem aos farmacêuticos, contribuir para a qualificação e desenvolvimento profissional contínuo do farmacêutico, proporcionar modelos e ferramentas de suporte à prática profissional e aproximar os farmacêuticos à sociedade e aos cidadãos.

Considerando a actual conjuntura social e económica, com alterações constantes de paradigma no sector da saúde, revela-se crucial a união e mobilização da classe farmacêutica, com o intuito de responder aos desafios e perspectivar as oportunidades que se afiguram. Neste sentido, sempre que pertinente e oportuno, a SRL promoveu a intervenção do farmacêutico no sistema de saúde e na sociedade em geral, destacando as competências técnico-científicas específicas e multidisciplinares essenciais para a resposta efectiva às necessidades da população.

A Direcção da SRL, ciente da importância da valorização do farmacêutico, considerou fundamental a aposta na inovação, com o objectivo de preparar e dotar os profissionais do medicamento de ferramentas que permitam ser uma vantagem competitiva face aos desafios futuros.

Reconhecendo que a actual conjuntura nacional impõe uma pressão extraordinária nos Associados da Ordem dos Farmacêuticos, a Secção Regional de Lisboa prestou o apoio necessário aos seus membros e, sempre que justificável, direccionou-os para os serviços disponíveis, quer de gestão do associado como aconselhamento jurídico, entre outros. Por outro lado, perspectivando o futuro, foram criadas e preservadas as pontes com as instituições de ensino, envolvendo os estudantes de Ciências Farmacêuticas e os seus representantes na concepção do seu próprio futuro, desenvolvendo, em paralelo, ferramentas de apoio à actividade diária e envolvimento associativo.

Assim sendo, a Direcção da Secção Regional de Lisboa apresenta o seu Relatório de Actividades alusivo ao ano de 2013 para melhor apreciação dos colegas, convidando os mesmos a uma participação activa nos destinos da Secção Regional de Lisboa e da Ordem dos Farmacêuticos no ano de 2014.

A Direcção da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos

Ema Paulino	Eurico Pais	Miguel Papança	Ana Mirco Fernandes	Diogo Gouveia

INTERVENÇÃO DA SECÇÃO REGIONAL DE LISBOA

A) APROXIMAR A ORDEM AOS FARMACÊUTICOS

Considerando o desígnio da Ordem dos Farmacêuticos na defesa da saúde pública e regulação da profissão farmacêutica, revela-se essencial a sua aproximação, através das respectivas Secções Regionais, aos farmacêuticos e aos estudantes de ciências farmacêuticas.

Neste sentido, a Secção Regional de Lisboa, assumindo as suas responsabilidades na promoção da união dos farmacêuticos, proporcionou um conjunto de iniciativas visando a descentralização das intervenções e a melhoria do apoio ao desenvolvimento profissional de cada farmacêutico, aliado à demonstração da importância da OF na regulação da profissão.

O Farmacêutico no seio da sua Ordem

- Recepção ao Aluno Estagiário

A Secção Regional de Lisboa organizou durante o mês de Maio, diversas sessões dirigidas aos estudantes estagiários das várias instituições da área geográfica da jurisdição da Secção Regional que leccionam o Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas. Conforme realizado em sessões anteriores, a Recepção decorreu no Salão Nobre da Sede da OF e contou com a presença dos estudantes do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz (ISCSEM), da Universidade Lusófona, da Universidade do Algarve e da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (FFUL).

No decorrer das sessões apresentou-se, formalmente, aos futuros farmacêuticos a instituição que irá reger o seu exercício profissional, nomeadamente o seu papel, as suas competências e as suas atribuições, contando com a presença do Senhor Bastonário Professor Doutor Carlos Maurício Barbosa, a Presidente da SRL Dr.ª Ema Paulino e a Dr.ª Isabel Rita Alves. Ao longo das sessões, participaram 316 alunos, divididos pelos dias 8, 9 e 23 de Maio.

- Estágio na Secção Regional de Lisboa para estudantes/jovens farmacêuticos

Com o intuito de promover a integração no mercado de trabalho, a Direcção da Secção Regional de Lisboa realizou dois estágios direccionados para estudantes ou jovens farmacêuticos, com duração semestral. A realização dos estágios teve como objectivos:

- Aquisição de metodologias de trabalho e orgânica interna da instituição;

- Integração dos estagiários na instituição que regula a profissão farmacêutica;

- Participação activa, quer em reuniões de trabalho, quer na organização das actividades plasmadas no Plano de Actividades e aprovadas em Assembleia Regional;

- Conhecer o Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos;

- Conhecer os procedimentos administrativos inerentes aos processos dos membros da SRL e respectivas actualizações.

- Estágios Extra-Curriculares

Na sequência do protocolo assinado entre a Ordem dos Farmacêuticos, APIFARMA, APEF e APJF para a criação de um Programa de Estágios Extra-Curriculares na Indústria Farmacêutica, o qual foi impulsionado pela Secção Regional de Lisboa, procurou-se prestar o apoio necessário à Direcção Nacional na implementação do mesmo e na criação de programas de estágio para estudantes de Ciências Farmacêuticas e Jovens Farmacêuticos, sempre que solicitados.

A promoção deste protocolo tem como finalidade proporcionar um contacto mais estreito e regular do estudante ou jovem farmacêutico com áreas como a distribuição farmacêutica, análises clínicas e indústria farmacêutica, dado que este contacto não lhes é facultado no decurso do curso.

- Gabinete de Aconselhamento Profissional e Bolsa de Emprego

Durante o ano de 2013, a Secção Regional de Lisboa colaborou com a Direcção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos na organização e elaboração de conteúdos para o projecto *Bolsa de Oportunidades* que se perspectiva que seja promovido durante o primeiro semestre de 2014. O propósito do projecto centra-se no apoio à procura activa de emprego, divulgação de ofertas de emprego e candidaturas por parte dos Associados.

Integrar-se-á nesta estratégia a oferta de Estágios Extra-curriculares, protocolados com outras instituições sectoriais na sequência do Programa de Estágios existente na Indústria Farmacêutica. Contemplará, ainda, informação sobre acções de formação dirigidas a farmacêuticos sem vínculo laboral, com o objectivo de promover o desenvolvimento de novas competências que se assumam como vantagens competitivas para os farmacêuticos.

- Recepção ao Novo Farmacêutico

Com propósito de proporcionar aos novos Associados um melhor entendimento da profissão farmacêutica e da história e importância da Ordem dos Farmacêuticos como entidade reguladora da profissão, a Secção

Regional de Lisboa continuou a disponibilizar no acto da inscrição os meios e suportes necessários para o início da carreira profissional, através de um *Kit* composto por:

- Pasta com imagem institucional da Ordem dos Farmacêuticos;
- Boletim com informações sobre a Ordem dos Farmacêuticos e Serviços que disponibiliza aos seus Associados;
- Formulários de Inscrição na Bolsa de Emprego da SRL;
- Livros e boletins informativos do Sector Farmacêutico;
- Revista da Ordem dos Farmacêuticos;

Durante o ano de 2013, a Secção Regional de Lisboa integrou 312 novos farmacêuticos como Membros Activos da Ordem dos Farmacêuticos.

- III Cerimónia da Vinculação à Profissão Farmacêutica

No dia 10 de Abril de 2013 decorreu no Salão Nobre da Ordem dos Farmacêuticos a III Cerimónia de Vinculação à Profissão Farmacêutica, que contou com 78 inscrições. O evento tem como principal propósito dar as boas-vindas aos novos farmacêuticos que iniciaram o seu percurso profissional no ano anterior, neste caso em 2012, aliado à apresentação de algumas iniciativas empreendedoras de colegas farmacêuticos nas diversas áreas profissionais, farmacêuticas ou não, sendo que esta edição contou com a presença do Dr. Rui Apolinário, orador da temática "Ser empreendedor – Uma solução para o futuro".

Durante a realização do evento destaca-se o momento solene que resulta da leitura do Juramento Farmacêutico, acto simbólico que representa um momento de reflexão e reafirmação dos valores éticos e deontológicos da profissão, vontades e responsabilidades. A sessão contou com a intervenção do Senhor Bastonário Professor Doutor Carlos Maurício Barbosa e da Presidente da Secção Regional de Lisboa Dr.ª Ema Paulino.

- Noites na Ordem

No dia 11 de Julho de 2013 realizou-se no Salão Nobre da Ordem dos Farmacêuticos uma edição das *Noites da Ordem*, subordinada ao tema "Sentimentos de Uma Vida. Todos envelhecemos um Dia". O evento contou com a presença do actor Alexandre da Silva, co-autor do livro "Sentimentos de uma Vida", da Filipa Belchior, Assistente Social do Centro Paroquial S. Jorge de Arroios, e do Dr. Eurico Pais, Vice-Presidente da Direcção da SRL. O evento contou com 24 participantes presenciais, sendo que a transmissão por *web-conference* contabilizou 158 participantes.

Apoio ao Associado

- Gabinete de Aconselhamento Jurídico

Considerando a importância da orientação jurídica no percurso profissional o Gabinete de Aconselhamento Jurídico, com o propósito de apoio a questões jurídicas relacionadas com o exercício profissional, funcionou, mediante marcação prévia e de forma gratuita, às Quartas-feiras de tarde. A consulta jurídica realiza-se de forma presencial ou via telefónica, com o intuito de facilitar o acesso aos profissionais de todas as áreas geográficas.

- Benefícios para os sócios na aquisição de bens e serviços – "Ser Farmacêutico dá Vantagens"

A Secção Regional de Lisboa continuou, durante o ano de 2013, a promoção e actualização dos protocolos anteriormente estabelecidos com instituições, no sentido de, quando possível, melhorar as condições anteriormente acordadas, bem como estabelecer novas parcerias de interesse para o associado.

A SRL enviou, periodicamente, a todos os seus associados, informações relativas aos protocolos assinados com as diversas entidades, bem como a brochura digital que contempla todos os protocolos, com o intuito de facultar os benefícios e vantagens, nas seguintes áreas: hotelaria, gastronomia, cultura e lazer, saúde e bem-estar, formação e educação, sector automóvel, banca, seguros, entre outros.

- Comunicação Electrónica

A Secção Regional de Lisboa considerou a comunicação electrónica com os Associados crucial para a aproximação entre ambas as partes, a transmissão de informação e o incentivo à participação dos mesmos nas actividades da Ordem dos Farmacêuticos. Neste sentido, a SRL continuou a utilizar as tecnologias de informação e comunicação, através do e-mail, SMS, *Newsletters* e da página do *Facebook* (www.facebook.com/seccaoregionallisboaof), na qual é disponibilizado um conjunto de informações sobre eventos, protocolos, imprensa e fotos das iniciativas organizadas pela SRL.

- Sede Regional

A Secção Regional de Lisboa participou activamente no debate acerca da situação do imóvel da Ordem dos Farmacêuticos que se localizava na Avenida Gago Coutinho, bem como no seu processo de alienação. Neste sentido, considerando o património imobiliário da Secção um assunto de considerável preocupação, vislumbrando a necessidade e possibilidade de proporcionar aos sócios e colaboradores melhores instalações, a Secção Regional definiu uma estratégia de reabilitação do prédio anexo à Sede da Ordem dos Farmacêuticos, na Rua Bernardim Ribeiro, que se encontra em estado avançado de deterioração.

B) CONTRIBUIR PARA A QUALIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL CONTÍNUO DO FARMACÊUTICO

Conscientes da importância do desenvolvimento profissional contínuo do farmacêutico e da afirmação das suas competências multidisciplinares, face à celeridade da evolução das tecnologias da saúde e das necessidades do indivíduo e dos sistemas de saúde em geral, a Secção Regional de Lisboa conjecturou, como seu objectivo, liderar o desenvolvimento de acções que visem preencher lacunas evidenciadas na formação permitindo, assim, complementar e aprimorar as competências específicas do farmacêutico, nas suas diferentes áreas de actividade.

- Formação Contínua

No sentido de proporcionar a todos os associados da Secção Regional de Lisboa, formação de qualidade e abrangendo o maior número de áreas profissionais, a Direcção da SRL concretizou um Plano Formativo de qualidade e descentralizado pelas várias capitais de distrito na área de jurisdição da Secção Regional. A SRL continuou os programas de formação, de curta e longa duração, que se destinaram a desenvolver competências técnico-científicas específicas do farmacêutico, de acordo com o enquadramento legislativo em vigor e novas áreas de actuação da profissão, sem descurar as competências comportamentais essenciais para o reforço na liderança de equipas e dinamização das mesmas, sendo que, para tal, colaboraram farmacêuticos, médicos, gestores, médicos veterinários, economistas, entre outros.

Vislumbrando a descentralização das acções de formação, promoveu-se as relações inerentes da parceria com a DLC – Distance Learning Consulting, Lda. e a 4Choice Health Consultancy Lda., com o intuito de aprimorar e promover a formação à distância por e-learning.

Durante o ano de 2013, realizaram-se as seguintes formações:

- Administração de Vacinas e Injectáveis/ Suporte Básico de Vida – Foram realizadas quinze formações, descentralizadas, nas quais marcaram presença mais de 170 participantes.

- Curso de Formação Pós-Graduada em Marketing Farmacêutico – 22 de Abril a 10 de Julho. Esta formação, em parceria com o Centro de Formação – CaF, contou com a presença de 18 participantes.

- Curso de Formação Pós-Graduada em Empreendedorismo – 10 de Outubro a 28 de Novembro. Esta formação, em parceria com a Pharma Planet, contou com 12 inscritos.

- Curso de Formação em Dispositivos Médicos – 23 de Outubro de 2013. Esta formação contou com 31 inscritos.

- Curso Europeu de Primeiros Socorros – 18 e 19 de Novembro. Esta formação, realizada em pareceria com a Cruz Vermelha Portuguesa, contou com 8 inscritos.

- E-learning – Curso de Atendimento em Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica – Pirose e Dispepsia – Esta formação realizou-se ao longo do ano de 2013, em articulação com as restantes Secções Regionais, com aproximadamente 85 inscrições, sendo os participantes divididos por 6 turmas.

- Comunicação na Prestação de Cuidados de Saúde – Esta actividade realizou-se entre Outubro e Novembro, em articulação com a Direcção Nacional e as restantes Secções Regionais, sendo que se inscreveram pela SRL cerca de 20 participantes.

C) PROPORCIONAR MODELOS E FERRAMENTAS DE SUPORTE À PRÁTICA PROFISSIONAL

Considerando o objectivo primordial de integração e intervenção do farmacêutico nas equipas pluridisciplinares de saúde, torna-se essencial a aproximação da prática farmacêutica à ciência que a fundamenta. Esta interligação é efectuada, com um desenvolvimento gradual, através do estabelecimento de parcerias com instituições e organizações que partilhem os mesmos desígnios, e com a comunidade científica que desenvolve trabalho na área da intervenção farmacêutica.

- Apoio à prática profissional

No seguimento do vídeo editado pela Secção Regional de Lisboa sobre "Comunicação na Farmácia", que plasma as boas práticas nas diversas vertentes do atendimento, a SRL promoveu a sua partilha e disponibilização gratuita, sempre que solicitado.

Sempre que pertinente e solicitada, a SRL disponibilizou, para consulta e utilização, informação sobre modelos e exemplos nacionais e internacionais de actuação farmacêutica.

- Bolsa de Inovação Farmacêutica – *BInov* da Secção Regional de Lisboa

Com o objectivo de contribuir para a realização e divulgação de projectos de investigação e de projectos profissionais nas áreas de intervenção farmacêutica, realizados por farmacêuticos baseados em Portugal, a Secção Regional de Lisboa atribuiu duas bolsas durante o ano de 2013. Assim sendo, após decisão da Comissão de Avaliação das candidaturas, a SRL atribuiu as bolsas aos projectos intitulados "Role of 100B in multiple sclerosis: from a biomarker to a therapeutic target" e "Avaliação da actividade anti-inflamatória de azeite refinado suplementado com hidroxitirosol num modelo animal de artrite reumatóide", no valor de 2000€ e 3000€, respectivamente.

Considerando que esta Bolsa visa apoiar, semestralmente, projectos e trabalhos desenvolvidos por farmacêuticos, de acordo com o enquadramento do regulamento elaborado e aprovado pela Comissão de Avaliação, revela-se uma iniciativa de valor significativo de aproximação dos profissionais farmacêuticos à ciência.

D) APROXIMAR OS FARMACÊUTICOS À SOCIEDADE E AOS CIDADÃOS

Considerando que um sistema de saúde só se pode considerar verdadeiramente centrado no indivíduo, quando está garantida a integração dos vários níveis de cuidados e a colaboração entre os profissionais de saúde, a Direcção da SRL definiu como prioridade a promoção da comunicação e colaboração intraprofissional e interprofissional.

Neste seguimento, sempre que possível e pertinente, foi promovida a interacção entre farmacêuticos que desenvolvem a sua actividade nos diversos sectores, assim como com os outros profissionais de saúde, centralizando sempre os objectivos no benefício do doente e a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde.

Participação responsável na definição de políticas na área da saúde

Vislumbrando os ganhos possíveis para a sociedade consequentes de uma participação activa do farmacêutico nos processos de decisão que se referem à evolução do nosso sistema de saúde e sectores de economia associados, a Secção Regional de Lisboa, em articulação com a Direcção Nacional, sempre que possível, participou na discussão e definição das políticas na área da saúde e identificou as áreas susceptíveis de promover o valor acrescentado associado às competências e formação dos farmacêuticos.

Relações Institucionais

As relações institucionais, parcerias e colaboração mútua, entre as diversas entidades, revelam uma importância inegável para a defesa dos interesses da profissão e, como tal, foram prioritárias para a SRL. Ao longo do ano de 2013, a SRL procurou estreitar o relacionamento com as Administrações Regionais de Saúde, com as outras Ordens Profissionais e com as diferentes instituições, com destaque para as entidades da área da saúde, visando a promoção e realização de projectos que possam enaltecer a profissão farmacêutica e a sua inegável multidisciplinariedade.

Confirmando uma preocupação inegável com o futuro da profissão, a SRL promoveu o contacto próximo com os estudantes de Ciências Farmacêuticas e revelou-se atenta e interessada nas suas preocupações e solicitações, nomeadamente nas áreas de adequação à prática dos currículos, assim como na integração no mercado de trabalho. Neste âmbito, a Secção Regional de Lisboa criou o Projecto “OFuturo”, o qual permitiu uma colaboração mais estreita entre as Associações e Núcleos de Estudantes, enquanto representantes máximos dos estudantes, com a Ordem dos Farmacêuticos.

A Direcção da SRL fez-se representar nos mais diversos eventos, sempre que foi solicitada para tal, mantendo assim o contacto com diversas entidades e profissionais.

Intervenção Comunitária

Sendo o farmacêutico um profissional de acessibilidade privilegiada e reconhecida pela população, revela-se fundamental o seu envolvimento com a comunidade e com as várias estruturas da sociedade civil, perspectivando a promoção da saúde e a prevenção da doença.

Neste sentido a SRL, sempre que possível, promoveu o envolvimento de farmacêuticos nas estruturas de voluntariado e intervenção social e a divulgação das várias formas de participação possível.

- O Farmacêutico na Sociedade

Considerando e reconhecendo a inegável importância que os meios de comunicação desempenham no desenvolvimento das políticas de saúde e na mobilização da opinião pública, a Secção Regional de Lisboa deu continuidade, sempre que possível, à estratégia de promoção da participação do farmacêutico como comentador em jornais regionais e nacionais.

Durante o ano de 2013, sempre que oportuno, a Presidente da Secção Regional de Lisboa representou a Ordem dos Farmacêuticos nos órgãos de comunicação social, como por exemplo, por ocasião das comemorações do Dia do Farmacêutico, subordinadas ao tema "Farmacêutico: Por si, onde mais precisa", com o intuito de consciencializar a opinião pública e promover a valorização do farmacêutico e a acessibilidade da população aos seus serviços.

A SRL, sempre que possível, contribuiu para a sensibilização da profissão farmacêutica junto dos mais jovens, por intermédio dos membros da Ordem dos Farmacêuticos, através da cedência gratuita de conteúdos a todos os associados ou estudantes que possam, de alguma forma, esclarecer os mais jovens sobre o contributo e a imagem do farmacêutico nas mais diversas áreas da sua intervenção profissional. Foi dada continuidade à divulgação do vídeo institucional, editado pela SRL, "A Profissão Farmacêutica – Passado, Presente e Futuro".

- Opinião Farmacêutica

Considerando a inegável importância da mobilização da opinião pública, sensibilização da população para a multidisciplinariedade do farmacêutico enquanto promotor da saúde pública, e afirmação da imprescindível opinião do farmacêutico em temáticas de carácter político relacionadas com a Saúde, a Secção Regional de Lisboa sempre que oportuno promoveu e partilhou a participação de farmacêuticos nos meios de comunicação.

Neste sentido, a SRL partilhou e dinamizou a rúbrica "100 Remédios (Sem Contra-Indicações)", do Jornal i, cujos artigos, com periodicidade semanal, são da autoria da Presidente da Secção Regional de Lisboa com incidência nas temáticas da actualidade relacionadas com a Saúde.

- Farmácia e Laboratório Saúde no *Espaço KidZania*

Durante o ano de 2013, a Ordem dos Farmacêuticos, através do espaço Farmácia Saúde/ Laboratório Saúde, desenvolvido pela Secção Regional de Lisboa, procurou sensibilizar os mais novos, de forma didáctica e pedagógica, para o papel desempenhado pelos farmacêuticos na sociedade nas diferentes áreas de intervenção destes profissionais, desde a farmácia comunitária, análises clínicas e produção de medicamentos na indústria farmacêutica.

Neste espaço, as crianças são convidadas a exercer a profissão farmacêutica e a desempenhar um conjunto diversificado de actividades, divididas em três áreas distintas. Sempre que possível, em conjunto com os responsáveis pela *KidZania*, procurou-se promover iniciativas que possibilitaram a transmissão do papel do farmacêutico na sociedade às crianças e, indirectamente, aos seus familiares.

De salientar que, durante o segundo semestre de 2013, o espaço Farmácia Saúde teve 9454 visitantes, com uma taxa de ocupação de 38%.

- Promoção e Educação para a Saúde

a) Projecto Geração Saudável

O projecto Geração Saudável terminou, no passado dia 4 de Junho de 2013, o trabalho desenvolvido em 22 escolas do País. Durante o ano lectivo 2012/2013, destinado aos temas da Sexualidade, Alimentação Saudável e Enfarte Agudo do Miocárdio, este último em parceria com a iniciativa Stent for Life, o projecto conseguiu superar a expectativas, tendo alcançado cerca de 8.145 alunos, com idades compreendidas entre os 9 e os 15 anos.

Mais uma vez, ficou bem visível o interesse dos professores pelo projecto Geração Saudável, uma vez que foi ministrada formação a 185 professores.

Para além do contacto com os professores e alunos, o projecto contactou ainda com cerca de 2300 adultos entre eles, pais e encarregados de educação, farmacêuticos e população local.

De realçar ainda a participação de cerca de 25 formadores, entre eles, estudantes e recém-mestres em Ciências Farmacêuticas.

No final deste ano foi ainda estabelecida uma parceria com o laboratório de indústria farmacêutica, Novo Nordisk, na área da Diabetes.

b) Iniciativas comemorativas de efeméride - Caminhada Contra a Obesidade – Geração Saudável

A SRL realizou, no dia 25 de Maio de 2013, a IV Edição da Caminhada Contra a Obesidade, em Lisboa, no âmbito das Comemorações do Dia Europeu da Luta contra a Obesidade.

Com partida da Estação Fluvial de Belém, em Lisboa, e com o apoio dos Ginásios Holmes Place e dos parceiros da Geração Saudável, 170 pessoas caminharam contra a Obesidade num trajecto com cerca de 5 km, junto ao rio Tejo. O evento contou com a participação de um dos embaixadores da Geração Saudável, o actor Alexandre da Silva.

Em simultâneo, Portimão foi também palco da Caminhada contra a Obesidade, que contou com cerca de 80 participantes. Para além da Caminhada, as pessoas puderam participar em rastreios de risco cardiovascular, orientados pelos profissionais do Hospital Particular do Algarve e de sessões de alongamentos promovidos pelos Ginásios Beto Fitness Club.

- Projecto de Voluntariada Farmacêutico – Farmacêuticos em Missão

A Ordem dos Farmacêuticos, enquanto entidade que representa os farmacêuticos, não pode negligenciar a responsabilidade que tem junto da sociedade, sendo que o farmacêutico é frequentemente o profissional de saúde com um contacto mais regular com as problemáticas de cariz social e económico da população.

Neste sentido, a Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos celebrou um protocolo com a Associação Portuguesa de Jovens Farmacêuticos (APJF), com o intuito de desenvolver, em parceria, um projecto de acção social sustentado num banco de voluntários farmacêuticos, podendo o mesmo envolver-se em várias vertentes de intervenção social, directa e indirecta.

Comemorações do Dia do Farmacêutico 2013

Em 2013, as comemorações do Dia Nacional do Farmacêutico tiveram lugar em Lisboa e, como tal, a sua organização foi responsabilidade da Secção Regional de Lisboa, em parceria com a Direcção Nacional da Ordem dos Farmacêuticos.

Neste sentido, considerando o significado especial para todos os farmacêuticos do dia de São Cosme e de São Damião, assinalado a 26 de Setembro no calendário das festividades litúrgicas católicas, a SRL promoveu um programa diversificado, decorrendo entre os dias 21 e 26 de Setembro, subordinado ao tema "Farmacêutico: Por si, onde mais precisa".

Como iniciativa inaugural das comemorações realizou-se, no dia 21 de Setembro, um *Simposium*, subordinado ao tema "O Farmacêutico por outras palavras", que teve lugar no Salão Nobre da Associação Comercial de Lisboa, sendo divido em cinco painéis compostos por um nobre conjunto de conferencistas,

moderadores e comentadores, terminando com a leitura das conclusões por parte da Presidente da Secção Regional de Lisboa, Dr.ª Ema Paulino.

Conscientes da importância dos estudantes de Ciências Farmacêuticas para o futuro da profissão, e no seguimento das políticas de aproximação da Ordem dos Farmacêuticos aos mesmos, o dia 24 de Setembro foi dedicado aos estudantes, com a realização de uma acção dedicada ao tema "A importância do associativismo para o contexto profissional e político da actividade farmacêutica", cujo propósito foi a demonstração da importância da participação dos farmacêuticos na componente política, transversal a todos os sectores, mas com principal destaque para o sector da saúde.

No dia 25 de Setembro realizou-se, no Hotel Sana Malhoa, uma noite temática, designada por "Noite Farmacêutica", cujo objectivo primordial foi o convívio, troca de experiências e reencontro entre as várias gerações de farmacêuticos. Durante a noite, realizou-se o jogo "*Alvim Super Buzz*", sendo o anfitrião da noite o apresentador Fernando Alvim.

No dia 26 de Setembro decorreu no Salão Nobre da Associação Comercial de Lisboa a tradicional Sessão Solene das comemorações. A Sessão foi presidida por Sua Excelência o Ministro da Saúde Dr. Paulo Macedo, sendo o conferencista convidado o Patriarca de Lisboa Dom Manuel Clemente. Durante a cerimónia foram entregues as Medalhas de Honra da Ordem dos Farmacêuticos ao colega Dr. João Silveira, Bastonário da OF 1995-2001, e à Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa. Após um momento musical, foi realizada a homenagem aos farmacêuticos que completaram 50 anos de dedicação à profissão e a entrega do Prémio "Sociedade Portuguesa Lusitana" que distingue os jovens farmacêuticos que concluíram o Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas com as classificações mais elevadas em cada instituição de ensino. Após a entrega das distinções, decorreu a apresentação pública da recém-criada Associação de Antigos Alunos da Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa (*AlumniFFUL*), terminando a cerimónia com o Porto de Honra, seguido pelo Jantar de Encerramento.

DELEGAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES

O presente documento explana, de forma sucinta, as actividades desenvolvidas pela Delegação Regional dos Açores no ano 2013.

Fevereiro:

- Deslocação a S. Miguel para acompanhar o Sr. Bastonário numa reunião, a convite do Sr. Presidente do Governo Regional sobre o tema " Sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde".

Junho:

- Reunião com o Sr. Secretário Regional da Saúde, com os seguintes temas:

1. Proposta de reestruturação do Serviço Regional de Saúde;
2. Não haver referência ao exercício da profissão farmacêutica em nenhuma área do Serviço Regional de Saúde;
3. Inexistência de Farmacêuticos nas Unidades de Saúde de Ilha;
4. Previsão de criação de novas estruturas de informação, desaproveitando o potencial instalado da rede de farmácias comunitárias, que dispõem de cobertura por profissionais altamente qualificados;
5. Avaliação das Farmácias de venda em unidose nos hospitais HDES e HSEIT;
6. Situação actual e preocupante, dos Laboratórios de Análises Clínicas convencionados, que futuro?

Setembro:

- Contribuição da Delegação Regional, em estreita colaboração com a Secção Regional de Lisboa e o Sr. Bastonário, para o Plano de Reestruturação do Serviço Regional de Saúde**;**

- Deslocação do Delegado Regional, para participar nas comemorações do dia do Farmacêutico, organizadas pela Secção Regional de Lisboa;

Outubro:

- Implementação na Região Autónoma dos Açores, dos novos modelos de receita médica, não constando o campo de exercício do direito de opção no momento da prescrição, situação que ficou a dever-se, a uma atempada e firme actuação do Sr. Bastonário;

- É criada na Região Autónoma dos Açores, a Comissão Regional de Farmácia e Terapêutica, com uma composição inicial que não respeitava a paridade entre médicos e farmacêuticos, e com a presença de elementos não ligados às áreas técnicas, quer médicas quer farmacêuticas. Numa actuação em perfeita sintonia com a Secção Regional de Lisboa e o Sr. Bastonário, a representante da Ordem dos Farmacêuticos na referida comissão conseguiu restabelecer a paridade entre médicos e farmacêuticos, ficando sem direito a voto os presentes, que não integrem áreas profissionais, quer médicas quer farmacêuticas.

Dezembro:

- A convite do Sr. Secretário Regional da Saúde, participação do Delegado Regional, numa reunião no Solar dos Remédios, para assistir à apresentação pelo Sr. Secretário, do Plano Regional de Saúde para o triénio 2014-2016;

- Atendimento aos colegas sempre que para tal foi solicitado;

- Incentivação do uso da caixa de correio electrónica com forma privilegiada de comunicação;

- Actualização dos endereços electrónicos dos colegas com residência nos Açores.

DELEGAÇÃO REGIONAL DA MADEIRA

A Direcção

- Reuniões com o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais para discussão de assuntos de interesse para a Classe:

  - Medicamentos de Iodo autorizados pelo INFARMED - Ofício 5021da SRAS;

  - Portaria nº 111/2013 – Prescrição e Dispensa em Unidose;

  - Prescrição electrónica de medicamentos.

- Representação da Ordem em diversas conferências, cimeiras e cerimónias oficiais, nomeadamente:

- Comemoração do dia da "Revolta da Madeira" a convite do Presidente do Governo Regional (04/04/2013);

- Cerimónia de Imposição Solene de Insígnias Honoríficas Madeirenses a convite do Presidente do Governo Regional;

- Cerimónia do Dia da Região e das Comunidades Madeirenses a convite do Presidente do Governo Regional:

- Missa Solene com Te-Deum na Sé catedral, por ocasião do Dia da Região e das Comunidades Madeirenses a convite do Presidente do Governo Regional;

- Cerimónia de deposição de flores por ocasião do Dia da Região, no Monumento à Autonomia.

- Cerimónia "Dia Internacional do Enfermeiro", realizada pela Ordem dos Enfermeiros (17/05/2013);

- Cerimónia de Vinculação à Profissão dos Novos Enfermeiros, realizada pela Ordem dos Enfermeiros (23/09/2013);

- Cerimónia de Tomada de Posse da Ordem dos Engenheiros (15/04/2013);

- Cerimónia de Tomada de Posse da Ordem dos Psicólogos;

- Ciclo de Conferência "Reconstruir o Serviço Regional de Saúde" a Convite do CDS (20/04/2013);

- Jornadas Parlamentares do Partido Socialista da Madeira "A Austeridade faz mal à Saúde" (28/06/2013);

- Cerimónia por ocasião do Dia Nacional da Turquia a convite do Cônsul Honorário da Turquia na Madeira (31/10/21013);

- II Encontro de Celíacos da Madeira (16/11/2013);

- Participação interventiva nas comemorações do dia mundial da gravidez na adolescência, promovido pelo Centro da Mãe (26/09/2013);

- Pareceres solicitados pela Comissão Especializada Permanente de Saúde e Assuntos Sociais da Assembleia Legislativa da Madeira;
- Representação da Ordem nas várias reuniões com o IA-SAÚDE:

- Dispensa em dose unitária por parte do serviço de urgência do Hospital Dr. Nélio Mendonça e apresentação da plataforma de acesso à dispensa em unidose do SESARAM;

- Decreto legislativo 3/2012/M e decreto regulamentar 5/2013/M, contingências e problemas relacionados com a sua aplicabilidade;

- Prescrição electrónica de medicamentos, e apresentação de vários contributos sobre as potencialidades da PEM (24/04/2013);

- Participação interventiva no programa televisivo "Interesse público - Especial Saúde" (19/06/2013);
- Promoção de reuniões de actualização científica e técnica;
- Seminário de Formulação Magistral Madeira com a colaboração directa da Delegação Regional da Ordem dos Farmacêuticos (12/10/2014);
- Conferência na Escola Secundária de Francisco Franco sobre a profissão farmacêutica, em colaboração com o Dr. Juan Manuel Martin (Director Geral da Fagron Ibérica, farmacêutico);
- Reuniões com a Câmara Municipal do Funchal com vista a celebrar um Protocolo sobre Comparticipação Municipal de Medicamentos, a OF criou todo o sistema de co comparticipação de forma a ser justo, equitativo e exequível;
- Início da comunicação oficial através de email pela Delegação Regional da Madeira da Ordem dos Farmacêuticos (28/05/2013);
- Procedeu-se à agilização e divulgação da bolsa de emprego da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Farmacêuticos (agora bolsa de oportunidades), através do email da Delegação Regional da Madeira da Ordem dos Farmacêuticos (16/06/2013);
- Divulgação a todos os Farmacêuticos da RAM das circulares normativas do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, com interesse para a classe;
- Atendimento e Encaminhamento das reclamações apresentadas pelos utentes;
- Esclarecimento aos Farmacêuticos sobre questões por estes formuladas sobre os seus Direitos e Deveres;
- Tomada de Posse da Delegação Regional da Madeira da Ordem dos Farmacêuticos (31/10/2013);
- Organização do Jantar de Natal para os Farmacêuticos da RAM, e realização da primeira Tertúlia Farmacêutica (6/12/2013);

Serviços Administrativos e Secretariado

- Atendimento aos Farmacêuticos com as seguintes tarefas:
  - Inscrições;
  - Pagamento de quotas;
  - Alterações de residência;
  - Emissão de certificados;
  - Pedido de emissão de cartões de identificação;
  - Pedidos de listagens;
  - Mailing;
  - Actualização dos ficheiros, bem como dos processos individuais de todos os farmacêuticos que exercem funções na Região;
  - Apoio e Secretariado às Ações de Formação realizadas na RAM;
  - Apoio e Secretariado à Tomada de Posse da Delegação;

Do enquadramento económico do ano 2013

O ano de 2013 continuou a ser marcado pela vigência do Memorando de Entendimento com a "Troika" sobre as Condicionalidades de Política Económica, que implementou um processo de ajustamento e correcção de desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo de décadas.

Este programa teve como principal consequência a contracção acumulada do produto de cerca de 6 pontos percentuais no período 2011 - 2013. Ainda que durante o ano 2013 se tenha observado a inversão da conjuntura recessiva, continuou a registar-se uma anuidade de queda da actividade económica em geral e, muito particularmente, dos consumos público e privado.

No que respeita as grandes variáveis macroeconómicas, observou-se uma desaceleração dos níveis negativos dos principais indicadores. Salientam-se o Produto Interno Bruto, com uma variação negativa de -1,5% [6] (-3,0% no ano de 2012), a taxa de desemprego, que no final do quarto trimestre de 2013 atinge o nível de 15,3% [7] (16,9% no final de 2012) e a taxa de inflação que desacelera para 0,3%[8] (2,8% no ano de 2012).

Este enquadramento continuou a condicionar a actividade económica no ano de 2013 e manteve o nível de expectativas dos agentes económicos em valores historicamente baixos, facto que naturalmente afectou a maioria dos sectores da economia, logo também as actividades da Ordem dos Farmacêuticos.

A execução do Orçamento de 2013 da Secção Regional de Lisboa (SRL) foi condicionada por este contexto macroeconómico adverso.

Da actividade no ano 2013

Quando comparado com o ano de 2012, o nível de actividade do ano de 2013 diminuiu ligeiramente (menos 1%). Destacam-se nesta variação: a diminuição dos rendimentos de quotas e jóias de inscrição, que são a principal fonte de rendimento das Secções Regionais da Ordem dos Farmacêuticos.

Ao nível dos rendimentos, a SRL contabilizou um total de 1.580 mil Euros, menos 45 mil Euros do que o previsto no Orçamento.

[6] Fonte: Banco de Portugal - Boletim Económico de Inverno 2013
[7] Fonte: Instituto Nacional de Estatística
[8] Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Índice de preços no consumidor (Taxa de variação média anual)

	Ano 2012	2.013	2.013	Desvio	Desvio %
	Real	Real	Orçamento	Real - Orç.	Real - Orç.
RENDIMENTOS E GANHOS					
Prestação de serviços - Quotas e Jóias	1.445.087	**1.428.670**	**1.475.774**	**-47.103**	**-3,2%**
Prestação de serviços - Outros	87.728	**103.896**	**90.000**	**13.896**	**15,4%**
Outros rendimentos e ganhos	17.928	**0**	**5.000**	**-5.000**	**-100,0%**
Juros, Dividendos e outros rendimentos	47.544	**47.515**	**54.264**	**-6.749**	**-12,4%**
	1.598.287	**1.580.081**	**1.625.038**	**-44.956**	**-2,8%**

As quotas e jóias de inscrição ascenderam a 1.429 mil Euros (90% dos rendimentos do ano), menos 47 mil que o planeado no Orçamento. Este desvio justifica-se com a redução de inscrições de novos Membros, provavelmente motivada pelo adverso contexto económico, muito concretamente o elevado nível do desemprego jovem. Inscreveram-se na SRL 312 novos Membros no ano 2013 (número que compara com 395 no ano de 2012).

As outras prestações de serviços da SRL totalizaram 104 mil Euros (7% dos rendimentos), mais 14 mil Euros que o orçamentado. Contribuíram positivamente para esta rubrica os apoios institucionais aos projectos da Geração Saudável e KidZania, não previstos em orçamento. Em sentido inverso, contribuiu negativamente a actividade da formação, registando um nível de execução orçamental de 60%.

A aplicação dos excedentes de tesouraria detidos pela SRL permitiu obter mais 48 mil Euros em rendimentos e juros, valor abaixo do planeado no orçamento. Esta execução ligeiramente negativa explica-se com a redução do nível de juros recebidos pelas aplicações sem risco.

Ao nível dos gastos, no ano 2013 registou-se um total de 1.585 mil Euros, mais 54 mil Euros que o orçamentado

	Ano 2012	2.013	2.013	Desvio	Desvio %	Ano 2011
	Real	Real	Orçamento	Real - Orç.	Real - Orç.	Real
GASTOS E PERDAS						
Custo merc. vendidas e mat. consumidos	0	**0**	**0**	**0**		20
Fornecimentos e serviços externos	617.641	**535.511**	**617.000**	**-81.489**	**-13,2%**	553.783
Gastos com pessoal	226.158	**211.072**	**202.848**	**8.224**	**4,1%**	236.362
Gastos de depreciação e de amortização	26.630	**31.732**	**26.234**	**5.498**	**21,0%**	11.684
Imparidades de dívidas de Membros	0	**0**	**0**	**0**		0
Outros gastos e perdas	721.799	**806.001**	**667.798**	**138.203**	**20,7%**	628.544
Gastos e perdas de financiamento	11.980	**731**	**17.258**	**-16.526**	**-95,8%**	16.825
	1.604.208	**1.585.047**	**1.531.137**	**53.910**	**3,5%**	1.447.218

Os Fornecimentos e Serviços Externos totalizaram 536 mil Euros (34% dos gastos anuais), menos 82 mil Euros que o orçamentado. Contribuíram para este desvio: os gastos com formação, com menos 55 mil Euros que o planeado, e a contenção generalizada dos gastos desta natureza nas diversas actividades da SRL.

Abaixo discriminam-se os Fornecimentos e Serviços Externos:

RUBRICA FSE	Orçamento ano 2013	Orçamento 2013	Real Set. 2013	Desvio
Trabalhos Especializados	176.000,00	176.000,00	133.923,02	-42.076,98
Rendas e Alugueres	59.000,00	59.000,00	41.017,73	-17.982,27
Comunicação	45.000,00	45.000,00	28.680,82	-16.319,18
Conservação e Reparação	8.500,00	8.500,00	1.665,21	-6.834,79
Transportes de pessoal	17.000,00	17.000,00	10.663,87	-6.336,13
Livros e Documentação Técnica	6.000,00	6.000,00	-	-6.000,00
Despesas de Representação	15.000,00	15.000,00	9.733,90	-5.266,10
Deslocações e Estadas	32.500,00	32.500,00	27.249,62	-5.250,38
Honorários	16.000,00	16.000,00	10.960,32	-5.039,68
Seguros	74.000,00	74.000,00	69.934,42	-4.065,58
Material de Escritório	8.500,00	8.500,00	5.347,14	-3.152,86
Outros Fornecimentos e Serviços	9.500,00	9.500,00	7.051,88	-2.448,12
Combustíveis	10.000,00	10.000,00	8.368,99	-1.631,01
Limpeza Higiene e Conforto	7.500,00	7.500,00	6.313,81	-1.186,19
Electricidade	5.000,00	5.000,00	4.287,02	-712,98
Outros	50.500,00	50.500,00	49.909,39	-590,61
Contencioso e Notariado	500,00	500,00	65,00	-435,00
Vigilância e Segurança	500,00	500,00	418,44	-81,56
Água	1.000,00	1.000,00	929,37	-70,63
Artigos para Oferta	0,00	0,00	-	0,00
Ferr. e Utensílios Desg. Rápido	1.000,00	1.000,00	2.646,02	1.646,02
Outros serviços	50.500,00	50.500,00	53.400,97	2.900,97
Publicidade e Propaganda	23.500,00	23.500,00	62.944,16	39.444,16
Total fornecimentos serviços externos	617.000,00	617.000,00	535.511,10	-81.488,90

Os Gastos com Pessoal contabilizaram 211 mil Euros (13 % dos gastos totais), com mais 8 mil Euros que o planeado. O desvio explica-se maioritariamente com a co-participação dos gastos da recepcionista do edifício partilhado com Direcção Nacional, não prevista em orçamento.

As Depreciações e Amortizações totalizaram 32 mil Euros, mais 6 mil Euros que o previsto, por se terem realizado pequenos investimentos não previstos em Orçamento.

Outros gastos e perdas registaram 806 mil Euros (51% do total dos gastos), mais 138 mil Euros que o planeado. Para esta rubrica contribuem as transferências para D. Nacional previstas no Estatuto e a menos-valia de 150 mil Euros (não orçamentada) respeitante a alienação do imóvel da Avenida Almirante gago Coutinho em Lisboa.

Os Gastos e perdas financeiras ascenderam a mil Euros.

O resultado do período foi ligeiramente negativo, -5 mil Euros, menos 98 mil do que o planeado no orçamentado 2013. O desvio do resultado orçamentado explica-se integralmente pela menos-valia do imóvel, operação de natureza extraordinária e não recorrente. Corrigido deste acontecimento, o resultado seria superior ao orçamentado em 51 mil Euros.

No final do ano de 2013 a SRL recebeu da Direcção Nacional, por via de Dação em Pagamento por créditos, metade do imóvel Sede, sito na Rua da Sociedade Farmacêutica em Lisboa.

Esta operação tornou a SRL co-proprietária de metade (50%) do imóvel Sede, pelo valor de 577 mil Euros. A forma de pagamento desta operação concretizou-se através da redução da dívida da Direcção Nacional à SRL em igual montante[9].

Na medida da expectativa de não virem a ser recebidas em anos posteriores, as dívidas de membros de quotas anteriores a 2013 e parte das devidas do ano de 2013, foram ajustadas em do Activo da Secção Regional de Lisboa por contrapartida do Capital Próprio.

[9] Amortizando integralmente a divida de 550 mil Euros da Direcção Nacional originada na venda do imóvel Av. Almirante Gago Coutinho, da qual a SRL era co-proprietária de metade (50%), e mais 27 mil Euros do stock de dívida remunerada de 400 mil Euros.

	Ano 2012	**2.013**	2.013	Desvio	Desvio %
	Real	**Real**	Orçamento	Real - Orç.	Real - Orç.
RENDIMENTOS E GANHOS					
Prestação de serviços - Quotas e Jóias	1.445.087	**1.428.670**	1.475.774	*-47.103*	**-3,2%**
Prestação de serviços - Outros	87.728	**103.896**	90.000	*13.896*	**15,4%**
Outros rendimentos e ganhos	17.928	**0**	5.000	*-5.000*	**-100,0%**
Juros, Dividendos e outros rendimentos	47.544	**47.515**	54.264	*-6.749*	**-12,4%**
	1.598.287	**1.580.081**	1.625.038	*-44.956*	**-2,8%**
GASTOS E PERDAS					
Custo das mercadorias vendidas e mat. consumidos	0	**0**	0	*0*	
Fornecimentos e serviços externos	617.641	**535.511**	617.000	*-81.489*	**-13,2%**
Gastos com pessoal	226.158	**211.072**	202.848	*8.224*	**4,1%**
Gastos de depreciação e de amortização	26.630	**31.732**	26.234	*5.498*	**21,0%**
Imparidades de dívidas de Membros	0	**0**	0	*0*	
Outros gastos e perdas	721.799	**806.001**	667.798	*138.203*	**20,7%**
Gastos e perdas de financiamento	11.980	**731**	17.258	*-16.526*	**-95,8%**
	1.604.208	**1.585.047**	1.531.137	*53.910*	**3,5%**
Resultado líquido do exercício	-5.921	**-4.966**	93.900	*-98.866*	**-105,3%**

Balanço da Secção Regional de Lisboa
31 de Dezembro 2013

Rúbrica	31-12-2013
ACTIVO	
Activo não corrente	
Activos fixos tangíveis	937.605
Propriedades de investimento	0
Activos intangíveis	11.887
Accionistas/sócios	0
Outros activos financeiros	0
	949.492
Activo corrente	
Inventários	0
Clientes	20.370
Estado e outros entes públicos	10.221
Accionistas/sócios	475.607
Outras contas a receber	494
Diferimentos	15.119
Activos financeiros detidos para negociação	0
Caixa e depósitos bancários	1.103.577
	1.625.388
Total do activo	**2.574.879**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Capital próprio	
Capital realizado	299.279
Outras reservas	1.184.579
Resultados transitados	1.156.797
Excedentes de revalorização	74.761
Outras variações no capital próprio	-215.951
Resultado líquido do período	-4.966
Total do capital próprio	**2.494.498**
Passivo	
Passivo não corrente	0
Financiamentos obtidos	0
	0
Passivo corrente	
Fornecedores	23.837
Estado e outros entes públicos	7.814
Financiamentos obtidos	0
Outras contas a pagar	48.731
Diferimentos	0
	80.381
Total do passivo	**80.381**
Total do capital próprio e do passivo	**2.574.879**

Secção Regional de Lisboa

PARECER DO CONSELHO FISCAL REGIONAL DE LISBOA

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS DE 2013

O Conselho Fiscal Regional, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas, apreciou e emitiu o seu parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas relativas ao ano 2013.

Analisámos o Relatório de Actividades e Contas de 2013, baseados nos elementos disponibilizados pelos serviços da Ordem dos Farmacêuticos e nas informações prestadas pelo TOC.

Assim, julgamos que o Relatório de Actividades e Contas do Exercício de 2013 se encontra em condições de merecer a aprovação dos restantes Órgãos desta Secção Regional.

Lisboa, 17 de Março de 2014

O Presidente do Conselho Fiscal Regional de Lisboa

Dr. Francisco José dos Santos Braz de Castro

Demonstração individual dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2013

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	S.R.Porto	S.R.Coimbra	S.R.Lisboa	D.Nacional	Ajustamentos	Ano 2013 Ordem dos Farmacêuticos	Ano 2012 Ordem dos Farmacêuticos
Vendas e serviços prestados		937.976	526.417	1.532.566	1.412.760	-1.243.769	**3.165.950**	3.053.166
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-97	0	0	-8.047	0	**-8.144**	-5.661
Fornecimentos e serviços externos		-246.820	-95.871	-535.511	-795.798	0	**-1.674.001**	-2.134.400
Gastos com o pessoal		-179.597	-120.061	-211.072	-489.716	0	**-1.000.445**	-1.119.295
Aumentos/reduções de justo valor		0	0	-150.000	0	0	**-150.000**	-360.242
Imparidades de Inventários (perdas/reversões)		0	-488	0	0	0	**-488**	0
Imparidades de dividas a receber (perdas/reversões)		0	0	0	0	0	**0**	0
Outros rendimentos e ganhos		4.786	362	0	6.558	0	**11.706**	216.440
Outros gastos e perdas		-401.229	-221.738	-656.001	-37.875	1.243.769	**-73.074**	-33.615
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		115.018	88.622	-20.018	87.882	0	271.505	-383.606
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-21.800	-36.822	-31.732	-45.852	0	**-136.206**	**-122.005**
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0	0	0	0	0		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		93.218	51.800	-51.750	42.030	0	135.299	-505.611
Juros e rendimentos similares obtidos		11.843	0	47.515	200	0	**59.558**	**51.025**
Juros e gastos similares suportados		0	0	-731	-39.324	0	**-40.056**	**-38.143**
Resultado antes de impostos		105.061	51.800	-4.966	2.906	0	154.801	-492.729
Imposto sobre o rendimento do período		0	-233	0	0	0	**-233**	-1.974
Resultado líquido do período		**105.061**	**51.567**	**-4.966**	**2.906**	**0**	**154.568**	**-494.702**

O Técnico de Contas

TOC Nº 55827

Balanço Individual
Período findo em 31 de Dezembro de 2013

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	S.R.Porto	S.R.Coimbra	S.R.Lisboa	D.Nacional	Ajustamentos	Ano 2013 Ordem dos Farmacêuticos	Ano 2012 Ordem dos Farmacêuticos
ACTIVO								
Activo não corrente								
Activos fixos tangíveis		1.007.644	1.097.363	937.605	391.096		3.433.708	3.536.322
Propriedades de investimento		0	0	0	0		0	1.400.000
Activos intangíveis		2.777	1.367	11.887	0		16.030	16.302
Accionistas/sócios		0	0	0	0		0	0
Outros activos financeiros		0	0	0	0		0	0
		1.010.421	1.098.730	949.492	391.096	0	3.449.738	4.952.625
Activo corrente								
Inventários		0	0	0	0		0	488
Clientes		0	53.042	20.370	7.726		81.138	83.863
Estado e outros entes públicos		2.963	0	10.221	2.778		15.962	11.651
Accionistas/sócios		0	0	475.607	31.972	-373.288	134.291	666.808
Outras contas a receber		93.687	23	494	75.490	-67.576	102.118	105.508
Diferimentos		318	7.609	15.119	56.508		79.554	42.807
Activos financeiros detidos para negociação		0	11.174	0	0		11.174	10.812
Caixa e depósitos bancários		390.026	93.041	1.103.577	64.563		1.651.208	1.779.232
		486.994	164.890	1.625.388	239.038	-440.864	2.075.445	2.701.169
Total do activo		**1.497.415**	**1.263.620**	**2.574.879**	**630.134**	**-440.864**	**5.525.183**	**7.653.794**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO								
Capital próprio								
Capital realizado		495.758	70.829	299.279	328.808		1.194.674	1.187.872
Outras reservas		310.694	211.741	1.184.579	697.066		2.404.081	2.406.516
Resultados transitados		586.440	883.457	1.156.797	-1.914.312		712.381	1.214.156
Excedentes de revalorização		0	0	74.761	613.707		688.468	688.468
Outras variações no capital próprio		-72.962	0	-215.951	59.793		-229.121	59.793
Resultado líquido do período		105.061	51.567	-4.966	2.906		154.568	-494.702
Total do capital próprio		1.424.991	1.217.595	2.494.498	-212.033	0	4.925.051	5.062.103
Passivo								
Passivo não corrente								
Provisões		0	0	0	0		0	0
Financiamentos obtidos		0	0	0	373.288	-373.288	0	1.554.186
Outras contas a pagar		0	0	0	0		0	0
		0	0	0	373.288	-373.288	0	1.554.186
Passivo corrente								
Fornecedores		0	3.089	23.837	69.733		96.658	270.989
Estado e outros entes públicos		10.388	3.892	7.814	15.998		38.092	57.551
Financiamentos obtidos		0	0	0	289.837		289.837	607.731
Outras contas a pagar		62.035	39.045	48.731	45.364	-67.576	127.599	101.234
Diferimentos		0	0	0	47.946		47.946	0
		72.423	46.025	80.381	468.879	-67.576	600.132	1.037.505
Total do passivo		72.423	46.025	80.381	842.167	-440.864	600.132	2.591.691
Total do capital próprio e do passivo		**1.497.415**	**1.263.620**	**2.574.879**	**630.134**	**-440.864**	**5.525.183**	**7.653.794**

O Técnico de Contas

TOC Nº 55827

Rua da Sociedade Farmacêutica 18, 1169-075 Lisboa | NIF. 500 998 760
Tel. 21 319 13 80/81 | Fax: 21 319 13 99 | e-mail: direccao.nacional@ordemfarmaceuticos.pt | **www.ordemfarmaceuticos.pt**